

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Instituto de Geociências

Programa de Pós-Graduação em Geografia

A formação da renda espacial e o processo contemporâneo de revalorização dos centros urbanos: discursos e prática

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Instituto de Geociências

Programa de Pós-Graduação em Geografia

A formação da renda espacial e o processo contemporâneo de revalorização dos centros urbanos: discursos e prática

Reginaldo Gonçalves de Souza

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de Concentração: Organização do Espaço

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Manuel Merêncio Martins

Co-orientador: Prof. Dr. Geraldo Magela Costa

Para meus filhos:

José e Mariana

Agradecimentos

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha mãe: a mulher mais forte que eu já conheci e que, com o tempo, além de mãe, se transformou também numa amiga.

Devo dizer que este é hoje o ponto de chegada de um longo percurso no qual eu pude contar, durante a parte mais difícil, com a amizade e a generosidade de uma pessoa muito importante que eu jamais poderia esquecer: Fabiano Boaventura.

Gostaria de dizer aos meus amigos (do peito e do vinho) Wilson, Telma, Evaristo, Marcelo e Karina que vocês, provavelmente, não têm a dimensão da importância que tiveram pra mim. Penso que não chegaria até aqui sem nossos laços, nossas prosas e celebrações.

Agradecimentos especiais também para a Norma que sempre me ajudou com novas idéias, sugestões e análises e, principalmente, com o auxílio que só uma amizade verdadeira pode oferecer.

Agradeço também à Carla que me ajudou enormemente.

Finalmente, mas tão importante quanto, gostaria de agradecer muito aos meus orientadores Sérgio Martins e Geraldo Magela pelo convívio que já vem de bons anos e que, em boa medida, definiu minha formação acadêmica e me proporcionou trocas nas quais, geralmente, eu saí ganhando porque tinha sempre mais que aprender.

Obrigado a todos vocês.

...Eu quase que nada não sei. Mas desconfio de muita coisa.

Riobaldo, Tatarana¹

¹ Grande Sertão: veredas. p. 31.

Resumo

O espaço urbano, sob as relações sociais capitalistas, tem seguido uma trajetória de incessantes metamorfoses. Algumas delas, às vezes, representam verdadeiras transmutações. Outras, de menores proporções (como já se afirmou), podem não passar de respostas ordinárias a crises regulares. Diante disto, este trabalho propõe uma análise do processo de reestruturação urbana que vem se desenvolvendo nas últimas décadas a partir dos desdobramentos da crise de acumulação e do próprio modelo de desenvolvimento fordista iniciada na década de 1970. Este fenômeno de reestruturação urbana é aqui referido como um processo de revalorização dos centros urbanos porque a teoria do valor (considerando a dinâmica de circulação-fixação e centralização do capital e suas prováveis implicações sócio-espaciais) constitui o referencial analítico do trabalho. A cidade de Belo Horizonte (e sua região metropolitana) é utilizada como um campo de observação. Aqui, as coalizões que comandam este processo de atualização do espaço urbano metropolitano têm assumido a uma perspectiva estratégica, isto é, têm considerado a competição interurbana (nacional e também internacional) no planejamento e na realização das intervenções sócio-espaciais. A intenção, portanto, é contribuir, em alguma medida, para que a distância que existe entre a praxe e a teoria (sócio-espaciais) nestes processos se torne, de alguma forma, menor.

Abstract

Urban space, under capitalist social relationships, has followed a path of infinite metamorphosis, which at times, represents real transmutations. On the other hand, the lesser ones – as has been said – might not go beyond ordinary answers for regular crises. In such a context, this study stands for the analysis of the urban restructuring process which has been developing during the last decades, along with the unfolding of the accumulation crisis as well as the crisis of the fordist development model, which started during the seventies. Such urban restructuring phenomenon is referred along this study as a process of revalorization of urban centers because the value theory constitutes the analytical reference of work (considering the dynamics of circulation-fixation and capital centralization and its probable social and spatial implications). Belo Horizonte city (and its metropolitan area) is used as an observation field. Here, the alliances which command this process of urban space actualization, has adopted a strategic perspective. It has considered interurban competition (national as well as international) in planning and in the realization of social and spatial interventions. Therefore, this study pretends to contribute in diminishing the existing distance between praxis and theory (social and spatial) in such processes.

Lista de Figuras

01 quadro biogeocultural.....	26
02 eixo espaço-temporal.....	36
03 circuito produção-circulação do capital.....	49
04 alteração antrópica dos continentes.....	55
05 composição orgânica do capital.....	70
06 categorias do capital produtivo.....	72
07 modos de produção.....	113
08 modelo de renda da terra.....	116
09 grupos proprietários fundiários na Grã-Bretanha.....	122
10 função social da renda da terra.....	128
11 diagrama da renda espacial.....	141
12 sobre-lucros e renda da terra no espaço urbano.....	152
13 engrenagens entre capital e espaço.....	156
14 ciclos vicioso e virtuoso do fordismo.....	166
15 modos de desenvolvimento fordista e flexível.....	169
16 produção industrial em MG.....	196
17 taxas diferenciais de crescimento do PIB.....	197
18 taxa de variação do PIB.....	200

19 participação de BH no PIB da RMBH e de MG.....	202
20 taxa de crescimento demográfico.....	204
21 renda per capita por região metropolitana.....	206
22 distribuição de renda por região metropolitana.....	207
23 taxa de analfabetismo por região metropolitana.....	209
24 escolaridade média por região metropolitana.....	210
25 quadro de tendência da RMBH.....	211
26 executivos municipal, estadual e federal.....	219
27 atualizações sócio-espaciais na RMBH.....	222
28 Sistema Urbano Centro-Sul.....	228
29 cenários para Minas e Belo Horizonte.....	236
30 áreas de resultado: Minas e Belo Horizonte.....	237

Sumário

Introdução	12
Capítulo 1: a cidade e o capital	17
1.1: concentração e fixação espacial dos homens.....	22
1.2: a hipótese da precedência da cidade.....	30
1.3: espaço urbano e capital.....	34
1.3.1: a produção e circulação do capital.....	42
1.3.2: a concentração do capital no espaço.....	54
1.3.3: a fixação do capital no espaço ou espaço construído.....	65
1.3.4: a circulação localizada do capital.....	79
Capítulo 2: da renda espacial urbana	93
2.1: contexto histórico da teoria da renda da terra.....	94
2.2: renda da terra e relações de propriedade.....	108
2.3: a renda da terra como renda natural.....	126
2.4: a renda espacial propriamente dita.....	136
Capítulo 3: atualização do espaço urbano	154
3.1: crise do fordismo e reestruturação produtiva.....	163
3.2: ressignificação do espaço urbano local/regional.....	170
Capítulo 4: reestruturação espacial em belo horizonte	187
Capítulo 5: espaço, capital e planejamento estratégico	231
Considerações Finais	263
Referências	274

Introdução

A estruturação do espaço urbano capitalista expressa sempre, de uma ou de outra maneira, as transformações e permanências que este sistema social de produção desenvolve. Dadas as inúmeras contradições que lhes são imanentes (como, por exemplo, a tensão existente entre a necessidade de reprodução e a pulsão pela inovação), o sistema, para subsistir, tem que, constante e ainda que provisoriamente, “resolver” as principais contradições com as quais se depara. Isto implica, necessariamente, em freqüentes rearranjos sócio-espaciais.

As mudanças tecnológicas não são o único, mas são um dos mais importantes elementos re-estruturadores dos processos sócio-espaciais. Aliás, ao menos as mais marcantes mudanças tecnológicas por que passou o capitalismo nos últimos dois séculos, redundaram em correspondentes e inequívocas transformações nas relações sociais de produção e no espaço urbano.

Grosso modo, à primeira revolução industrial correspondeu uma estruturação urbana concentrada porque a indústria dependia de fontes localizadas de energia (água e carvão) e isto fazia com que a força de trabalho também se concentrasse nestes pontos.

Para a segunda revolução industrial, em função, principalmente, da mudança da base tecnológica (desenvolvimento da eletricidade, do telefone, do rádio, do motor a diesel etc.), se verificou uma conseqüente reestruturação urbana causada,

sobretudo, por uma desconcentração no espaço da atividade industrial e, em seu lugar, uma crescente concentração espacial da oferta de serviços voltados tanto à produção quanto à reprodução social (HALL, 1971).

Já mais contemporaneamente (há pelo menos três décadas), inúmeras cidades pelo mundo vêm seguindo um caminho comum que tem conduzido a novas transformações mais ou menos marcantes em sua estrutura urbana. Os principais objetivos perseguidos por elas têm também sido mais ou menos comuns:

- i) dinamização de áreas estagnadas ou decadentes dos centros urbanos;
- ii) fortalecimento das atividades econômicas e culturais nas porções centrais;
- iii) projeção de uma imagem socioeconômica e ambiental positiva para a cidade;
- iv) atração dos setores produtivos mais intensivos em capital e conhecimento (informação/comunicação);
- v) melhoria da infra-estrutura consolidada de transporte e comunicação;
- vi) busca pela manutenção ou avanço na posição hierárquica da cidade dentro da rede urbana (nacional/internacional) da qual faz parte etc.

Neste trabalho, o que queremos, em geral, é analisar este processo contemporâneo de transformações urbanas, à luz das atuais relações sociais capitalistas. Pretendemos estabelecer e evidenciar as causas principais deste processo.

Já definimos este fenômeno como uma revalorização dos centros urbanos, e isto traz embutida a hipótese de que não se tratam de intervenções meramente maquiadoras e inseqüentes aplicadas ao espaço urbano, mas de uma resposta funcional espacial às novas exigências da produção/circulação e, conseqüentemente, da acumulação.

E o que queremos, especificamente, é utilizar Belo Horizonte e sua região metropolitana como nosso observatório imediato. Pretendemos checar aqui as ações concretas desenvolvidas sobre o espaço urbano que evidenciem a inserção da cidade neste processo de atualização espacial verificado internacionalmente.

Pretendemos que a análise geral deste processo (à luz, principalmente, da teoria do valor aplicada ao espaço urbano) e que a análise específica das intervenções sobre o espaço metropolitano de Belo Horizonte, dialeticamente, se fertilizem e produzam algum acréscimo no entendimento da atual questão espacial urbana.

Então, estruturamos o trabalho em cinco capítulos assim definidos:

No capítulo 1, retomamos alguns pressupostos teóricos acerca da formação das cidades, seu desenvolvimento e acerca do fenômeno da urbanização sob a lógica do modo capitalista de produção.

O capítulo 2 apresenta a Teoria da Renda da Terra como base para uma análise da formação da Renda Espacial Urbana e a conseqüente estruturação em rede do espaço a partir da centralização espacial do capital.

No capítulo 3, estabelecemos um ponto de corte no percurso e partimos para uma análise mais específica da emergência de um novo modelo de desenvolvimento

nas últimas décadas cujo regime de acumulação (dito flexível) suplanta, progressivamente, o regime de acumulação fordista/taylorista anterior.

Dentro deste processo mais amplo de emergência de um novo modelo de desenvolvimento, destacamos aquele processo que promove a ressignificação do espaço local/regional.

Fizemos isto dando relevo à constatação do processo de redefinição da importância estratégica do local dentro do processo geral de globalização econômica; ao processo de atualização do espaço urbano; à perspectiva dos gestores da esfera estadual e municipal na remodelação da cidade e, por fim, ao contexto de luta e de disputa inter-territoriais para se tornarem espaços dinâmicos que atraiam e mantenham o capital oferecendo condições super e infra-estruturais para o funcionamento dos esquemas mais atualizados de acumulação.

O Capítulo 4 analisa a inserção de Belo Horizonte e de sua região metropolitana neste processo de atualização geral do espaço urbano. Destaca a conjuntura social e econômica da metrópole a partir de alguns indicadores consagrados (como PIB per capita, composição e taxa de crescimento do produto, taxa de crescimento demográfico, concentração de renda etc.) e, em seguida, considera os aspectos ideológicos que têm servido de amálgama para que as coalizões encarregadas de gerir o espaço metropolitano apresentem uma coesão suficiente para projetar e promover as reestruturações sócio-espaciais que o atual modelo de metrópole exige.

Finalmente, no capítulo 5, propomos uma síntese de tudo. É neste capítulo que tentamos “amarrar” as muitas frentes do trabalho para lhe conferir organicidade,

justificando, por exemplo, o nítido corte estabelecido entre os dois primeiros capítulos (essencialmente teóricos) e os outros três capítulos restantes.

Então, apresentamos neste capítulo final, a origem do planejamento urbano estratégico e sua adoção nas últimas décadas pelos governos locais e regionais (Belo Horizonte, sua região metropolitana e o governo de Minas). Fazemos isto no intuito de expor as intersecções e/ou as contradições que existem entre o próprio planejamento urbano estratégico e a lógica da geração e distribuição do mais-valor socialmente produzido a partir de um espaço urbano hierarquicamente organizado que, por sua vez, sempre fricciona os processos sociais e impõe barreiras a redefinições nesta hierarquia.

Capítulo 1: a cidade e o capital

E disseram: vamos construir para nós uma cidade e uma torre que chegue até o céu. Assim nos faremos um nome. Do contrário, seremos dispersados por toda a superfície da terra. (...)

E o Senhor disse: agora, nada os impedirá de fazer o que se propuserem.

Gêneses, 11:4-6.

Partimos, inicialmente, da constatação de que o homem é, por natureza, um ser social e que sua concentração e fixação no espaço se deram milhares de anos antes do advento do modo capitalista de produção e que, portanto, o espaço urbano não é um produto do capital.

No entanto, a partir do momento em que sucessivas formações sociais vão assumindo uma base capitalista, o espaço urbano também vai deixando de ser o mesmo. Ele se complexifica, se expande e implode. Surge a urbanização capitalista.

Assim, mesmo que, como dissemos, o capital (seu movimento, sua fixação, sua reprodução) não explique e, menos ainda, corresponda à multifacetada realidade urbana, já não é mais possível tentar apreendê-la sem passar pela apreensão do próprio capital.

Entendido isto, procedemos a um corte na análise assumindo que a compreensão do fenômeno da urbanização, em geral, só pode ser obtida a partir do entendimento da dinâmica movimento-fixação do capital no espaço. A lei do valor está em seu núcleo.

Para isto, apresentamos e desenvolvemos quatro secções que pretendem, ainda que dentro de sua possibilidade explicativa eminentemente parcial, correlacionar capital e espaço a partir da produção, circulação e fixação do capital e das interações estabelecidas entre este e o espaço (espaço construído).

Retomamos na secção **1.3.1** (a produção e circulação do capital), a velha discussão (mal resolvida) que busca determinar trabalho produtivo e trabalho

improdutivo. Para além do carácter, às vezes, aparentemente bizantino desta questão, buscamos, através dela, discriminar as formas *mercadoria* e *serviço* assumidas pelo capital para, a partir daí, focar o nosso núcleo de análise para o espaço urbano: a oferta de serviços à produção e à reprodução.

A secção **1.3.2** aprofunda a análise da “produção” dos serviços e a partir daí, justifica sua concentração espacial, pois ao contrário da atividade realmente produtiva, os serviços só podem ser ofertados localizadamente, isto é: só a partir do momento em que há uma escala mínima de demanda.

Com a discussão dos pares *capital circulante X capital fixo* e *capital variável X capital constante* na secção **1.3.3** (a fixação do capital no espaço) pretendemos, de fato, rechaçar o uso indiscriminado que se faz destas expressões – sobretudo aquela que identifica capital fixo à infra-estrutura urbana em geral. A idéia de espaço construído (embora mais genérica) é aí reapresentada como uma forma de expressão muito mais adequada ao espaço urbano consolidado.

Na secção **1.3.4** (a circulação localizada do capital), pretendemos explicitar o processo de centralização espacial do capital cujos efeitos mais notórios são a fragmentação e a hierarquização espaciais.

Pretendemos ainda mostrar a “armadilha” espacial que o capital cria para si mesmo quando, a partir do momento em que se dá um duplo processo de centralização do capital na sociedade e no espaço e este processo, espacialmente, encontra, cria e amplia em alguns locais, condições ótimas (em relação a outros locais) de produção e reprodução que, em boa medida, não podem ser replicadas – sobretudo as condições reprodutivas. Daí, temos que o

capital passa a depender, indispensavelmente, de determinados “pontos” nodais da rede que ele mesmo estruturou. Mas ao mesmo tempo em que são pontos de excelência e, portanto, indispensáveis à própria reprodução geral do capital, o controle absoluto que o capital almeja sobre eles lhe escapa porque estes espaços se tornam largamente refratários ao seu movimento espacial desimpedido.

Com o desenvolvimento destas secções – cujo conjunto corresponde ao capítulo primeiro – acreditamos estabelecidas as bases para o entendimento geral do recorrente processo de transformações por que passa o espaço urbano sob a lógica do capital ao longo do tempo.

Esta é a base, o substrato sobre o qual se apóiam os capítulos subseqüentes, cuja essência é o processo contemporâneo de reestruturação urbana que a cidade de Belo Horizonte e sua região metropolitana vêm experimentando nos últimos anos.

De início, pode parecer que o percurso que estabelecemos para proceder à análise do atual processo de reestruturação do espaço urbano seja excessivamente abstrato e inapropriado para trabalhar com a concretude de uma realidade tão evidente.

Para nós, no entanto, ele se mostrou necessário em função da clara impossibilidade de se apreender (ainda que parcialmente) o funcionamento dos esquemas de produção e de reprodução social e, sobretudo, a participação ativa que o espaço desenvolve dentro destes esquemas, sem uma razoável base teórica.

Só assim entenderemos que as reestruturações, justificadas a seu tempo, pelos mais diferentes e legitimados discursos, não se dariam se não se prestassem também às necessidades que a acumulação apresenta periodicamente.

Os elementos mais empíricos deste processo têm sua vez a partir da segunda parte do trabalho (capítulos 3 e 4). É aí que nos debruçamos sobre as transformações concretas que vêm ocorrendo especificamente em Belo Horizonte e em sua região metropolitana.

E no último capítulo, o capítulo 5, buscamos cotejar alguns aspectos da teoria do valor que consideramos importantes com a base conceitual/ideológica do planejamento estratégico que, como veremos, tem norteado amplamente o processo contemporâneo de reestruturação urbana.

1.1 Concentração e fixação espacial dos homens

Há, inicialmente, razões naturais que podem ajudar a explicar a concentração espacial dos homens. Elas são relativamente as mesmas para diversas espécies animais que, apesar de potencialmente disporem de um espaço físico muito amplo e de alguma(s) habilidade(s) super desenvolvida(s), seus indivíduos movimentam-se, alimentam-se e reproduzem-se juntos. Também há, obviamente, espécies solitárias para as quais a sobrevivência pode ser obtida mesmo com a dispersão. Nestas, no entanto, os indivíduos devem estar dotados de habilidades tais que lhes permitam se defender, se alimentar, se abrigar enfim, sobreviver sem o concurso de outros indivíduos.

As razões, portanto, que explicam a concentração espacial dos animais são puramente ecológicas: garantia de maior proteção sobretudo aos indivíduos mais novos (principalmente filhotes), garantia de uma força maior na luta com outros grupos pelos espaços melhor localizados (que apresentam maior oferta de alimento por exemplo), manutenção da memória coletiva das rotas de sobrevivência consagradas pelos grupos precedentes, divisão primitiva de atividades que proporcionam alguma vantagem ao grupo (por exemplo as funções de sentinela, de reprodutor, de guia) etc.

Por sua vez, os homens, desde o seu *gênesis*, são um dos animais biologicamente mais incapazes da terra. Não podem contar com nenhuma capacidade física super desenvolvida. Isto quer dizer que em qualquer uma dessas capacidades (como ver, ouvir, correr, saltar, farejar, morder, nadar, resistir às intempéries, agarrar, escalar etc.), há sempre várias espécies cujos

indivíduos podem apresentar muito maior eficiência que eles. Invariavelmente, haverá alguma função que uma dada espécie exercerá melhor do que as outras e, principalmente, melhor que aquelas espécies com as quais trava interações mais efetivas (predador/presa, por exemplo).

Mas apesar de ter sobrevivido às suas interações, os homens, em nenhuma delas predominou naturalmente por dispor de uma sobre-força ou um de sobre-sentido. Ao contrário, seu sucesso sempre esteve atrelado ao uso de algum elemento natural que não fazia parte do seu corpo e que fora transformado em instrumento útil. Nenhum outro animal faz isto tão obrigatoriamente. Suas armas são sempre, e tão somente, projeções dos seus próprios corpos.

Assim, uma serpente, por exemplo, que à primeira vista deveria ser uma presa universal, por contar basicamente com uma cabeça e nenhum outro membro, é capaz de se tornar um dos predadores mais bem sucedidos do planeta exatamente porque desenvolveu mecanismos eficientes de luta pela sobrevivência. Mas todos eles restritos ao uso do seu próprio corpo, como presas inoculadoras de peçonha, visão infravermelha, força muscular, capacidade de camuflagem etc.

De um ponto de vista estritamente natural então podemos afirmar que somos praticamente um equívoco.

Equívoco que até a própria mitologia bíblica retrata. Às vezes pateticamente: o homem Noé salvando os animais com seu barco. E às vezes, bucolicamente: o primeiro homem Adão a viver num jardim – que nada mais é do que a natureza

humanizada, amenizada (aliás, lá estava a serpente que, além de tudo, também tinha sapiência).

E é fácil constatar que mesmo contando com habilidades que lhes conferem vantagens interespecíficas, grande parte das espécies preferem uma vida gregária ao isolamento.

Mas para os homens não há nenhuma outra escolha: um homem só, só é mesmo imaginável no horto do Gênesis. A natureza é completamente inóspita e até mesmo hostil quando um ser tão frágil ousa penetrá-la: sua sobrevivência só é possível a partir de uma perspectiva coletiva.

Aqui é preciso deixar claro que a tendência a uma incontornável existência social – portanto concentrada espacialmente – ainda não implica em fixação espacial. Os homens sempre estão juntos, mas ainda não conseguem produzir sua própria existência.

Para se alimentar é preciso seguir as rotas das caças (terrestres ou aquáticas) para só então abatê-las e obter proteína, ou ainda esperar que aquelas espécies vegetais frutíferas cumpram seu ciclo natural e ofereçam, onde quer que estejam localizadas, o produto da sua reprodução. Para sua proteção só dispõem de abrigos que as forças naturais tenham casualmente edificado ou daqueles que a escassez ou a precariedade do meio e (sobretudo) do seu engenho permitam construir. Resulta daí, indispensavelmente, um modo de vida, no mínimo,

seminômade e, por conseqüência, uma necessidade vital de territórios amplos capazes de garantir a sobrevivência dos grupos².

² Supõe-se que não muito mais que três pessoas por quilômetro quadrado possam se sustentar através da caça/coleta.

Figura 01

Quadro biogeocultural

Cenozóico – há 50 milhões de anos	Período Geológico	Formas de Vida	Período Cultural	Progressos
	Eoceno	Mamíferos primitivos, primeiros primatas		
	Oligoceno	Símios primitivos, antepassados dos macacos, roedores, camelos		
	Mioceno	Antepassados dos grandes símios,		
	Plioceno	Antepassados do homem, mamíferos modernos		
	Pleistoceno (1 milhão a 25.000 a.C.)	Espécies humanas primitivas, outros primatas	Paleolítico inferior	Linguagem falada, conhecimento do fogo, sepultamento dos mortos, armas e utensílios de pedra
	Holoceno (25.000 a.C.)	Animais e raças humanas	Paleolítico Superior Neolítico Homem Civilizado	Agulhas, arpões, anzóis, magia, arte, organização social Agricultura, domesticação de animais, navegação, instituições Bronze, ferro, escrita, arte, tecnologia, ciência, literatura etc.

Há estudos (como o de BURNS, 1967) que indicam que a cultura paleolítica cobre nada menos que 95% de toda a história da humanidade e que em todo este período os homens viviam, à semelhança dos outros grupos animais, apenas do que estava disponível na natureza e embora já se mostrassem extraordinariamente hábeis, eram ainda predominantemente caçadores-coletores ao invés de produtores dos alimentos e materiais dos quais necessitavam para sobreviver.

Antes da cidade, houve a pequena povoação, o santuário e a aldeia; antes da aldeia, o acampamento, o esconderijo, a caverna, o montão de pedras; e antes de tudo isso, houve certa predisposição para a vida social que o homem compartilha, evidentemente, com diversas espécies animais (MUMFORD, 1965. p. 13).

A fragilidade dos homens, no entanto, tornou-se o seu maior trunfo e exatamente por não contar com nenhuma habilidade física bem desenvolvida que lhes conferisse alguma vantagem nas lutas interespecíficas, os homens, durante milênios, foram forçados a construir a sua “retirada da natureza” por pura inadaptabilidade.

A capacidade de caminhar apenas com os pés (bipedia) permitiu a liberação das mãos que, através do trabalho, se tornaram um instrumento mais e mais sofisticado para a manipulação dos mais diversos materiais (ENGELS, 1979). Isto, aliado a um contínuo desenvolvimento do cérebro (crescimento e densidade), proporcionou aos homens uma capacidade singular: a potência de criar, de produzir um mundo humanizado, e de, antes de mais nada, se auto domesticar.

Em síntese, temos que o homem sempre foi um animal gregário. Primeiro gregário e disperso (como vimos) por pura imposição natural. Depois, gregário e localizado, sedentarizado – quando lhe permitiram as aquisições culturais verificadas principalmente a partir do final do neolítico (pedras de toque da civilização).

Mumford brilhantemente nos adverte que os elementos que dão origem à localização do homem não estão jamais circunscritos àqueles relacionados com a sua reprodução material. Haveria uma simbiose entre estes e aqueles elementos que dizem respeito ao deleite, ao mágico e ao sagrado.

De fato, os fios imateriais que ajudam a compor a malha da existência do homem, ainda que por sua natureza sejam quase sempre ignorados, invariavelmente desempenham uma função também central no processo de concretização da realidade.

Aqueles sítios dotados de alguma característica favorável à prática da pintura – tanto faz se sua intenção é objetiva (magia simpática), de culto ou apenas de fruição –; ou que fossem propícios ao sepultamento dos mortos; ou onde se encontrassem, eventualmente, um monolito antropo ou mesmo zoomorfo; ou ainda que abrigassem um bosque ou um regato que inspirasse aconchego e devoção, podem ter sido, principalmente por isto, eleitos para a fixação dos grupos itinerantes de homens.

De fato, ainda que não existissem achados arqueológicos que o testificassem, seria bastante forçoso imaginar que o homem iletrado do passado, apenas por isto, ainda não tivesse desenvolvido uma de suas mais criativas faculdades: aquelas às quais chamamos hoje de espirituais.

O mais importante é não conduzir o raciocínio a uma dicotomia estéril entre a primazia dos elementos materiais (como abrigo, alimentação e reprodução) ou daqueles elementos imateriais (como magia, devoção e fruição).

1.2 A hipótese da precedência das cidades

Há também uma outra controvérsia não menos inflamada que se deve transpor. Ela se reporta à precedência entre agricultura e cidade e, se levada aos extremos, coloca em xeque tudo que dissemos até aqui.

Construída a partir dos relatos de historiadores, arqueólogos, antropólogos, geógrafos e economistas, a tese mais evolucionista sustenta que a fixação definitiva do homem não poderia se dar antes que ele superasse seu estágio de caçador/coletor. Isto é: antes que ele se tornasse agricultor e criador de animais. É claro que o *homo habilis* já produzia uma infinidade de objetos que, enfim, ampliavam sua capacidade de ação sobre a natureza. Mas isto não seria suficiente para garantir a sua fixação.

Contra a perspectiva anterior – de precedência da agricultura – há aquela que faculta às cidades a preexistência sobre o cultivo e a criação de animais.

A partir desta tese se vê que os homens poderiam se valer de um estoque regular de alimentos ainda que eles não fossem capazes de produzi-lo. Isto seria possível, por exemplo, às margens de uma baía ou de um lago piscosos, nas proximidades de uma colônia de crustáceos etc.

Além do mais, os inúmeros produtos da indústria artesanal pré-histórica aumentavam a capacidade produtiva do homem tanto a partir de sua função útil direta quanto das trocas que poderiam ensejar. A criação de animais e a agricultura não são, portanto, condição para o advento da cidade. Ao contrário, ambas estariam mais para conseqüências da localização dos homens.

Ninguém menos que Jane Jacobs e Henri Lefebvre depõem, quase que simultaneamente, a favor da precedência da cidade. Ele o faz *en passant* na Revolução Urbana e ela, de um modo muito mais incisivo em sua *The Economy of Cities*.

Vejamos o que eles dizem:

The old Idea that permanent settlements were impossible until after agriculture was invented is contradicted by so much hard evidence that many archeologists no longer subscribe to this Idea, although few scholars in other fields seem, as yet, to be aware of this reassessment. The world is dotted with various kinds of Paleolithic leavings which indicate that hunters had permanent settlements. There are caves seem to have continuously occupied during very long periods. There are flint workings – piles of chips and discards – that mutely announce long and continuous settlement and long and continuous industry too. There are shell middens that were accrued long and continuously. There is evidence of trade goods far from their sources, hinting at home bases of some kind for the trade in amber, shells, obsidian. Moreover, unmistakably permanent pre-agricultural settlements have been located in South America, in Europe and in Asia (JACOBS, 1969. P. 42).³

³ A velha idéia de que os assentamentos permanentes eram impossíveis até que a agricultura tivesse sido inventada é contrariada por evidências tão fortes que muitos arqueólogos não concordam mais com esta idéia, embora alguns estudiosos de outros campos pareçam, ainda, não estar ciente desta reavaliação. O mundo está salpicado de vários tipos de restos do Paleolítico, que indicam que os caçadores tinham assentamentos permanentes. Há cavernas que parecem terem sido ocupadas continuamente durante períodos muito longos. Há trabalhos de pedra – pilhas de micro plaquetas e os descartes - que anunciam o

A representação segundo a qual o campo cultivado, a aldeia e a civilização camponesa, teriam lentamente secretado a realidade urbana, corresponde a uma ideologia. Ela generaliza o que se passou na Europa por ocasião da decomposição da romanidade (do Império Romano) e da reconstituição das cidades na Idade Média. Pode-se muito bem sustentar o contrário. A agricultura somente superou a coleta e se constituiu como tal sob o impulso (autoritário) de centros urbanos, geralmente ocupados por conquistadores hábeis, que se tornaram protetores, exploradores e opressores, isto é, administradores, fundadores de um Estado ou de um esboço de Estado. A cidade política acompanha, ou segue de perto, o estabelecimento de uma vida social organizada, da agricultura e da aldeia (LEFEBVRE, 1999. p. 20-21).

Para nós, os argumentos utilizados por estes pensadores são lógicos, mas eles partem de uma premissa imprecisa. Ambos – e principalmente Jacobs – pasteurizam concentração e fixação espacial.

Como afirmamos anteriormente, o homem é naturalmente um ser gregário. Mas isto não significa que, naturalmente, ele também seja localizado. Para atingir este

estabelecimento longo e contínuo da indústria também. Existem sambaquis que foram acumulados por muito tempo. Há evidências de produtos do comércio longe das suas fontes, sugerindo bases de uma espécie de casa para o comércio de âmbar, conchas. Além disso, inequivocadamente assentamentos pré-agrícolas permanentes foram localizados na América do Sul, na Europa e na Ásia. (T.A.)

diferencial, ele terá que desenvolver a capacidade de controlar (ainda que com algum grau de precariedade) os elementos que lhe garantam a subsistência.

É óbvio que sítios privilegiados sempre vão permitir a concentração de grupos de homens, mas a sua fixação ali estará sujeita tanto à sazonalidade quanto às intercorrências (não controladas) sofridas pelas populações que lhes servem de alimento. Deste quadro geral podem até brotar algo como proto-cidades. Mas isto também não é garantia de nada se outras aquisições culturais não se seguirem à ocupação daquele sítio privilegiado. Os sambaquis encontrados em grande número pela costa brasileira atestam isto.

Os recursos foram utilizados por longos períodos sem que posteriores inovações instaurassem uma nova relação entre os grupos humanos e o meio.

Resulta disto uma “rede” de espaços potencialmente ocupáveis em função do que pudessem disponibilizar, mas que produz uma configuração temporal e espacialmente descontínua, ao invés da contigüidade clássica que caracteriza o que se entende por cidade – ainda que ela seja muito rudimentar.

1.3 Espaço urbano e capital

Para nós neste trabalho, felizmente, é secundário definir se seriam os elementos materiais ou imateriais o esteio sobre o qual a fixação espacial dos homens se deu ou, se para que os homens se fixassem seria necessário, primeiro, construir cidades ou se, antes disso, lhes fosse indispensável saber reproduzir materialmente sua sobrevivência.

Tais dilemas estão aqui colocados porque fazem parte do estado da arte da localização do homem e, antes de indefinir nosso pensamento, enriquecem-no.

O que, de fato, buscamos com esta digressão (nada isenta) foi menos apontar a razão verdadeira e inequívoca da localização do homem e de suas atividades e mais revistar as principais hipóteses sobre a questão. Lançá-las todas à vista para que ostentem, cada uma, seu alcance e sua fraqueza. Como num arco de pedras, qual delas pode ser desprezada? Qual delas é mais importante?

Apesar disto, de agora em diante, por razão de método, este trabalho vai fazer uma opção. Assumiremos, basicamente, que o modo de produção capitalista, desde que se torna um modo de produção hegemônico, em suas diversas e específicas fases de acumulação, é a nossa pedra angular. Portanto, é a partir da dinâmica movimento-fixação do capital no espaço que tentaremos desenvolver uma compreensão do fenômeno urbano em geral e, mais especificamente, das transformações urbanas contemporâneas. Para a compreensão destas, seremos forçados a verificar os processos de reestruturação produtiva e seus impactos

simultâneos tanto sobre as relações sociais de produção e de reprodução quanto sobre a configuração urbana.

Mas fica posto, também de agora em diante, e por tudo que foi dito até aqui, que o capital não é O elemento agregador dos homens, nem de sua fixação e muito menos ainda O “grude” da cidade.

Ele é, talvez, a última pedra na complexa e inumada estratigrafia do arco. Sua importância torna-se absolutamente fundamental a partir do momento em que as relações sociais de produção, o espaço construído e as superestruturas político-ideológicas passaram a reproduzi-lo – ainda que, dialeticamente, também passassem a reagir sobre ele.

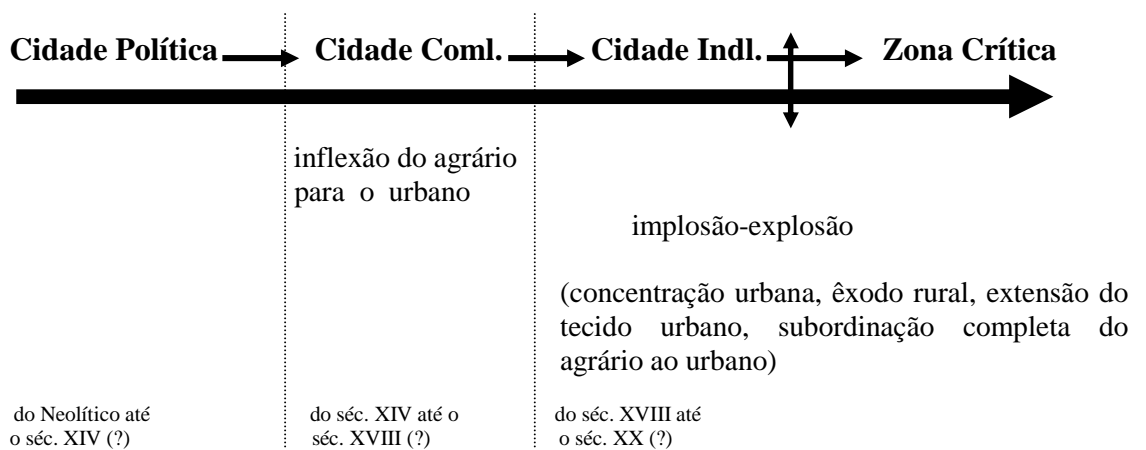
Deve estar claro, no entanto, que isto somente é possível a partir de sua maturidade social.

Como se sabe, embora o processo de desenvolvimento do capitalismo tenha se iniciado há pelo menos cinco séculos, sua hegemonia sobre outros modos de produção, preexistentes ou não, só é atingida plena e paulatinamente no transcurso dos últimos duzentos anos.

Não é incontestável que cada modo de produção, arrasadoramente, constitua seu próprio e peculiar espaço. As cidades, sobretudo as mais antigas, atestam que, primeiro, ao invés de uma implosão brusca, há um envolvimento do espaço cristalizado para, só em seguida, progressivamente, acontecer sua atualização. Há um convívio (não necessária, mas geralmente belicoso) entre as formas e funções espaciais. Ao final, na paisagem urbana, o modo de produção triunfante

consegue fazer predominar seus totens. Há escombros do modo precedente. Mas há também, intactas, formas anteriores poupadas que passam a compor a nova espacialidade porque foram funcionalmente atualizadas. Seguindo este caminho podemos imaginar a cidade como um acúmulo mais ou menos ordenado, mais ou menos exumado das aquisições culturais do homem – e aí também, obviamente, estão os modos de produção. O eixo a seguir, criado por Lefebvre (1999) e adaptado por nós, pode ilustrar esta evolução.

Figura 02



Como os outros, mas numa escala absolutamente maior, o modo de produção capitalista herda, arrasa, conserva e atualiza as espacialidades diversas com as quais se depara.

O fenômeno da urbanização reconfigura a cidade saturando-a, implodindo-a e ao mesmo tempo estendendo-a por um espaço físico cada vez mais amplo até o limite permitido pelas inovações técnicas nos transportes e comunicações que, afinal, são as artérias pelas quais o capital flui. Esta busca pela extensão sem fim de escalas (que, como veremos, é uma das características iminentes do capitalismo que tenta contrabalançar os retornos decrescentes aos capitais investidos), da perspectiva urbana, redundava em gigantismo.

Assim, os muros da cidade já não lhe retêm, as ruas e praças tornam-se acanhadas diante da afluência das pessoas e das atividades, as vias de comunicação (estradas, canais, cabos e satélites) tornam-se, em vão, mais e mais amplas e intensivas. As cifras demográficas urbanas, sob a lógica do capital, saltam rapidamente de milhares ou, no máximo, de dezenas de milhares para dezenas de milhões de indivíduos em metro-cidades.

Um fenômeno desta magnitude e em tão curto período, definitivamente, jamais fora registrado na história da humanidade.

Para muitos, este apinhamento pode ser chamado do que se queira, menos de cidade porque esta expressão carregaria um sentido que, diante da extensão e da densidade urbanas, seria reduzido a pó.

Para nós, neste trabalho, também não é indispensável seguir esta via. Houve um processo de fagocitose da cidade (talvez também de seu sentido) e de praticamente todas as expressões espaciais dos sistemas pré-capitalistas pela urbanização e todos sabemos que ele foi doloroso. Mas aqui nos interessa mesmo é checar como opera a urbanização capitalista.

Condição insuficiente, mas necessária.

O processo de urbanização apresenta uma complexidade extraordinária e, por isto mesmo, não pode ser tomado como fruto deste ou daquele fator. Se isto fizer sentido, deve ser, portanto, desnecessário afirmar que sua apreensão integral não será possível a partir dos esquemas de produção e reprodução capitalistas. No entanto, isto também não será possível, nem ao menos parcialmente, sem que se analisem alguns elementos que lhes dão substância tais como:

i) **a produção e circulação do capital**: há, desde os clássicos da economia política, uma grande discussão mal resolvida acerca das diferenças essenciais entre o capital produtivo e o capital improdutivo. Esta discussão foi levada, durante todo o último século, a um paroxismo totalmente estéril que praticamente nada acrescentou à questão.

Vamos aqui aproveitar esta contenda, passando pelos conceitos marxianos de trabalho abstrato e trabalho concreto para chegar até a discriminação do capital nas formas mercadoria e serviço. Isto se justifica porque sua produção e

circulação, necessariamente, tendem a assumir aspectos muito diferentes no tempo-espaço.

Para além da preocupação central que motivou esta celeuma (determinar o *locus* primaz da acumulação), deriva-se daí uma outra discussão – para nós muito mais fecunda – que é exatamente a relação que existe entre, de um lado, os esquemas de produção e circulação do capital e, de outro, a conformação espacial urbana;

ii) **a concentração do capital no espaço**: o capital, além de passar por um processo inevitável de concentração na sociedade, tende também a concentrar-se espacialmente. Esta concentração espacial do capital representa a área por excelência de atuação dos capitais aplicados nos serviços, dado que para a reprodução da força de trabalho e das relações sociais (produtivas ou não) inúmeros serviços devem ser perpetuamente criados e mantidos;

iii) **a fixação do capital no espaço e o espaço construído**: uma parte expressiva da riqueza social tem, necessariamente, que ser fixada no espaço porque ela entra como infra-estruturas produtivas e de circulação de capital além de atuar tanto na reprodução direta da força de trabalho quanto na reprodução das relações sociais. Surge daí uma contradição. A riqueza fixada tende a adquirir ontologia e a reagir não só sobre o capital social total circulante como também sobre as próprias relações sociais produtivas e reprodutivas. Então, ao

mesmo tempo em que permite períodos rotacionais mais rápidos – que vão redundar em taxas mais elevadas de acumulação – o capital fixado das cidades contraditoriamente obstrui a circulação desimpedida do capital social em geral e, potencialmente, atua contra a própria acumulação. Daí em diante, o “bota-abaixo”, as reestruturações, revitalizações, ou quaisquer outras iniciativas contemporaneamente prefixadas com um “re”, são – em essência – a mesma coisa: atualização da parte fixada do capital social que passa a breçar a acumulação ao invés de acelerá-la e que, por isto, deve ser incinerada;

iv) **a circulação localizada do capital**: os diversos capitais tendem a sofrer um processo contínuo de centralização na sociedade. Há um processo análogo que se dá no espaço e que, finalmente, vai representar fragmentação e hierarquização espaciais.

Portanto, o capital – que apresenta uma necessidade ideal de circulação em escala universal – acaba, exatamente por causa da centralização espacial, circulando universalmente, mas se refugiando em localizados quartéis-generais de onde são planejadas e executadas ações tanto corretivas (são inúmeras as suas contradições intrínsecas) quanto prospectivas (dadas as inovações e a sempre precária possibilidade de regulação geral do sistema como um todo).

Desta forma, se seguimos o raciocínio de Markusen (1996), vemos que para o capital o espaço é, em geral, escorregadio, mas que – em contrapartida – alguns locais apresentam atributos capazes de retê-lo.

Quais seriam estes atributos? Por que eles se restringem a apenas alguns lugares? Sua geração é espontânea ou pode ser induzida (política e economicamente)? Com a análise destes elementos, acreditamos ser possível estabelecer as bases gerais sobre as quais o exame do processo específico de reestruturação urbana da cidade de Belo Horizonte e de sua região metropolitana poderá ser desenvolvido. Como já afirmamos, a apreensão do fenômeno urbano em sua total complexidade é uma ilusão que não cultivamos – sobretudo após este profundo, mas necessário, corte metodológico. Apesar disto, não duvidamos que poderemos contribuir com o processo, indispensavelmente coletivo, de aproximação do núcleo de entendimento desta questão. Vamos fazer isto agora.

1.3.1 A produção e circulação do capital

Exegese. A análise da produção e circulação do capital tendo em vista o entendimento do processo de urbanização implica numa retomada e também numa indispensável conexão entre os termos valor, capital produtivo/improdutivo, trabalho abstrato/concreto e capital mercadoria/serviço.

A lei do valor está por trás de toda esta discussão exatamente porque o valor é a razão fundamental para toda e qualquer relação social que tenha a troca por objetivo. Mas qual seria a substância do valor? E onde, na sociedade, se daria a sua produção?

Desde ao menos o século XVIII, os autores que se dedicaram a pensar o valor (sua criação, circulação e troca na sociedade) têm se beneficiado grandemente das contribuições seminais de Adam Smith e, a despeito dos aportes de gigantes como Malthus, Ricardo e Marx, há muito mais continuidades que rupturas na evolução das idéias que constituem o corpo da teoria do valor. A idéia não é, jamais, uma evolução circular na qual apenas se replica uma determinada proposição, mas um desenvolvimento teórico espiralado no qual se mantém as bases necessárias do pensamento precedente sem que, obrigatoriamente, se esteja atrelado a elas.

A propósito, as idéias seguintes são de Adam Smith, mas são elas as primeiras palavras inscritas nos “Princípios” de Ricardo:

Importa observar que a palavra VALOR tem dois significados: às vezes designa a utilidade de um determinado objeto, e outras vezes o poder de compra que o referido objeto possui, em relação a outras mercadorias. O primeiro pode chamar-se “valor de uso”, e o segundo, “valor de troca” (SMITH, 1988. p. 35).

Já o reverendo Malthus inicia o capítulo II dos seus “Princípios... Ensaio sobre a População” afirmando praticamente a mesma coisa com outras palavras:

Em geral, admitem-se dois tipos de valor: o valor de uso e o valor de troca.

É tão raro entender-se o termo valor como a mera utilidade de um objeto que, se essa acepção for mantida, o termo nunca deve ser usado sem se acrescentar: *de uso*.

O valor de troca baseia-se na vontade e na capacidade de trocar uma mercadoria por outra.

E Marx, nisto, segue fielmente a Ricardo, conforme atesta David Harvey (2006) na página 14 do seu excelente “Limits”:

Marx appears to follow Ricardo entirely in treating the problem of value, at this stage, as one of finding an appropriate standard of

value. The only modification in his introduction of a distinction between 'concrete useful labour' defined as 'human labour exercised with a definite aim, to produce use values' and 'human labour in the abstract', which 'creates and forms the value of commodities'.⁴

Como se vê, quando pensamos a questão do valor, Marx não faz avanços que mereçam maiores referências além da sua decomposição não no par de opostos (valor de uso e valor de troca), mas numa tríade indissolúvel (valor, valor de uso e valor de troca).

Ele se vale desta proposição, menos para explicitar ou redefinir o verdadeiro significado do valor (que em Ricardo já é trabalho cristalizado) que para inserir as idéias contidas num novo par de opostos: trabalho abstrato x trabalho concreto.

Por sua vez, este novo paradoxo serviria mesmo para apontar que tipo de trabalho seria, de fato, capaz de gerar o valor.

Vejamos como Marx apresenta sua definição no livro I d'O Capital:

⁴ Marx parece seguir Ricardo inteiramente ao tratar o problema de valor, nesta fase, como a de encontrar uma medida apropriada do valor. A única modificação está na introdução de uma distinção entre "trabalho concreto", definido como "trabalho humano exercido com um objetivo definido, para produzir valores de uso e "trabalho humano abstrato", que "cria e forma o valor das mercadorias." (T.A.).

Se prescindirmos do valor de uso da mercadoria, só lhe resta ainda uma propriedade, a de ser produto do trabalho. (...)

Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, também desaparece o caráter útil dos trabalhos neles corporificados, desvanecem-se, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto, elas não mais se distinguem umas das outras, mas reduzem-se, todas, a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato (MARX, 1975. p.44-45).

Assim, acabamos tendo em mãos uma concepção requintada, mas ao mesmo tempo, tautológica do valor. Desta forma, valor seria trabalho humano abstrato que, por sua vez, nada mais seria que aquele trabalho capaz de criar valor.

Uma vez que o valor está para além do valor de uso, nem todo trabalho humano pode criar valor.

O valor só é criado quando há uma ordem econômica que prevê um mecanismo de mensuração e permutabilidade entre os *quantum* de trabalho socialmente necessário incorporados em cada mercadoria.

Isto nos remete diretamente aos valores de troca que são a forma social concreta do valor, mas que, segundo Marx, não são sua substância.

Mas daí podemos pensar: tudo que tem valor, tem valor de troca. E tudo que tem valor de troca é porque tem valor. Como na teoria do valor não pode haver uma relação de identidade entre estes conceitos, valor não pode ser valor de troca e

surge então, além do problema clássico da transformação (dos valores em preços), uma concepção um tanto quanto metafísica de valor.

A forma-valor passa então a ser concebida a partir de três aspectos essenciais: a) a partir da forma (expressa no valor de troca), b) a partir da magnitude (tempo de trabalho socialmente necessário) e c) a partir da substância (trabalho humano abstrato).

Portanto, apesar do requinte que apresenta – inegavelmente reconhecido por todos os que se debruçam sobre o tema –, a teoria do valor padece de um excessivo grau de abstração que reduz, em muito, a sua aplicabilidade.

Como numa espiral, somos remetidos a um nível teórico mais elevado, mas ficamos, ao final e concretamente, com o que já tínhamos em mãos.

Novamente, desde Adam Smith, as definições acerca de trabalho produtivo e trabalho improdutivo praticamente se estancaram.

Para ele, *“existe um tipo de trabalho que acrescenta algo ao valor do objeto sobre o qual é aplicado; e existe outro tipo, que não tem tal efeito. O primeiro, pelo fato de produzir um valor, pode ser denominado produtivo; o segundo, trabalho improdutivo. (...) O trabalho **[produtivo]** fixa-se e realiza-se em um objeto específico ou mercadoria vendável, a qual perdura, no mínimo, algum tempo depois de encerrado o trabalho. É, por assim dizer, uma certa quantidade de trabalho estocado e acumulado para ser empregado, se necessário, em alguma outra ocasião.(...)”*

*Ao contrário, o trabalho **[improdutivo]** não se fixa nem se realiza em um objeto específico ou mercadoria vendável. Seus serviços normalmente morrem no próprio instante em que são executados, e raramente deixam atrás de si algum traço ou valor pelo qual igual quantidade de serviço poderia, posteriormente, ser obtida.”⁵*

Marx, por sua vez, novamente sofisticava os termos e rechaça as definições que, semelhantes à de Adam Smith, partem da análise do conteúdo do trabalho e não da sua forma social de organização para classificar o trabalho em produtivo ou improdutivo. Desta perspectiva, apenas o trabalho organizado e explorado pelo capital e utilizado para sua acumulação – isto é, capaz de criar mais-valor – poderia ser considerado produtivo.

A partir daí surgem inúmeras dificuldades para enquadrar determinados tipos de trabalho que, eventualmente, possam ser executados sob esta ou aquela circunstância.

Por exemplo: um taxista que utiliza seu próprio veículo para circular pela cidade, é um trabalhador improdutivo. Ele não estaria a serviço de nenhum capital e, portanto, não estaria submetido às exigências da acumulação (produção de mais-valor). Mas se este taxista trabalha para um proprietário de uma frota de táxis, que encara aquela atividade como investimento do seu capital e que, por isso, ela deva lhe proporcionar um aumento do capital originalmente empregado, ele executa trabalho produtivo.

⁵ Op. Cit. p. 252. As palavras em negrito são inserções nossas.

Resulta, neste caso, que dois taxistas desempenhando exatamente o mesmo trabalho, serão classificados de duas maneiras diferentes: um é produtivo e o outro não.

Mesmo Rubin, um escudeiro fiel das construções de Marx, quando passa a questão do trabalho produtivo em revista acaba por admitir que *“sua [de Marx] atenção estava voltada para outro aspecto dos fenômenos, e podemos lamentar que tenha escolhido o termo ‘produtivo’ para seu tratamento das diferenças entre trabalho contratado pelo capital na fase de produção e trabalho contratado pelo capital na fase de circulação. O termo ‘produtivo’ tinha um significado diferente na ciência econômica”* (RUBIN, 1980. p. 293).

Todos sabemos que o que Marx pretendia era deixar claro que, sob a ordem econômica capitalista, um trabalho só seria produtivo se estivesse reproduzindo e, necessariamente, acumulando capital, independentemente da materialidade deste trabalho.

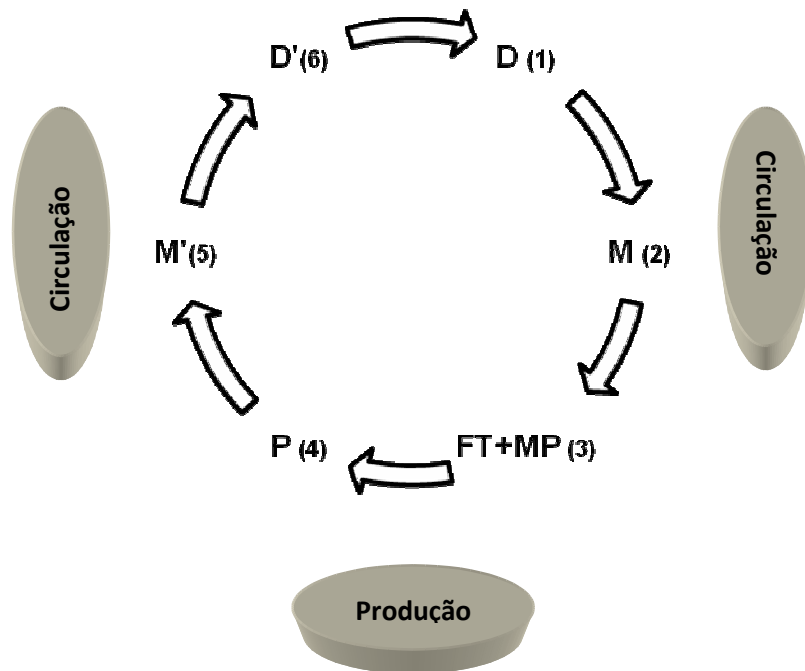
No entanto, ao pretender que o trabalho produtivo fosse definido exclusivamente a partir da sua forma social de organização, temendo reproduzir os equívocos da materialidade mercantilista, Marx acaba jogando para *corner* a diferença absolutamente necessária entre coisa e atividade no processo de acumulação.

Afinal esta distinção é que permite verificar que apenas as coisas produzidas são portadoras de valor porque exatamente são elas que contêm trabalho abstrato. Já as atividades em geral são destituídas desta capacidade porque são fruto exclusivo de um trabalho concreto, consumido juntamente com a sua própria produção. Falaremos sobre isto mais adiante.

Para solucionar este problema, Marx estabelece que as metamorfoses do capital devem ser analisadas a partir de duas esferas indissolúveis mas distintas: a esfera da produção e a esfera da circulação. A propósito, os livros I e II d'O Capital podem ser associados, respectivamente, a estas duas esferas.

Assim, somente o capital investido na esfera da produção poderia ser produtivo, ao passo que o capital empregado na esfera da circulação seria, todo ele, improdutivo.

Figura 03



Onde **D** é dinheiro, **M** é mercadoria, **FT** é força de trabalho, **MP** são meios de produção e **P** é o produto.

A materialidade smithiana do trabalho acaba, por esta via e de alguma forma, sendo retomada exatamente porque o caráter universal do trabalho produtivo ou abstrato que gera valor só se efetiva mesmo quando incorporado numa mercadoria.

Assim, "... todos os custos de circulação que decorrem apenas da mudança de forma da mercadoria não acrescentam a este valor. São apenas custos para realizar o valor, para fazê-lo passar de uma forma para outra. O capital despendido nestes custos (inclusive o trabalho que ele comanda) pertence aos custos improditivos necessários da produção capitalista" (MARX, 1975. p. 152. Livro II).

A divisão progressiva do trabalho na sociedade – condição essencial para o desenvolvimento das relações de troca – é acompanhada por um também progressivo alcance destas relações no espaço geográfico. Resulta disto – devido ao desenvolvimento das forças produtivas nas diversas formações sociais que, agora, estão cada vez mais integradas pelas relações de troca – um parâmetro universal que dá magnitude à eficiência do seu trabalho: o valor das mercadorias a partir do trabalho abstrato nelas incorporado.

Sejam as mercadorias X ou Y, a tendência é que haja sempre um valor padrão de referência que se manifestará num valor de troca adequado aos custos representados pelos vários interstícios da circulação.

Com o avanço de sua capacidade produtiva, fruto de revoluções técnico-organizacionais constantes, as sociedades vão superando as barreiras (produtivas ou não) que as mercadorias enfrentam para circular em escalas cada

vez mais amplas até atingir alcance global. As revoluções nos transportes e, sobretudo, nas comunicações, atestam isto. Elas vão diminuindo a fricção que o espaço geográfico impõe à livre circulação do capital e, por consequência, encurtando distâncias e períodos rotacionais. Tudo isto, evidentemente, não se desenvolve sem que apareçam inúmeras contradições.

Este processo, no entanto, está restrito ao capital-mercadoria. E isto se dá exatamente pelo fato de que a materialidade da mercadoria lhe confere características distintas que não estão presentes na esfera dos serviços em geral.

Mas quais seriam estes aspectos distintivos do capital sob a forma mercadoria?

É exatamente dentro do processo produtivo que o trabalho humano abstrato pode ser incorporado na mercadoria. A transformação física dos materiais que se dá pela ação instrumental (referida aos capitais constantes) e, principalmente, pela intervenção da força de trabalho (referida aos capitais variáveis) num processo de trabalho racionalizado, representa a gênese e transmissão de valor.

Portanto, a existência da mercadoria como valor de uso encerra uma medida socialmente estabelecida de trabalho. A mercadoria é, por assim dizer, o veículo universal do valor em sua forma social. E ela o é porque tem a potencialidade ambivalente de ser coisa (material e transportável), mas ao mesmo tempo, conter e representar uma medida do trabalho universal e abstrata.

Este aspecto faz com que o valor de uma dada mercadoria, porque definido no ato de produção, já seja presumido independentemente da sua presença no espaço.

Resulta então que, sem necessariamente estar em toda parte, a mercadoria goza do *status* da onipresença porque, potencialmente, ela detém esta faculdade que lhe foi conferida pelo valor (substanciado pela universalidade abstrata do trabalho). A partir daí, desde que os fatores de produção estejam sob o comando do capital e que haja condições técnicas apropriadas nos transportes e nas comunicações, a produção pode, em tese, se dar em qualquer latitude por causa, exatamente, da universalidade do valor na forma do produto mercadoria.

Quando analisou o fetichismo da mercadoria no livro primeiro d'O Capital, Marx (1975) ressaltou este paradoxo:

À primeira vista, a mercadoria parece ser coisa trivial, imediatamente compreensível. Analisando-a, vê-se que ela é algo muito estranho, (...)

É evidente que o ser humano, por sua atividade, modifica do modo que lhe é útil a forma dos elementos naturais. Modifica, por exemplo, a forma madeira, quando dela faz uma mesa. Não obstante a mesa ainda é madeira, coisa prosaica, material. Mas, logo que se revela mercadoria, transforma-se em algo ao mesmo tempo **perceptível** e **impalpável**.⁶

⁶ Op. Cit. p. 79. Grifos nossos.

Em suma, apenas aquilo que, uma vez produzido, tenha valor de uso social e que possa ser guardado (estocado) e transportado, tem valor. Isto quer dizer que, pode parecer circular, mas somente é produtivo aquele trabalho desenvolvido dentro da esfera da produção – restrito ao universo das mercadorias.

O outro universo, a este paralelo e oposto, o universo dos serviços que se desenvolvem dentro da esfera da circulação, veremos a seguir.

1.3.2 A concentração do capital no espaço

Entre os desafios colocados para quem se dedica à problemática espacial, há aquele que implica em lidar, simultaneamente, com formas e processos. A tendência a privilegiar estes ou aquelas – conscientemente ou não – conduz o pesquisador a uma espécie de miopia que distorce realidades e turva análises.

Os que se atêm essencialmente às formas espaciais, trabalham com resultados espaciais cristalizados e não podem, portanto, decifrar de maneira adequada as causas fundamentais das formas com as quais trabalham.

Por sua vez, aqueles que miram apenas os processos espaciais, correm o sério risco de – sabendo que lidam com as causas, com a matriz da questão espacial – se satisfazer com uma análise abstrata e potencialmente divorciada da realidade concreta da forma.

Em seu controverso artigo “Destinos da ruralidade no processo de globalização”, publicado em 2004, José Eli da Veiga contrapõe a hipótese da completa urbanização da sociedade (de Lefebvre) à hipótese do renascimento rural (de Kayser).

Para além da controvérsia em que se move e de algum equívoco que cometa – como o de parecer reduzir a idéia de urbanização àquela envolta na forma urbana contígua –, o trabalho apresenta um panorama interessante da ocupação e dos usos do território em escala continental.

O autor consolida os dados obtidos pelo Serviço de Desenvolvimento Territorial da OCDE relacionados com o desenvolvimento rural.

Para nós, neste momento, são interessantes apenas aqueles dados que expressam o grau de alteração dos ecossistemas por continente, expostos na tabela seguinte apresentada por Veiga (2004. p. 54) e adaptada por nós:

Figura 04

Hábitat e Alteração Humana por Continente				
	Área total	Pratic. inalterada (1)	Parc. alterada (2)	Fort. artificializada (3)
	Milhões Km2	%	%	%
Europa	5,8	15,6	19,6	64,9
Ásia	53,3	43,5	27	29,5
América N.	26,2	56,3	18,8	24,9
África	34	48,9	35,8	15,4
América S.	20,1	62,5	22,5	12
Australásia	9,5	62,3	25,8	12
Total s/Antárt.	148,8	49,7	26,6	23,8
Antártica	13,2	100	0	0
Tot. MUNDO	162,1	53,8	24,4	21,8

1 – Praticamente inalterada: áreas com vegetação primária e com baixíssimas densidades humanas.

2 – Parcialmente alterada: áreas com agropecuária extensiva, vegetação secundária e outras evidências de alteração humana, como pastoreio acima da capacidade de suporte, ou exploração madeireira.

3 – Artificializada: áreas com agropecuária intensiva e assentamentos humanos nos quais foi removida a vegetação primária, ou com desertificação e outras formas de degradação permanente.

Deixando de lado qualquer consideração ambiental relacionada com a fraseologia ecológica contemporânea, é interessante notar, a partir da tabela anterior, que são surpreendentemente baixos os índices registrados na coluna 3 “Fortemente Artificializada”.

Os dados por continente variam de um mínimo de 12% para a América do Sul, até o máximo de 65% para a Europa. Além disto, constatamos que pouco mais de “apenas” 1/5 da superfície total do globo, se enquadra nesta categoria.

Por outro lado, se observamos a coluna 1 – que apresenta as áreas “Praticamente Inalteradas” – constatamos que quase 50% da superfície dos continentes (excluído, obviamente, o continente antártico) se mantém intacta.

Em suma, apenas em metade da superfície do planeta o homem promoveu alterações e desta metade, apenas numa porção ainda menor ele promoveu alterações fortes.

Se admitimos que o ambiente urbano é, por natureza, um ambiente fortemente artificializado e que mais ou menos $\frac{1}{2}$ da população mundial vive aí, atingimos um nível global muito elevado de concentração espacial.

Desde as primeiras páginas neste trabalho, frisamos a natureza gregária e, portanto, incontornável dos homens de estarem espacialmente juntos para suprir suas necessidades – quer sejam elas vegetativas (alimentação, abrigo e reprodução) ou espirituais (arte e culto).

Voltando à tabela, era de se esperar que a Europa – devido às altas densidades populacionais registradas – apresentasse os mais elevados índices de

artificialização superficial tendo em vista o suprimento das necessidades de um grande número de pessoas dispostas num território compacto.

Esta, no entanto, não é uma relação necessária porque é possível, ao menos teoricamente, garantir a manutenção de uma população mais ou menos equivalente neste mesmo território sem este nível de concentração espacial.

Embora os dados não estejam desagregados, não é difícil inferir que algumas porções do continente asiático possam apresentar densidades semelhantes e concentrações espaciais bastante inferiores às europeias.

Há, claramente, portanto, um outro elemento co-responsável pelo índice relativamente maior de artificialização do território europeu.

Os inúmeros e extensos impérios territoriais desde a antiguidade, à medida que incorporavam novas regiões, também concentravam espacialmente suas cidades capitais que, cada vez mais, dragavam recursos, mercadorias, serviços, conhecimento etc. Há pelo menos até o fim do Império Romano, séculos e séculos seguidos de concentração espacial verificada principalmente na faixa intercontinental que vai desde o Crescente Fértil até as franjas meridionais do subcontinente europeu.⁷

⁷ A propósito, Mumford (1965), ao descrever a glória e decadência de Roma, diz que "... foi Júlio César quem construiu o mais antigo e o maior dos circos, o Circus Maximus – uma estrutura que ainda, misteriosamente, foge à escavação, e esse era tão grande que continha, segundo uma autoridade do quarto século, nada menos de 385.000 lugares para espectadores, embora Carcopino fale em 255.000 lugares e Cúrcio em 'apenas' 80.000."

Além disto, como afirma Lojkine (in Forti, (1979): "A aglomeração de meios de produção e de troca (...) não caracteriza, de modo algum, a cidade capitalista, na medida em que a cidade medieval já exercia – mesmo que em escala reduzida – atividades produtivas e mercantis. Aquilo que vai caracterizar duplamente a

Desta forma, do ponto de vista da concentração espacial, os impérios territoriais da antiguidade, a despeito de sua grandiosidade – alcançada após muitos séculos de conquistas –, não são nem sequer sombra do que o império do capital realizou apenas nos últimos dois ou três séculos por todo o mundo e, principalmente, pela Europa.

O fato líquido e certo traduzido pelos dados é que, mesmo após o advento do modo capitalista de produção – que só pode subsistir se houver crescimento contínuo e numa escala sempre mais elevada –, mantém-se mais da metade da superfície do planeta praticamente inalterada.

Isto, evidentemente, só pode ser obtido com altíssimos níveis de concentração espacial.

Mas como é possível a este sistema lidar com um quantitativo populacional jamais visto em toda a história da humanidade e todas as implicações daí decorrentes sem, necessariamente, criar uma única mancha (forma) urbana continental interrompida apenas pelos oceanos?⁸

Porque o capital, assim como os homens, não está diluído no mar da superfície total do planeta e sim, tendencialmente, hiper-concentrado em arquipélagos urbanos?

cidade capitalista é: a) a concentração crescente dos 'meios de consumo coletivos' (...); b) o modo de aglomeração específico do conjunto dos meios de reprodução(...).”

⁸ A ficção de um planeta totalmente urbanizado cuja fotografia, a partir do espaço sideral, mostrasse uma teia contínua de pontos brilhantes (“*the coruscating*”), povoa inúmeras mentes.

Precisamos analisar isto mais de perto.

Pode-se admitir que produzir mais-valor é a razão de ser da ordem econômica cujo núcleo é o capital, e que as metamorfoses por que passa este capital na esfera produtiva $[D \rightarrow M(FT+MP) \rightarrow P]$ ⁹ podem ocorrer, teoricamente, em qualquer ponto do espaço. Esta capacidade de dispersão das unidades produtivas – sempre ampliada com as revoluções processadas no âmbito das forças sociais de produção – demanda, no entanto, algum grau de necessária concentração espacial. Porém, como veremos adiante, a concentração espacial que o capital cria, tende a atingir níveis extremamente elevados e jamais vistos. Se isto não constitui uma contradição, ao menos representa uma particularidade interessante.

Paul Singer (apresenta assim a conformação urbana quando analisa o processo de terciarização das sociedades:

Ela [a urbanização] implica na formação de redes urbanas, fortemente polarizadas por grandes cidades, ao redor das quais se formam 'áreas metropolitanas'. E os núcleos destas áreas, por mais estranho que pareça, não são constituídos por concentrações industriais, mas por *complexos de serviços*. Na configuração urbana típica, o centro metropolitano é formado por um conjunto de serviços de controle (...) ao redor dos quais se organizam outros serviços que

⁹ Onde, como se sabe, **D** é dinheiro, **M** é mercadoria, **FT** é força de trabalho, **MP** são meios de produção e **P** é o produto.

atendem necessidades da população (...). A grande indústria tende a se afastar do centro metropolitano, localizando-se ao longo dos eixos de comunicação. (...)

O fato empiricamente inegável é que os serviços mostram uma tendência muito mais forte a se aglomerar espacialmente do que a grande indústria (SINGER, p. 129-130).

Está assim novamente colocada a distinção essencial entre as esferas da produção e da circulação que rebate na produção de mercadorias ou serviços e atinge em cheio não só os esquemas da acumulação, mas principalmente, a questão espacial.

Por oposição às características apresentadas pelo capital na forma mercadoria é que podemos desenvolver e apontar suas particularidades quando se metamorfoseia em capital-serviços e entender porque, conforme destacado acima, o capital (sob esta forma) tende a se aglomerar espacialmente.

Uma vez que a universalidade da mercadoria, conferida pela esfera produtiva, a torna de um certo modo, a-espacial, é necessariamente na esfera da circulação (onde se aloja a reprodução geral) que devemos nos concentrar para responder à questão acima.

Embora, nos últimos tempos, para se processar sua análise, se tenha (não raro) mitificado o capital e o sistema por ele comandado, sua existência só pode ser

tomada a partir de uma perspectiva social e isto, inevitavelmente, lhe confere alguns limites bastante rígidos.

Dentre estes limites, destaca-se a insolúvel contradição entre a universalidade do valor incorporado na produção da mercadoria e a concentração espacial (localização) dos serviços indispensáveis (mas improdutivos) que operam não só na realização do valor, mas também na viabilização de uma reprodução ampliada (da força de trabalho e das relações sociais).

Se, como vimos, antes que o capital se tornasse o elemento ordenador da produção social, o fenômeno urbano já se tinha desenvolvido havia milhares de anos, então existe algo de imanente nesta manifestação espacial que o capital anseia, mas parece não conseguir eliminar.

Por conseqüência, só resta ao capital adaptar-se a este obstáculo que o precede, e daí envolvê-lo e conformá-lo.

É então por uma razão simples e já enunciada que os serviços em geral estarão, necessariamente, concentrados no espaço.

Quando pensamos as metamorfoses por que passa o capital no reino dos serviços, constatamos que, ao contrário da seqüência completa

$[D \rightarrow M(FT+MP) \rightarrow P \rightarrow M' \rightarrow D']$ verificada desde a produção até a realização do

valor, há uma supressão do elemento P (produto) nesta cadeia e assim

$[D \rightarrow M(FT+MP) \rightarrow D']$ o capital retoma a forma D (dinheiro) sem antes se

metamorfosar em capital-mercadoria (produto).

É esta imaterialidade dos serviços, expressa na equação acima, que os torna (como vimos) destituídos de valor – da perspectiva da acumulação e (como vemos), inevitavelmente concentrados – da perspectiva espacial.

Se o “produto” das atividades de serviços não pode se materializar e, portanto, não pode ser estocado e transportado, então a sua produção só pode se dar concomitantemente ao seu consumo. Isto significa que só haverá oferta quando a demanda for, de fato, efetiva.¹⁰

Conseqüentemente, só haverá de fato demanda efetiva com a concentração espacial da população.

Resulta daí que os serviços em geral só poderão ser “produzidos” (ofertados) em espaços localizados que lhes permitam, através da escala da demanda, cobrir os custos de oferta (salários, meios de trabalho e renda de localização) e gerar, no mínimo, o lucro médio daquela economia.

É por causa disto que o capital tenta incansavelmente, através do avanço tecnológico, transformar em mercadoria tudo aquilo que lhe é refratário. Isto quer dizer: transformar, no limite, todos os serviços em bens materiais.

Em todos os setores há exemplos contundentes disto: a gravação e comercialização de uma música, de um show, de uma peça teatral ou de um tradicional “longa-metragem” do cinema em CD ou DVD; a substituição de algumas atividades domésticas por equipamentos (eletro-eletrônicos principalmente) como a troca do serviço da lavadeira pela máquina de lavar ou a

¹⁰ Este tema é desenvolvido (juntamente com toda a problemática espacial) com lucidez e profundidade na tese de doutoramento de Lemos, 1988.

substituição do serviço do jardineiro pelo cortador ou roçador elétrico de grama; o incentivo à aquisição e uso do veículo particular ao invés da utilização dos serviços de transporte coletivos; a automação do setor bancário que numa só tacada transformou a prestação de antigos serviços em “produtos” que o próprio cliente seleciona em qualquer caixa eletrônico do mundo e aniquilou um dos maiores e mais importantes núcleos sindicais no país; a crescente utilização, por meios eletrônicos, do ensino à distância em substituição à aula “tradicional” que requer sempre aluno e mestre juntos num mesmo espaço-tempo; etc.

Este movimento do capital sobre os serviços tem levado, nos últimos anos, a uma rediscussão sobre o enquadramento dos serviços na categoria do trabalho improdutivo. Para muitos¹¹, com os quais não concordamos, já não é mais possível admitir que os serviços, a despeito de sua imaterialidade, não possam comandar o processo de acumulação e permaneçam ainda subordinados ao reino da mercadoria.

O fenômeno da terciarização das sociedades – que implica em extensão de inúmeros serviços a uma escala cada vez mais ampla além da criação e manutenção de novos tipos de serviços – é que tem provocado estas discussões.

Para nós, no entanto, admitir isto (a supressão prática da distinção entre produção e circulação através dos conceitos de trabalho produtivo/improdutivo) é uma séria incorreção teórica.

O avanço do capital produtivo sobre alguns serviços com a sua conseqüente transformação em mercadoria – como os exemplos citados acima e mesmo em

¹¹ Ver, por exemplo, Sassen, 1991 e Kon, 2004.

vários outros não relacionados – não implica que o setor de serviços (de produção e de consumo) tenha, como um todo, finalmente, sido fagocitado pela produção. Isto, dada não só a natureza da maioria dos serviços, como também a própria natureza dos homens (como vimos inicialmente), é claramente impossível!

Ao processo de concentração social do capital – que significa a reunião de mais e mais meios de produção e força de trabalho assalariada sob o comando de poucos capitalistas (cuja etapa seguinte é proceder a uma centralização deste capital) – corresponderá também uma concentração espacial deste capital, uma vez que não apenas as massas sempre crescentes de materiais produtivos trabalhados requererão cada vez mais serviços de produção, como também a reprodução cada vez mais ampliada de uma força de trabalho numericamente maior requererá mais e mais serviços de consumo.

1.3.3 A fixação do capital no espaço ou o espaço construído

First, since capital is defined as 'value in motion', it follows that fixed capital must also be so regarded. Fixed capital is not a thing but a process of circulation of capital through the use of material objects, such as machines. From this it then also follows that the circulation of fixed capital cannot be considered independently of the specific useful effects that machines and other instruments of labour have within the production process. Fixed capital cannot be defined independently of the use to which material objects are put. Only instruments of labour actually used to facilitate the production of surplus value are classified as fixed capital (HARVEY, 2006. p. 205).¹²

Contradição. A riqueza social só pode produzir e ser produzida como capital a partir do movimento ininterrupto de energias, de materiais, de informações, de pessoas, de mercadorias prontas etc. Entretanto, para que isto seja possível, para que o processo geral de produção se dê, uma parte desta riqueza social que

¹² Primeiro, uma vez que o capital é definido como "valor em movimento", segue-se que o capital fixo também deve ser assim considerado. Capital fixo não é uma coisa, mas um processo de circulação de capital através do uso de objetos materiais, tais como máquinas. Disto resulta que, em seguida, também a circulação de capital fixo não pode ser considerada independentemente dos efeitos úteis específicos que as máquinas e outros instrumentos de trabalho têm no processo de produção. O capital fixo não pode ser definido independentemente do uso dos objetos materiais. Apenas os instrumentos de trabalho efetivamente utilizados para facilitar a produção de mais-valor são classificadas como de capital fixo. (T.A. Grifos nossos).

vai ser mobilizada como capital precisa funcionar fixadamente, isto é: como capital fixo.

Mas se, como dissemos, produzir a partir do capital pressupõe um fluxo contínuo, a fixação do capital é, em princípio, jamais desejada e, sempre, um mau necessário. Afinal, o capital é o valor em franco movimento.

Neste trabalho desenvolveremos uma análise de um tipo específico de “capital fixo” que é aquela parte da riqueza social fixada no espaço urbano, atrelada às “precondições de produção” e principalmente também, intimamente associada à reprodução em geral.

Talvez, como veremos adiante, a melhor maneira de denominar esta forma material e fixada da riqueza social seja não a de capital fixo, mas a de capital físico.

Antes, é, no entanto, indispensável fazer uma breve retomada das categorias *Circulante* e *Fixa* do capital uma vez que só a partir deste fundamento geral, poderemos chegar ao estudo do espaço construído – entendido (ou não), em grande parte, como um tipo específico de capital fixado.

A idéia de dividir o capital social produtivo em duas partes (*avances primitives* e *avances annuelles*) vem desde os fisiocratas. Ela era muito útil porque permitia contabilizar os diferentes períodos de rotação dos capitais adiantados na produção agrícola.

Para os fisiocratas, este era o único setor realmente produtivo da economia. Assim, os capitais aplicados na produção que perfizessem as etapas da

circulação e retornassem às mãos do produtor em até um ano eram (obviamente) adiantamentos anuais e aqueles capitais cuja rotação fosse lenta, plurianual, foram classificados como adiantamentos primitivos porque viabilizavam condições materiais para que se desse o efetivo processo de produção.

Adam Smith retoma estes conceitos dos fisiocratas e os rebatiza com a alcunha que até hoje conhecemos: os *avances annuelles* se tornaram capital circulante e os *avances primitives*, capital fixo.

Segundo Marx (1975), esta generalização de conceitos elaborados originariamente para a produção agrícola, mas que torna-se, em seguida, útil para a análise dos tempos de rotação de quaisquer capitais produtivos, foi a única contribuição de Smith neste tema.

E ao retomar o assunto (fartamente desenvolvido dentro da secção 2 dos *Grundrisse*, ao longo de todo o item *Teorias do Mais-Valor* (1973, p. 549-741) e de forma mais acabada nos capítulos VIII, XIX, X e XI do livro II d'*O Capital*), Marx – poupando apenas a Ricardo, de quem reconhece a argúcia e o raciocínio lógico atilados demais para não perceber que se passavam, sub-repticiamente, confusões e omissões – vocifera contra todos aqueles que, desde Smith, apenas repetiram e ajudaram a tornar sacrossantos os conceitos degenerados de capital circulante e capital fixo.

Não apresentaremos amiúde aqui o processo de vulgarização destes conceitos já tão denunciado nas obras marxianas. Ao invés disto, veremos de uma vez como estes conceitos foram ajustados à teoria do valor.

Logo de início, Marx assim distingue um e outro tipo de capital (aplicados exclusivamente na esfera produtiva):

Circulating capital was ejected from the production process in the form of the product, of the newly created use value, and thrown wholly into circulation; when transformed back into money, the entire value of the product (the entire labour time objectified in it, necessary and surplus labour time) was realized and all conditions of reproduction fulfilled.

With the realization of the price of the commodity, all these conditions were fulfilled, and the process could begin anew. (...)

Fixed capital, by contrast, does not itself circulate as a use value, but rather enters as value into the manufactured raw material (in manufactures and agriculture) or into the directly extracted raw material (mining industry etc.) only to the extent that it is used up as use value in the production process. Fixed capital in its developed form hence only returns in a cycle of years which embraces a series of turnovers of circulating capital. (...) It enters into the price of the product only in successive bits, and hence returns as value only successively (p. 721).¹³

¹³ O capital circulante, uma que tenha sido ejetado do processo de produção na forma de um produto (um valor de uso recém-criado), é totalmente colocado na circulação; quando ele é transformado novamente em dinheiro, o valor integral do produto (o tempo de trabalho incorporado nele, o tempo de trabalho necessário e o tempo trabalho excedente) é realizado e todas as condições de reprodução são satisfeitas. Com a realização do preço da mercadoria, todas estas condições são satisfeitas, e o processo é reiniciado. (...)

O capital fixo, ao contrário, não circula como valor de uso, mas entra como valor na matéria-prima trabalhada (na indústria e na agricultura) ou na matéria-prima diretamente extraída (mineração etc.) somente à medida em que é usado no processo de produção. O capital fixo em sua forma desenvolvida, retorna apenas num ciclo de vários anos os quais envolvem uma série de rotações do capital circulante. (...)

E o afirma novamente, de forma mais condensada no livro 2 d' *O Capital*:

De maneira genérica, vimos que todo o valor-capital está em circulação contínua e nesse sentido todo capital é capital circulante.

(...)

O que dá a uma parte do valor-capital despendido em meios de produção o caráter de capital fixo é apenas a maneira peculiar como circula o correspondente valor (p. 165-167).

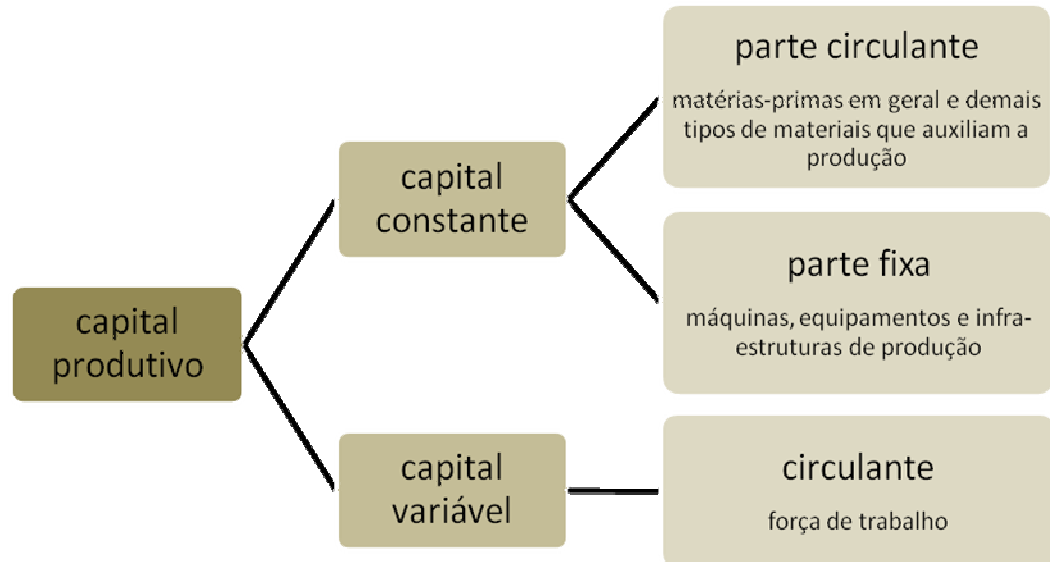
Então, o que ele quis deixar patente é que existia uma diferença substancial entre os pares capital constante X capital variável e capital circulante X capital fixo, mas que a economia política não fazia nenhuma questão de considerar e, conseqüentemente, acabava fundindo-os numa isonomia infundada.

O par constante X variável representa a composição do valor ou composição orgânica do capital e está circunscrito exclusivamente à produção e geração do mais-valor.

Já o par circulante X fixo é uma derivação da parte constante do capital tendo em vista a análise do movimento específico do capital de acordo com a forma material em que é adiantado no processo de produção: se circula sob a forma de meios de trabalho ou de materiais de trabalho. Assim, esquematicamente temos:

Ele entra no preço do produto apenas em sucessivas frações e então retoma a forma valor de somente de maneira gradativa.

Figura 05



Fonte: elaborado por nós.

Como se pode ver, o capital constante total empregado na produção de uma dada mercadoria circula integralmente neste processo de produção, transferindo a esta mercadoria os valores incorporados nas matérias-primas, nos materiais auxiliares e nos meios de trabalho. Isto, porém, se dá de maneira diferente para materiais de trabalho e meios de trabalho.

A partir das transformações verificadas no processo produtivo, os primeiros transferem de uma só vez ao produto, todo o valor neles incorporado. Aparece uma nova mercadoria que se põe em circulação e, uma vez vendida, realiza o valor total nela embutido e o processo se refaz continuamente.

Já os segundos, por incorporarem um valor muito mais elevado, mas principalmente, por não poderem ser vendidos como valores de uso para o consumo individual, só podem efetuar uma transferência do seu valor ao produto de uma maneira fracionada.

Portanto, gotas do seu valor total coagulam-se em cada unidade da mercadoria produzida e, à medida que este ciclo vai se repetindo continuamente, o capital fixado nos meios de produção circula até que se transfira, numa rotação muito mais lenta, todo o valor que eles continham.

No mundo concreto da mecânica e das lutas entre múltiplos capitais, há perturbações que desequilibram esta transferência de valor. Entre elas figuram a necessidade de freqüente manutenção (preventiva ou corretiva) das máquinas/equipamentos para protelar seu desgaste pleno (obsolescência física) e também as mudanças tecnológicas que geram obsolescência econômica impedindo que haja tempo suficiente para que todo o valor incorporado nas máquinas/equipamentos se transfira às mercadorias produzidas.

Tudo isto implica em custos adicionais de produção que vão redundar, sempre, em menores taxas de lucro.

Portanto, menos pela forma material em que se apresenta que pela maneira através da qual seu valor é transferido ao produto, todo capital produtivo constante, pode ser dividido em circulante e fixo.

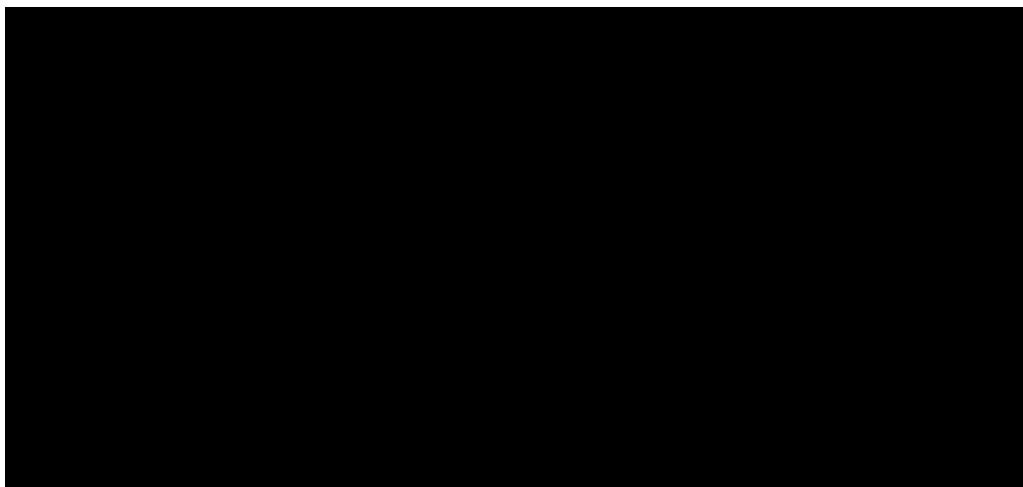
Então, realmente a definição de capital circulante/fixo não faz nenhum sentido se tomada a partir da forma mercadoria ou da forma dinheiro, uma vez que estas são formas assumidas pelo capital no processo de circulação.

Afirmar, portanto, como Smith (1988, p. 214), que todo o capital aplicado por um comerciante é integralmente capital circulante, é tão redundante que só pode evidenciar incorreção.

E isto fica claro quando ele afirma que um capital é circulante porque “circula” de mão em mão e que, por oposição, um capital é fixo exatamente porque não muda freqüentemente de dono (ou de mãos). Há aí claramente uma confusão entre capital circulante e capital na circulação.

A esquematização seguinte, que David Harvey (2006, p. 207) elaborou para tudo isto, talvez nos ajude a tornar ainda mais claras estas distinções:

Figura 06



Apesar disto, temos a partir de agora um sério problema teórico. Conforme vimos, Marx ajustou muito bem as categorias relacionadas ao movimento do capital à sua teoria do valor.

Sabemos ainda que, conforme a teoria, é apenas na esfera da produção que há geração de valor e que, por conseqüência, somente aquela parte do capital constante de rotação mais lenta poderia ser entendida como capital fixo.

Assim, “só o capital produtivo, portanto, pode cindir-se em capital fixo e capital circulante. Essa oposição não existe para os dois outros modos de existência do capital industrial, o capital mercadoria e o capital dinheiro... Ela só existe para o capital produtivo e dentro dele” (MARX,1975. p. 174-175).

Aí estariam incluídas (conforme vemos na figura) as máquinas, os equipamentos e toda a infra-estrutura diretamente ligada ao processo produtivo. Conforme Marx afirma, Harvey expõe e nós salientamos, estas são categorias pensadas para e na produção.

No entanto, depois de todas estas definições, Marx, em inúmeras passagens relaxa totalmente as condições que a teoria do valor coloca como necessárias para a definição do capital fixo.

A partir daí, a produção e a circulação que tinham sido tratadas claramente como duas esferas, como dois compartimentos individualizados – ainda que jamais estanques – do capital social, passam a ser tratadas com tal grau de complementaridade e de interseção que chegam, em não raros momentos, a se (con)fundir num único elemento de análise.

É provável que, em boa medida, isto seja decorrente do seu plano geral de, primeiro, analisar o processo imediato de produção, para em seguida desvelar o seu processo complementar que é o processo de circulação e finalmente, “... *descobrir e descrever as formas concretas oriundas do processo de movimento do capital, considerando-se esse processo como um todo*” (MARX, 1975. p. 29).

O problema é que em nome da busca pelo entendimento do movimento do capital em sua forma concreta, a categoria capital fixo (revista longamente sob todo o rigor da teoria do valor) é bastante comprometida.

E com o relaxamento da premissa – a de que para ser capital fixo, todo capital tem que funcionar, necessariamente, como capital constante produtivo – inúmeros representantes do capital-mercadoria, súditos do reino da circulação, passam subitamente à categoria de capital fixo ou porque formam um tipo “independente” ou porque conformam as condições gerais de produção como capitais fixados.

The latter circumstance becomes important where the fixed capital appears not as a mere instrument of production within the production process, but rather as an independent form of capital, e.g. in the form of railways, canals, roads, aqueducts, improvements of the land, etc.
(...)

A house can serve for production as well as for consumption; likewise all vehicles, a ship and a wagon, for pleasure outings as well as a means of transport; a street as a means of communication for production proper, as well as for taking walks etc. (MARX, 1973. p. 686-687).¹⁴

Indirectly, then, in all commodities the buyer successively an bit by bit pays for the wear and use of fixed capital, even though the latter does not enter into circulation as use value. But there are forms of fixed capital where he pays directly for it use value – as with means of communication, transport etc. in all these cases the fixed capital in fact never leaves the production process, as with railways etc. But while it serves for some as means of communication within the production process itself, to bring the product to market, and for the producers themselves [as] means of circulation, it can serve others as means of consumption, as use value, for holiday travel, etc. (...) It does not appear as locked within a particular production process, but rather as the connecting artery of a mass of such production

¹⁴ A última circunstância torna-se importante onde o capital fixo não aparece como um mero instrumento de produção dentro do processo de produção, mas como uma forma independente da capital, por exemplo, sob a forma de ferrovias, canais, estradas, aquedutos, melhorias do solo etc. (...) Uma casa pode servir para a produção, bem como para o consumo da mesma forma como todos os veículos, um navio e um vagão, para passeios, bem como um meio de transporte; uma rua como um meio de comunicação para a produção propriamente dita, bem como para fazer caminhadas etc.

processes of particular capitals, who use it up only in portions (Idem, p. 724-725).¹⁵

No mesmo investimento são diferentes, para os diversos elementos do capital fixo, a duração da existência e conseqüentemente o tempo de rotação. Numa ferrovia, por exemplo, diferem, quanto ao tempo que duram e que precisam para reproduzir-se, os trilhos, os dormentes, as obras de terraplenagem, os edifícios das estações, as pontes, os túneis, as locomotivas e os vagões. O capital adiantado nesses itens apresenta, portanto, tempos diferentes de rotação (MARX, 1975. p. 176).

A movimentação das mercadorias, a circulação efetiva das mercadorias no espaço, identifica-se com o transporte delas. A indústria de transporte constitui ramo autônomo da produção e por conseqüência esfera particular de emprego do capital produtivo. Singulariza-se por aparecer como continuação de um processo de

¹⁵ Indiretamente então, em todas as mercadorias, o comprador, sucessivamente, pouco a pouco, paga pelo desgaste e pelo uso do capital fixo, mesmo que este entre na circulação como um valor de uso. Mas há formas de capital fixo onde se paga diretamente pelo seu valor de uso – como com os meios de comunicação, de transporte etc. Em todos estes casos, o capital fixo nunca deixa o processo de produção, como com as estradas de ferro etc. Embora ele sirva para alguns como meios de comunicação no processo de produção, para trazer o produto ao mercado, e para produzi-los [como] meios de circulação, pode servir a outros como meios do consumo, como valor do uso, para uma viagem de férias, etc. (...) Ele não está preso a um particular processo de produção, mas bastante conectado a uma massa de processos de produção que o usam apenas em parcelas. (T.A.).

produção *dentro* do processo de circulação e *para* o processo de circulação (Idem, p. 155).

Já se disse que o método de Marx é espiralado e que isto sempre nos conduz ao exame de contradições, sua posterior superação e subsequente aparecimento de contradições novas.

Marx também tinha argúcia e raciocínio lógico demais para não perceber, quando da análise do movimento do capital, que aquela parte da riqueza social cristalizada no espaço, representava uma variável relativamente independente e de muito peso no processo de realização do valor.

Ela era capaz de satisfazer às exigências tanto do consumo produtivo quanto do consumo individual e coletivo.

Mas o que vemos aqui é que, com o relaxamento das condições para que um dado bem pudesse ser considerado capital fixo, praticamente qualquer mercadoria durável (um veículo, um barco, uma ponte, um lago, uma estrada, uma ferrovia, um porto etc.) pôde assumir este papel desde que fosse usada por algum agente da produção – ainda que eventual e totalmente fora de uma genuína atividade produtiva.

Dentre os exemplos citados acima (que foram todos retirados de Marx) não há um sequer que não esteja diretamente atrelado às atividades de circulação.

Desta forma, o resultado líquido de estender uma categoria do capital produtivo à esfera da circulação é responder dialeticamente às exigências do capital no mundo real e solucionar a dicotomia circulação-produção, mas ao mesmo tempo com isto, golpear na base a teoria do valor.

A propósito, Marx chega a afirmar que “... o capital produtivo nela aplicado [na indústria de transporte] acrescenta valor aos produtos transportados, formado pela transferência de valor dos meios de transporte e pelo valor adicional criado pelo trabalho de transporte” (Idem, p. 153).

Ora, se isto é verdade, haverá uma identidade entre valor e valor de troca e perderíamos numa solução, muito mais do que ganharíamos assumindo uma insuficiência.

Portanto, para além de uma questão meramente semântica, talvez haja uma mais apropriada denominação para o que Marx chama extensivamente de capital fixo ou de capital fixo do tipo “independente”.

Por esta razão, neste trabalho trataremos tudo isto assim chamado – o capital fixado no ambiente urbano – como Espaço Construído.

Assim, saberemos que suas estruturas são artérias pelas quais o capital necessariamente flui, mas que também não estaremos limitados ao poder de alcance desta ou daquela categoria de movimento do capital quer na sua fase produtiva quer na esfera da circulação.

1.3.4 A circulação localizada do capital

O que temos agora é a concentração dos capitais já formados, a supressão de sua autonomia individual, a expropriação do capitalista pelo capitalista, a transformação de muitos capitais pequenos em poucos capitais grandes. (...) O capital se acumula aqui nas mãos de um só, porque escapou das mãos de muitos noutra parte (MARX,1975. p. 727).

Conforme Marx, o capital social é constituído pelos diversos capitais individuais, que por sua vez, constituem-se a partir de uma acumulação (primitiva) e de uma dada concentração dos meios de produção nas mãos de determinados indivíduos.¹⁶

A cada nova acumulação, estes capitais, em cada ramo da produção, tendem a se fragmentar e a se constituir em novos capitais que buscam realizar nova acumulação e assim por diante. Este ciclo, no entanto, tem limites relativamente estreitos porque a partir de um dado momento, a acumulação (que faz crescer o capital social), por causa da concorrência intensificada entre estes diversos capitais já formados em um determinado ramo, só é possível a taxas cada vez

¹⁶ Portanto, advertimos que esta concepção de capital social em Marx não tem nenhuma relação com o conceito de Capital Social desenvolvido no século XX por Coleman (1990) ou Putnam (1993).

menores. A partir daí, inicia-se uma luta fratricida entre as diversas porções individuais do capital social.

Os capitais maiores, que produzem em escalas mais amplas, podem, exatamente por causa disto, reduzir seus custos e, conseqüentemente, seus preços finais a um piso que os outros capitais menores não podem suportar. Estes últimos, se vêem impossibilitados de realizar ao menos o lucro médio setorial e são, finalmente, fagocitados pelos primeiros.

O processo e o resultado desta “expropriação do capitalista pelo capitalista” são entendidos como centralização do capital social. E ainda que haja forças que a contrabalancem, esta centralização vai se dando em níveis cada vez mais elevados na sociedade – evidentemente, até o ponto em que esta ação canibal seja vantajosa para o grande capital, pois haverá um determinado momento em que, dadas as condições técnico-organizacionais de produção e gestão, a conquista de parcelas cada vez mais amplas do mercado não proporcionem mais os crescentes retornos esperados.

Como salientado anteriormente, este é praticamente um jogo de soma zero no qual alguém só obtém ganhos quando a um outro alguém impõe perdas.

Mas o processo de centralização, que é sucedâneo do processo de concentração, à medida que impõe perdas e desarticula inúmeros capitais individuais e com isto leva à ruína inúmeras vidas (famílias ou mesmo comunidades inteiras) que se fizeram ao longo de dezenas, de centenas de anos em virtude da formação daquele capital, também promove um avanço das forças produtivas e, conseqüentemente, da acumulação ao integrar verticalmente diversos capitais

anteriormente isolados e submetê-los a um processo de produção mais racionalizado que proporciona um produto social maior empregando menos trabalho por unidade produzida.

Assim, ainda que à custa da expropriação dos capitais inferiores, a riqueza social cresce a uma taxa muito superior àquelas múltiplas taxas de crescimento que se verificariam na ausência do processo de centralização.

A título de exemplo, já se afirmou que mesmo em pleno século XIX, “o mundo ainda estaria sem estradas de ferro, se tivesse de esperar que a acumulação capacitasse alguns capitais isolados para a construção de uma ferrovia. A centralização entretanto, por meio da organização das sociedades anônimas, cria num instante as condições para uma tarefa desta ordem” (MARX, 1975. p. 729).

Este movimento espiralado, que vai da concentração à centralização em níveis cada vez maiores, tem como efeito o aparecimento, na sociedade, de capitais de gigantescas magnitudes que vão incessantemente (mas não sem contradições) buscar novas e mais amplas centralizações.

É, no entanto, muito importante ressaltar que se a centralização do capital social é sucedânea de uma concentração prévia deste mesmo capital, esta, por sua vez, é o resultado líquido de um arranjo sócio-espacial claramente localizado. Isto é, peculiar a determinadas áreas ou regiões.

O capital é uma relação social e a empresa produtiva capitalista, é claro, não se estabelece em qualquer parte – ainda que teoricamente isto possa ser feito.

Conforme vimos na secção **1.3.2** deste capítulo¹⁷, em tese, a atividade produtiva (excetuando-se algumas atividades como a agricultura e a mineração – que dependem de condições naturais específicas só encontradas em determinadas localidades dotadas de apropriadas condições climáticas, topográficas ou pedológicas; ou da existência de matérias-primas etc.) pode acontecer em qualquer ponto do espaço físico. Isto porque as mudanças técnicas incessantes por que passam os processos produtivos e distributivos vão, paulatinamente, tornando estas atividades cada vez menos subordinadas a determinadas porções espaciais e, conseqüentemente, cada vez mais potencialmente dispersas no espaço geográfico.

Apesar disto, há uma série de elementos que são absolutamente essenciais ao florescimento de toda indústria sob qualquer modo social de organização da produção. Eles são de natureza física e cada vez mais predominantemente, de aspecto social¹⁸ (aí incluídas, evidentemente, todas as relações econômicas de uma dada sociedade).

O que queremos, enfim, reafirmar é que não se pode esquecer de que há uma seqüência lógica, uma sucessão dos processos relacionados com o aparecimento e desenvolvimento das relações sociais de produção em qualquer modo de produção que possibilita a reunião casual de elementos naturais e sociais em proporções e qualidades favoráveis à atividade produtiva em geral. Se esta forma de produzir se dá a partir do capital, então a combinação destes elementos (em qualidade e proporções) é ainda mais específica.

¹⁷ **A concentração espacial do capital.**

¹⁸ Jacobs, 1969 e também Marshall, 1982.

Numa hipotética genealogia, a centralização (objeto direto da nossa análise neste tópico) é descendente da concentração. Esta, por sua vez, seria filha das núpcias entre as condicionantes sociais (o “caráter” industrioso de um povo; o desenvolvimento e cristalização de suas instituições políticas e sociais; o entrelaçamento favorável de bases religiosas, políticas e econômicas; a liberdade de iniciativa etc.) e as condicionantes naturais (a existência de matérias-primas; de energia; a posição geográfica etc.).

Portanto, exatamente porque é óbvio, é fácil constatar que em todas as épocas, a empresa produtiva, independentemente de sua forma social de organização, nunca deixou de estar subordinada à localização. O ato de produzir sempre vai envolver a transformação de materiais através do trabalho¹⁹. Assim, é elementar que tais materiais existam e estejam à disposição para serem, efetivamente, transformados. E para que isto ocorra, é absolutamente fundamental que socialmente já esteja definido quem o fará, para quem o fará, a partir de quais processos produtivos, sob qual remuneração, a que taxa de produtividade etc.

Estas são condições universais e *sine qua non* para o estabelecimento de uma empresa produtiva em qualquer época. Reúnem-se (concentram-se) em um determinado local, materiais, meios de trabalho e força de trabalho sob um determinado comando e a partir daí se obtém um determinado produto revestido de valor social.

¹⁹ Conforme vimos no tópico 1.3.1 deste capítulo (**A produção e circulação do capital**), teoricamente, a oferta de serviços não constitui trabalho produtivo e que, portanto, não se **produz** um serviço, subentendendo-se que um trabalho só produz, isto é, só é produtivo quando produz mercadorias.

Nos outros diversos modos de produção anteriores ao capitalismo, uma vez satisfeitas estas condições iniciais e mantidas as demais condições que garantiam a existência de um produto social excedente – que, em geral, ou era consumido pelos extratos sociais mais elevados através dos gastos com ostentação (artigos de luxo, monumentos, banquetes, artes etc.) ou era entesourado – a estabilidade era mantida por longos períodos dado que, grosso modo, a cada empresa produtiva localizada correspondia uma determinada “área de mercado” também mais ou menos estabilizada. Assim, as possibilidades de concentração eram rapidamente esgotadas uma vez que as necessidades locais tendiam a ser satisfeitas através da produção local.

Uma vez produzido um determinado *quantum* de excedente, seu destino era ser todo ou em grande parte consumido na reprodução social geral sem que necessariamente houvesse com isso uma ampliação desta reprodução. Isto mantinha as coisas praticamente num circuito estacionário.

Tanto socialmente quanto espacialmente, a empresa produtiva tinha uma área de alcance relativamente estreita e, mais que isto, ela estava também relativamente insulada. Isto é, exceto quando estavam circunscritas pelas fronteiras de um império territorial mais ou menos vasto que garantiria a formação de algo parecido com um “mercado interno” e como consequência, a formação de parâmetros produtivos e de trocas, as indústrias localizadas mantinham-se localizadas e seu campo de lutas (concorrência) estava também restrito à localidade. Desta maneira, cada local tende a bastar-se a si mesmo. E este quadro de auto-

suficiência inibe o estabelecimento de trocas mais intensas entre regiões mais amplas – o que se não chega a isolá-las totalmente, ao menos as distancia.

À medida em que se definem os ganhadores e os perdedores locais (com a incorporação destes por aqueles), a luta passa para um estágio mais avançado, no qual se digladiam não mais pequeninas unidades produtivas, mas indústrias maiores, capazes de atender não só às demandas locais como também aquelas existentes em outras regiões. No entanto, para penetrar em novos locais e atender às suas demandas, é provável que esta indústria tenha que se deparar com uma outra indústria rival de porte mais ou menos semelhante ao seu. A luta entre estes capitais fracionários, ao final, dá origem a novas e maiores concentrações.

Dadas algumas peculiaridades do modo de produção capitalista, nenhuma outra forma social de organização da produção é tão eficiente em reunir fatores produtivos; maximizar a taxa de exploração (sobretudo a relativa e com isso gerar um volume maior de riqueza social) e reinserir parcelas cada mais expressivas do excedente diretamente na atividade produtiva, ampliando-a tendencialmente *ad infinitum*.

A partir daí, as coisas se processam de maneira bem diferente. Talvez a idéia essencial contida no antigo Princípio de Equilíbrio dos Líquidos, de Pascal, nos auxilie: uma vez que haja comunicação entre os vasos de um dado sistema, eles passarão a ser capazes de equilibrar o líquido que contêm independentemente das suas proporções. Uma pressão exercida sobre a superfície do líquido em

qualquer ponto do sistema é logo transmitida a todos os outros pontos garantindo que todas as colunas do líquido estejam equilibradas à mesma altura.

Analogamente, os processos sócio-espaciais, independentemente das particularidades locais ou regionais passam a se desenvolver progressivamente de maneira interconectada quando o capital, através da lei do valor, os sistematiza e os submete às mesmas pressões, à mesma coação. A partir daí, lugares e sociedades não estão mais insulados porque a auto-suficiência passa a ser cada vez menos possível ou mesmo cada vez menos desejável. Aquilo que se passa aqui (seja avanço, disrupção ou estagnação) é também sentido (em maior ou menor intensidade e não necessariamente ao mesmo tempo) noutras latitudes.

Depreende-se daí que o processo de centralização do capital verificado na sociedade é (simultânea e necessariamente) um processo também registrado no espaço geográfico. E estes processos, progressiva e inexoravelmente, vão interconectando sociedades e localidades.

A questão essencial para nós advém do fato de que, se os espaços localizados, por causa de suas dotações naturais e sociais e de sua relativa insularidade, sempre se constituíram como espaços individualizados, agora sob a coação da lei do valor – que tende, de diversas formas, a subsumi-los num sistema minimamente ordenado – estarão organizados em rede e necessariamente hierarquizados dentro dela. Isto é a manifestação espacial da centralização do capital social.

Os capitais – produto de arranjos sócio-espaciais específicos e localizados – quando, em quaisquer latitudes, usufruem de vantagens comparativas, estão, na

verdade, se valendo deste sistema de interconexão, exatamente porque alguns de seus atributos se convertem em vantagens que só podem ser traduzidas em lucros suplementares a partir do momento em que se estabelece um sistema de *comparação* com os outros locais.

Na década de sessenta do século passado, François Perroux publicou **A economia do século XX** – considerada um clássico na literatura da ciência econômica e uma obra importante para todas as ciências sociais. Especificamente no capítulo primeiro (Os espaços econômicos) da segunda parte do trabalho (Os pólos de crescimento), o autor desenvolve uma idéia interessante acerca da noção geral de espaço.

Entre outras coisas, Perroux salienta a necessidade de se transpor a idéia fixa e insuficiente do espaço como uma forma geométrica continente representada exclusivamente por pontos, linhas, superfícies e volumes coordenados (espaço euclidiano) e ao contrário disto, defende a idéia de espaço abstrato desenvolvida pela matemática e pela física modernas.²⁰

Estes espaços abstratos seriam “conjuntos de relações que fornecem a resposta a questões que não tem (*sic*) qualquer relação direta com a localização dum ponto ou dum objecto por duas ou três coordenadas” (PERROUX, 1967. P. 164).

²⁰ Para este autor, é exatamente a noção inexata e vulgar do espaço concebido como um continente de coisas e homens que deu origem a uma série de complexos patológicos entre os povos induzindo-os ao isolamento ou à guerra. Entre estes complexos ressalta alguns, como o do “Povo sem Espaço”, o da “Pequena Nação”, o do “Cerco”, o do “Espaço Vital”, o das “Fronteiras Naturais” etc.

Assim, haveria o espaço *geonômico* (vulgar e baseado apenas em relações geométricas euclidianas) e o espaço *econômico* (constituído por três tipos: i- conteúdo de um plano, ii- campo de forças e iii- conjunto homogêneo²¹).

Para além da questão meramente semântica (*geonômico* ↔ vulgar e *econômico* ↔ abstrato) o que interessa mesmo é ressaltar o avanço da proposta de Perroux – também desenvolvida mais ou menos no mesmo período por diversos pensadores como, por exemplo, Henri Lefebvre, Milton Santos e Jean Gottmann (ainda que eles tenham partido de pontos de vista diferentes e também, se valido de linguagens e códigos não coincidentes).

Seu trabalho chamou a atenção para necessidade de se superar a noção vulgar e inexata (*geonômica*) de espaço e, em seu lugar, adotar-se uma concepção mais abstrata que fosse capaz de retratar a complexidade imanente do espaço.

As relações econômicas, portanto, não podem ser analisadas apenas a partir da circunscrição local. Entretanto, superar o espaço *geonômico* não é, absolutamente, negá-lo. Se uma concepção vulgar e fixada de espaço tende a produzir complexos patológicos nos diferentes grupos sociais – como aqueles que citamos anteriormente, a substituição desta concepção (vulgar) por uma outra mais adequada (abstrata) pode ser eficaz apenas na resolução dos complexos patológicos sociais deixando, portanto, intacta e inquestionável a importância do

²¹ No espaço concebido como Conteúdo de um Plano, evidenciam-se as relações estabelecidas pela unidade produtiva a partir do seu próprio planejamento em função de suas necessidades. No espaço concebido como um Campo de Forças, evidenciam-se as forças centrífugas e centrípetas respectivamente emanadas ou recebidas por uma dada unidade produtiva. Já no espaço concebido como um Conjunto Homogêneo, evidenciam-se as relações de homogeneidade da própria unidade produtiva e desta com outras unidades produtivas.

local como ponto central de reunião (concentração) dos fatores necessários à produção e à reprodução.

... o crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou pólos de crescimento; propaga-se segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia (PERROUX, 1967. p. 164).

Fica aí reposta a nossa questão inicial: o capital tende a interconectar todos os lugares, mas só faz isto partindo de alguns locais específicos que, por dotações naturais e sociais, foram capazes não só de gerá-lo, mas também de lhe proporcionar nutrição e, com isto, de retê-lo.

A interconexão entre as diversas porções espaciais sobre as quais o capital circula, necessariamente criará entre elas um *status* hierárquico definido a partir do grau de importância estratégica maior ou menor que cada uma vai desempenhar no processo geral (complexo) da produção e da reprodução social.

Nesse sentido, Ann Markusen desenvolveu um interessante estudo que retomou boa parte da literatura sobre os Distritos Industriais – originalmente estudados na Inglaterra por Marshall.

De fato, os estudos desenvolvidos sobre os distritos industriais têm o mérito de dar relevo às especificidades locais que, finalmente, acabam por definir esta ou aquela porção do espaço geográfico como pontos nodais da rede que o capital estabelece entre os lugares – na página seguinte, produzimos uma tabela que sintetiza os quatro tipos de distritos industriais analisados.

Este trabalho (que reuniu dados coletados nos NIDs²² de alguns países como EUA, Japão, Coréia e Brasil e que foram cotejados com o modelo italiano – terceira Itália), foi condensado no interessante *Sticky places in slippery space: a typology of industrial district* que Markusen publicou no *Economic Geography* em 1996.

Nele, a autora ressalta a importância de trabalhos como o de Harvey (1982)²³ e o de Storper & Walker (1989) que chamaram a atenção para o fato contraditório de que o capital tem necessidade imanente de hiper-mobilidade, mas que para atingir este objetivo, ele tem que, necessariamente, criar e manter estruturas fixadas espacialmente.

Mas estes autores, no entanto, não explicam exatamente as razões pelas quais determinados locais se estabelecem e se mantêm como espaços que ancoram a atividade diretamente produtiva e/ou aquelas atividades a ela relacionadas. Não explicam, enfim, porque o capital circula mais intensamente em determinados locais que em outros.

²² New Industrial Districts (Novos Distritos Industriais).

²³ Neste nosso trabalho, utilizamos a última edição (ampliada) de 2006.

Figura 07
Características destacadas de quatro tipos de Novos Distritos Industriais

	Distrito Industrial Marshalliano	Distrito Centro-Radial	Plataforma Industrial (satélite)	Distrito Baseado no Estado
Estrutura de Negócios	Dominada por firmas pequenas do distrito	Dominada por uma ou mais firmas grandes	Dominada pela sede externa da corporações	Dominada por uma ou mais instituições de governo
Economia de Escala	Relativamente pequena	Relativamente alta	Moderada para alta	Relativamente alta no setor de atividades públicas
Transações Internas	Bastante significativa entre compradores e vendedores	Bastante significativa entre as grandes firmas e os fornecedores	Mínimas	Substancial entre a instituição dominante e os fornecedores
Decisões de Investimento	Tomadas localmente	Tomadas localmente, mas com alcance global	Tomadas externamente	Dependendo do nível de governo, podem ser internas ou externas
Contratos e Comprometimento entre agentes	De longo prazo e expressivo entre compradores e vendedores	De longo prazo e expressivo entre as grandes firmas e os fornecedores	Ausente em relação aos fornecedores locais	De curto prazo e pouco expressivo entre instituição e fornecedores/clientes
Cooperação e “Links”	Baixos em relação a agentes externos ao distrito	Altos com relação a firmas internas e externas	Altos apenas em relação a firmas externas, especialmente com a sede	Altos em relação às sedes das organizações fornecedoras
Mercado de Trabalho	Interno e bastante flexível	Interno e pouco flexível	Externo e interno (tendo em vista as firmas verticalmente integradas)	Interno se for capital de estado, nacional se for universidade etc
Comprometimento dos Trabalhadores	Com o distrito	Primeiro com as grandes firmas, depois com o distrito e, por último, com a pequena empresa	Com a firma	Primeiro com as grandes instituições, depois com o distrito e, por último, com as pequenas firmas
Migração do Trabalho	Alta taxa interna e baixa taxa externa	Idem	Altas taxas interna e externa para especializados e baixas taxas para não-especializados	Alta taxa interna e baixa taxa externa
Identidade Cultural	Base única	Idem	Fracos laços culturais	Base única
Financiamento, Serviço Técnico e de Negócios	Disponíveis no distrito, fora das firmas	Controlados pela grande firma	Obtidos externamente pela firma ou através de compradores externos	Ausente
Capital “paciente” (barato)	Disponível	Pequeno e fora das grandes firmas	Ausente	Ausente
Associações Comerciais	Existentes e fortes	Ausentes	Ausentes	Fracas
Governo Local	Forte atuação	Ausentes	Ausentes	Fracas

Assim, alguns lugares determinados, ainda que imersos num espaço global amplamente escorregadio (*slippery*) e, portanto, cada vez mais exposto aos efeitos negativos da hiper-mobilidade do capital, apresentam uma notória capacidade de aderência (*sticky*) ao atrair e fixar capital e trabalho.

Desta maneira, a posição estratégica e distinta que cada local apresenta no processo geral (e sempre complexo) de produção e reprodução social reflete e também reforça o *status* hierárquico de cada um deles no sistema inter espacial (urbano) que o capital estabelece.

E este *status* hierárquico conferido a cada espaço urbano é, em larga medida, resultado direto de vantagens produtivas/reprodutivas naturais ou produzidas pelo próprio capital.

Assim, pensar em hierarquia espacial pressupõe pensar na centralização e nas razões pelas quais o capital e o trabalho, a despeito de sua universalidade abstrata, estejam mais atrelados a determinados espaços (urbanos) que a outros.

Acreditamos que a melhor forma de atingir este entendimento é a partir da abordagem da teoria da renda da terra que, mesmo sendo formulada para checar o funcionamento da lei do valor no setor primário da economia, pode servir como base para análise da dinâmica circulação-fixação do valor no espaço urbano.

Isto, a análise da centralização espacial e da renda espacial urbana a partir da teoria da renda da terra, será desenvolvido no próximo capítulo.

Capítulo 2: da renda espacial urbana

Abraão tornou a prostrar-se diante dos donos daquela terra e assim falou a Efron, para que todos ouvissem: “Faze o favor de escutar-me: eu te pagarei o preço do terreno. (...)”

Efron respondeu a Abraão: “Escuta-me, senhor! O que é pra mim e para ti um terreno no valor de quatro quilos de prata...?”

Abraão concordou com Efron e pesou diante dos heteus a prata que havia pedido: quatro quilos de prata em uso no mercado.

E assim o campo de Efron em Macpela, perto de Mambré, tanto terreno como a gruta que se encontra nele e todas as árvores dentro dos limites do terreno, tornaram-se propriedade de Abraão, na presença dos heteus e dos que vieram até a porta da cidade.

2.1 Contexto histórico da teoria da renda da terra

É no mínimo intrigante verificar que o estudo da renda da terra, desde os fisiocratas, é tema sagrado em praticamente todas as obras “clássicas” devotadas à análise das relações econômicas. Isto não significa, porém, que, mecanicamente, as análises ulteriores estejam acima das iniciais. Significa apenas, que o estudo da renda da terra, na evolução do pensamento econômico, entre outras coisas, tornou-se também uma liturgia.

Contrários ou a favor da existência das diversas formas nas quais a renda da terra se substanciava, o certo é que desde que Adão (Smith) se voltou para a questão das rendas fundiárias²⁴ e tentou teorizá-la – aliás, uma questão central para as relações de troca – nenhum pensador econômico que pretendeu ser levado a sério, deixou de considerar a teoria da renda da terra em “tratados”, “princípios” e “fundamentos” de economia que se empilharam desde então, mesmo que, às vezes, nada acrescentassem, de fato, ao desenvolvimento daquela teoria.

O próprio Marx, caçula entre os “clássicos” e que herdou da economia política as quatro categorias da renda (de monopólio, absoluta e diferenciais I e II), mesmo tendo contribuído significativamente para o avanço da teoria, admite que: “The only thing I have got to prove *theoretically* is the *possibility* of absolute rent, without violanting the law of value. This is the point around which the theoretical

²⁴ Relativamente desenvolvidas em Quesnay, Petty e outros fisiocratas.

controversy has turned from the days of the Physiocrats up till now. Ricardo denies this possibility. I maintain that it exists” (in HARVEY, 2006. p. 134).²⁵

Apesar disto, no livro III d'O Capital, ele dedica centenas de páginas às rendas diferenciais (que não precisava provar) e apenas algumas páginas à renda absoluta (a “única” categoria que precisava ser provada teoricamente). Em relação a isto, é interessante verificar o que diz Harvey: “I shall argue that Marx’s initial concern for absolute rent was dictated more by his fascination with the contradictions of bourgeois political economy than by deep theoretical considerations...” (Idem, p. 349).²⁶

Provavelmente ele não terá sido o primeiro a ficar fascinado por algum aspecto da teoria da renda. As inúmeras correspondências trocadas entre autores que eram contemporâneos e, quando não, as infindáveis referências que faziam aos predecessores testificam que havia em sua obra, sempre mais do que a busca pura e simples pelo desenvolvimento de uma dada questão científica²⁷.

Assim, respostas a questões não formuladas; considerações acerca do que alguém possivelmente teria pensado; reiteraões de aspectos eventualmente mal interpretados por este ou por aquele; preciosismos semânticos nem sempre

²⁵ “A única coisa que eu devo provar teoricamente é a possibilidade da renda absoluta, sem violar a lei do valor. Este é o ponto em torno do qual a controvérsia teórica tem girado desde o tempo dos fisiocratas até hoje. Ricardo nega esta possibilidade. Eu garanto que ela existe.” (T.A.).

²⁶ “Devo argumentar que a preocupação inicial de Marx acerca da renda absoluta foi ditada mais por sua fascinação com as contradições da economia política burguesa do que por profundas considerações teóricas.” (T.A.).

²⁷ Seria maçante reproduzi-las aqui, mas elas estão quase sempre não só nas notas das publicações, mas também freqüentemente no corpo mesmo dos textos clássicos.

importantes etc., constituem uma parcela significativa de tudo aquilo que foi elaborado e que, efetivamente, dá corpo ao que se designa por teoria da renda fundiária.

Para nós isto é intrigante, mas ao mesmo tempo compreensível.

Evidentemente, para além de elementos banais como o fascínio de algum pensador por este ou por aquele aspecto de uma dada questão ou a vaidade pura e simples de alguns deles, há também outras razões que explicam a recorrência da teoria da renda da terra na literatura econômica.

Algumas destas razões podem ser encontradas na conjuntura histórica dos séculos XVIII e XIX (período no qual se marca a aniquilação do feudalismo como modo de produção dominante na Europa e a ascensão do modo de produção capitalista) e ainda nas particularidades da formação social inglesa dentro deste contexto (a Grã-Bretanha foi o berço e/ou o laboratório por excelência dos principais pensadores econômicos no período). Senão, vejamos.

O irromper da idade moderna por volta do fim do século XV não representou, de fato, a superação do modo de produção feudal. As inúmeras diferenças regionais na Europa (marcadas pela religião, pelo regime político, pela língua, pelos desníveis no desenvolvimento econômico etc.) redundaram em processos de transformação absolutamente diacrônicos porque partiam exatamente de bases sociais e econômicas muito diversificadas.

Assim, como um prenúncio da verdadeira revolução que se passaria, as cidades comerciais do norte da Itália, como Gênova e Florença, que gozavam de uma

posição de liderança no cenário urbano europeu, começavam a sofrer a concorrência de novos centros econômicos importantes que se desenvolviam no norte da Europa, como Londres e Amsterdã.

Nos reinos da Europa Central, havia uma grande efervescência provocada basicamente pelos efeitos da Reforma Protestante que, entre outras coisas, legitimava o lucro, a usura e, sobretudo, a expropriação dos bens eclesiásticos móveis e, principalmente, imóveis – o que pavimentou o caminho para a ascensão posterior do novo modo de produção.

Já a Europa Latina (e também a porção mais oriental do sub-continente), muito em função da força extraordinária que o catolicismo tinha aí – o que pressupõe o poder reacionário avassalador de uma potencial contra-reforma – mantêm o antigo regime quase que intacto ainda por mais algumas centenas de anos. E este quadro só vai sofrer mesmo algumas alterações importantes com a eclosão da revolução francesa já nos fins do século XVIII.

Mas o que queremos ressaltar, de fato, é que na esteira destas transformações, além das inúmeras mudanças superestruturais que se processavam, uma mudança de base absolutamente central não só para a manutenção ou superação do modo de produção vigente, mas determinante também para todo e qualquer modo de produção em todo e qualquer período histórico estava acontecendo: alterações radicais na forma da propriedade da terra.

É uma verdade banal dizer que todo o modo de produção até aqui experimentado pela humanidade sempre se estruturou a partir de dois grupos de classes: a dos dominantes e a dos dominados. O modo de produção feudal que se conheceu na

Europa também se fez assim e assim perdurou por muitos séculos. Portanto, é quase pueril dizer que o feudalismo não poderia ser o melhor dos mundos uma vez que, estruturalmente, era um sistema social assentado na exploração dos dominados. Porém, a ideologia burguesa (a ideologia “das luzes”), na sua luta renhida contra a ideologia feudal (o “mundo das trevas”) pelo monopólio do discurso sobre Deus, sobre os homens e sobre as coisas, se encarregou não só de promover a extinção concreta daquele mundo precedente, como também de lhe atribuir uma feição excessivamente caricata, na qual, evidentemente, sobressaíam apenas assimetrias, obscuridades e deformações.

O exame histórico, por exemplo, da economia agrária sob o feudalismo faz ver, no entanto, que se os camponeses em geral queriam se livrar da exploração que as rendas e os direitos consuetudinários do senhor representavam, eles não pretendiam, todavia, perder de uma só vez e impensadamente, neste negócio, todas as garantias de sobrevivência e de bem-estar (ainda que precário) de que dispunham e que já estavam consagradas pelo tempo.

E isto era exatamente o que propunha a ideologia da economia burguesa: com uma mão, garantia liberá-los do peso secular daquelas obrigações antiquadas para com o seu senhorio, mas com a outra mão, num só tempo, subtraía também todos aqueles antigos direitos dos quais os camponeses eram usufrutários. Afinal, as regras daquela sociedade estamental eram totalmente inapropriadas para reger as relações de produção, de troca e de propriedade que se pretendiam universalizar com a ascensão do capitalismo.

A revolução legal, do ponto de vista do camponês, não lhe deu nada exceto alguns direitos legais, mas lhe tomou bastante. ... [F]ormalmente lhe tomou: sua possibilidade de reivindicar a assistência do senhor feudal em tempos de colheita ruim ou de praga do gado; seu direito de retirar ou comprar combustível barato das florestas do senhor; seu direito à assistência do senhor para reparo ou reconstrução de sua casa; seu direito, no caso de extrema pobreza, de pedir ajuda ao senhor para pagar impostos; e seu direito de dar de pastar aos animais nos campos dos senhor. (...)

A introdução do liberalismo na terra foi uma espécie de bombardeio silencioso que destruiu a estrutura social em que sempre habitaram os camponeses, não deixando nada intacto, exceto os ricos: uma solidão chamada liberdade (HOBBSAWM, 1977. p. 177).

Se as chamas que a eclosão da revolução francesa (1789) espalhou por todos os cantos da Europa (e mesmo fora dela), definitivamente, reduziram a cinzas o feudalismo e suas regras obsoletas, pode-se supor que o combustível que alimentou este incêndio já havia furtivamente percolado os interstícios daquelas sociedades desde a Reforma.

Uma a uma, as monarquias nacionais, absolutas ou não, espontaneamente ou à força (os exércitos de Napoleão tratavam de convencê-las), iam se convertendo em estados republicanos efetivamente modernos, isto é, burgueses.

Já se disse que tudo o que acontecesse com a terra a partir deste período até meados do século XIX, determinaria a vida ou a morte de muitos milhões de indivíduos (Idem, p. 167). Este é um período essencialmente revolucionário porque as sociedades e tudo aquilo que estava instituído se encontra abalado. Então há guerras violentas e generalizadas entre as monarquias europeias; há dificuldades e supressão de direitos; há carestia e fome; há migrações forçadas em massa do campo para as cidades em algumas nações; há epidemias graves; há reformas urbanas; há, no campo, apropriação definitiva das terras comuns etc.

Evidentemente, todos estes abalos não acontecem simultaneamente e com a mesma intensidade em todos os lugares. É como num incêndio generalizado: há fogo em toda parte, mas não há um único lugar no qual todas as chamas se concentram. Desta forma, há lugares onde os efeitos destrutivos da guerra são mais sentidos em função do avanço de um exército inimigo, e há aqueles outros lugares onde o que se sente mais é a supressão de direitos religiosos, assim como há também aqueles nos quais a fome é o drama principal e ainda alguns lugares nos quais a disrupção é causada pelos ideais inebriados de liberdade plena etc.

Como dissemos anteriormente, se, à primeira vista, é intrigante a recorrência da teoria da renda da terra entre os pensadores econômicos desde os fisiocratas, é também compreensível porque isto se dá.

Praticamente um século e meio antes da arquetípica revolução burguesa na França, o rei Carlos I (Stuart), ainda em 1649, é decapitado em Londres exatamente por sintetizar as forças reacionárias às transformações que a

burguesia promovida na Inglaterra e que vão resultar na revolução “gloriosa” de 1688; o inglês torna-se então, por excelência, o vernáculo no qual se exprimem os ideólogos da economia política e, não por coincidência também, a língua em que são publicados os *Enclosure Acts*²⁸, as *Poor Laws*²⁹ e as *Corn Laws*³⁰.

²⁸ Os cercamentos, especialmente na Inglaterra, foram um processo longo e variado através do qual, várias faixas de terras comuns foram sendo crescentemente apropriadas por pequenos e grandes proprietários rurais. Este processo remonta ao século XIII e ocorria, às vezes, com o consentimento dos camponeses porque, como as faixas apropriadas não eram tão extensas, isto não impunha maiores privações aos aldeões.

Além desta perspectiva, havia ainda os terríveis efeitos da Peste Negra que assolou a Europa nos séculos XIV e XV e provocou a morte de mais de 25 milhões de pessoas. Com isto, ocorre redução absoluta da população e, como conseqüência, uma grave crise econômica com reflexos diretos no campo (aí viviam 90% da população): despovoamento de vários condados, escassez e carestia dos alimentos em geral e piora dos níveis de pobreza.

Mas a partir dos finais do século XV, no período dos Tudor, os cercamentos vão literalmente ganhando terreno e passam a afligir cada vez mais os pobres do campo. E isto ocorre porque a população já havia se recomposto e as taxas de crescimento vegetativo não paravam de subir. Evidentemente, isto levou a um choque: assim que os camponeses se aperceberam do grande perigo que aquelas apropriações representavam não só à sua permanência no campo como também à sua própria subsistência, os cercamentos passam a ser mal vistos e até combatidos através de inúmeras revoltas (algumas bastante violentas) registradas em vários condados.

Às vezes, estas revoltas obtinham algumas vitórias importantes e isto se expressava nas também freqüentes regulamentações anti-cercamento que este período conheceu uma vez que alguns de seus efeitos como o despovoamento de algumas vilas e o aumento do número de miseráveis, não eram bem vistos pela monarquia.

O saldo vetorial destas idas e vindas, no entanto, foram amplamente favoráveis aos cercamentos. No século XVIII assiste-se então, já através dos “parliamentary enclosures”, à consolidação efetiva da grande propriedade fundiária constituída a partir do avanço sobre as terras comuns e sobre os campos abertos.

²⁹ Os pobres e miseráveis que a economia agrária feudal produzia eram assistidos diretamente pela filantropia individual. Fazer caridade neste período, além de ser praticamente uma obrigação, era também uma forma importante de ostentar uma posição social mais elevada.

O problema é que com a retomada do rápido crescimento da população e dos níveis cada vez maiores de pobreza, esta filantropia individual tornara-se incapaz de garantir subsistência a um número também cada vez maior de famintos. Desta forma, a assistência individual exercida por representantes dos estamentos mais elevados (nobres, aristocratas e eclesiásticos) é substituída pela assistência social organizada pelo Estado e instrumentalizada nas *Poor Laws* instituídas ainda com Elizabeth I (Tudor).

As Leis dos Pobres, portanto, são quase tão antigas quanto as leis dos cercamentos e muito já se ouviu falar sobre elas.

Ainda que alguns as tomem como a origem do *welfare state* conhecido no século XX, a literatura, sobretudo a dos séculos XVIII e XIX, mas também aquela dos séculos anteriores as descreve não exatamente como uma forma de assistência aos pobres, mas mais como uma forma de subjugar e discipliná-los tornando “útil” a sua existência miserável. Os furtos, ainda que os mais banais, deveriam ser punidos com a força; o ato de não trabalhar, era classificado como vagabundagem e o seu autor era encerrado nas temidas *workhouses*; os salários poderiam se manter sustentadamente baixos (haveria sempre mais oferta que demanda por força de trabalho) etc.

Especificamente, no que toca ao processo de mudança na forma da propriedade da terra (que passa da variação feudal à forma predominantemente privada individual), se para a maioria das nações europeias o período das revoluções representou o ponto de partida concreto, para a Inglaterra ele pode muito bem ser considerado o ponto culminante de um processo insidioso e bem anterior no qual, aos poucos, a privatização de terras surge, convive, supera e finalmente, extermina as formas pré-capitalistas de propriedade fundiária.

Este é, portanto, o núcleo duro da superação do feudalismo pelo capitalismo: a propriedade privada da terra!

É só a partir da possibilidade de transformação da terra em propriedade privada alienável como qualquer outra mercadoria (ainda que com determinadas especificidades, porque a terra não é fruto do trabalho e, por isto, é destituída de valor, não podendo se tornar, rigorosamente, uma mercadoria como qualquer outra) que o caudal que fazia funcionar o moinho do velho modo de produção feudal é desviado para fazer girar as rodas de um novo modo de produzir a riqueza social dentro do qual a economia agrária pode se converter não só num setor aberto para a atuação do capital produtivo como também numa fonte que

³⁰ As Leis do Trigo ou Leis dos Cereais, editadas no século XIX, representam, contraditoriamente, uma manifestação cabal da enorme força política e econômica que a aristocracia e a burguesia agrária detinham dentro do novo sistema.

Elas são a prova concreta das divisões entre os grupos que compunham, agora, a classe dominante: se para a burguesia industrial (praticante do evangelho segundo são Ricardo) interessava o livre comércio que permitiria a importação de cereais mais baratos da América ou da Ásia e a conseqüente manutenção dos baixos custos de reprodução da força de trabalho, à aristocracia e à burguesia agrária (ortodoxas e, portanto, mais fiéis aos antigos testamentos), para manter as rendas e os preços dos alimentos elevados (respectivamente), interessava exatamente o contrário.

Por vários anos então, ainda que sob constante ataque da burguesia industrial, as Corn Laws garantiram rendas e lucros elevados àqueles que detinham a propriedade e o comando das atividades produtivas no campo através de proibitivas tarifas para importação de alimentos que os blindou da concorrência de sistemas agrícolas mais produtivos e desonerados de outros países.

transfere, generosamente, a força de trabalho excedente do campo para a indústria.

Conforme Hobsbawm (1977. p. 168), em 1851, bem mais da metade das terras produtivas da Grã-Bretanha eram cultivadas por 250.000 fazendeiros que empregavam 1.250.000 trabalhadores rurais. Estas mesmas terras, porém, pertenciam a apenas 4.000 grandes proprietários.

Aqui, mais importante do que pensar somente no nível elevado da concentração fundiária (condição indispensável para que o capital possa circular mais livremente pelo setor agropecuário), é pensar em **quem** efetivamente detém a propriedade fundiária (porque isto definirá sua relação com a terra) e em que termos ela está socialmente definida (porque isto definirá como a terra será colocada a serviço da produção). Por trás destas definições é que vamos encontrar um novo modo de produção se produzindo...

Os cercamentos (deixando de lado todos os artifícios) representaram claramente um caso de roubo de classe, cometido de acordo com as regulamentações sobre a propriedade baixadas por um Parlamento de proprietários e advogados (THOMPSON, 1987. p. 45).

Além disto:

The spread of the capitalist market economy... brought the replacement of the old limited rights in land by virtually unlimited rights, ... As rights in land became more absolute, and parcels of land became more freely marketable commodities, it became natural to think of the land itself as the property... It appeared to be the things themselves, the actual parcels of land... not just rights in them, that were exchanged in the market. In fact the difference was not that things rather than rights in things were exchanged, but that previously unsaleable or not always saleable rights in things were now saleable (MASSEY, 1978. p. 27).³¹

É relativamente comum atribuir-se, quase que como uma pecha, um caráter marxista (dogmático) para grande parte dos estudos que cobrem o período histórico da ascensão do capitalismo e que analisam seus efeitos sobre o modo de vida das populações rurais. Sob esta perspectiva, os efeitos que se fizeram

³¹ A disseminação da economia de mercado capitalista... trouxe a substituição dos antigos direitos limitados sobre a terra por direitos virtuais ilimitados, ... Como os direitos sobre a terra tornaram-se mais absolutos, e parcelas de terra tornaram-se mais livremente negociáveis, tornou-se natural pensar a própria terra como propriedade ... O que pareceu ser uma coisa em si mesma as parcelas reais de terra... não apenas os direitos sobre elas, que eram trocados no mercado. Na verdade, a diferença era que as coisas ao invés de direitos sobre as coisas é que eram trocadas, os anteriormente inegociáveis ou nem sempre negociáveis direitos sobre as coisas eram agora negociáveis. (T.A.).

sentir sobre os camponeses expulsos de suas aldeias pelos cercamentos são, em geral, exagerados e tendenciosamente interpretados por causa de claras inclinações ideológicas reacionárias e favoráveis aos trabalhadores do campo.

No entanto, não é menos comum obterem-se registros que atestam algumas das conseqüências destrutivas que a apropriação das terras comuns e dos campos abertos causou sobre o modo de vida dos camponeses séculos antes que o próprio Marx tivesse nascido e, por conseqüência, pudesse influenciar quem quer que seja.

A América e o Brasil, por exemplo, mal acabavam de ser descobertos quando Thomas Morus escreveu sua clássica **Utopia** em 1516. Nesta obra, é curioso verificar que – num diálogo entre Rafael (um viajante português que teria acompanhado Américo Vespúcio em suas expedições), o Cardeal Arcebispo da Cornualha, João Morton e seu convidado jurista (anônimo) – aparecem alguns traços da realidade histórica da Inglaterra naquele período que Morus se via sempre obrigado a destacar para que sua antítese fosse apresentada na descrição de Utopia.

Curiosamente já estão lá os cercamentos, a expulsão dos camponeses, seu estado de penúria e a explicação para a existência de tantos ladrões mesmo com a vigência da pena de morte no reino de Henrique VIII³²:

³² Só nos últimos 14 anos do reinado de Henrique VIII, foram enforcados **70.000** indivíduos em função de terem sido declarados “vagabundos e aventureiros” pela justiça. Reeve, History of Law.

“Qual é ela? – perguntou o Cardeal.

– “Os carneiros, respondi, vossos carneiros. Esses animais são, habitualmente, bem mansos e pouco comem. Mas disseram-me que, no momento, mostram-se tão intratáveis e ferozes que devoram até os homens, devastam os campos, casas e cidades.

“Efetivamente, em todos os pontos do reino onde se obtém a mais fina lã, portanto a mais preciosa, os senhores, os nobres e até os santos abades, não se contentam mais com os rendimentos e produtos que seus antepassados costumavam retirar de seus domínios. Não lhes é mais suficiente viver na preguiça e nos prazeres; estes homens, que nunca foram úteis à Sociedade, querem-lhe ainda ser nocivos. Não deixam nenhuma parcela de terra para ser lavrada; toda ela transformou-se em pastagens. Derrubam casas, destroem aldeias; e, se poupam igrejas é, porque servem de estábulos a seus carneiros.

Essas excelentes pessoas transformam em desertos as habitações, e tudo que era cultivado; como se as florestas e as terras reservadas à caça já não prejudicassem bastante a agricultura.

“Assim, para que um insaciável, peste e praga de seu país, possa abarcar num único campo milhares de braças, uma quantidade de pequenos agricultores se vêem escorraçados de seus bens. Uns saem enganados, outros são expulsos à força; alguns, enfim, cansados de tantos vexames se vêem forçados a vender o que possuem. (...)

Creio que até agora a Inglaterra não se deu conta dos inconvenientes desta prática (MORUS, 1980. p. 14-15).

Portanto, estas transformações não eram recentes, mas eram bastante radicais e suas conseqüências se faziam visivelmente devastadoras sobre a população rural inglesa. Seus reflexos também insidiam diretamente na formação geral da “riqueza da nação” e isto jamais poderia ser deixado de lado por qualquer pensador econômico que se pretendesse respeitável desde o século XVII.

2.2 Renda da terra e relações de propriedade

Na secção anterior, vimos que alguns eventos históricos que marcaram a formação social inglesa desde o século XVI foram muito importantes, senão decisivos, para a formulação da teoria da renda da terra. Entre eles destacamos não só a precocidade das transformações que as revoluções burguesas impuseram, como também, o carácter que estas transformações assumiram na Inglaterra, revelando aí singularidades determinantes para a ascensão do modo capitalista de produção.

Uma das singularidades importantes que marcaram profundamente a formulação da teoria da renda da terra está no processo de redefinição das classes sociais naquela formação social com a superação do feudalismo.

Diferentemente de vários e vários países (e a França é o maior deles), nos quais as revoluções burguesas populares produziram, no campo, um tipo médio de pequena propriedade familiar cuja função precípua era garantir subsistência e algum bem-estar aos camponeses, na Grã-Bretanha pós-cercamentos consolidou-se um tipo bastante diverso de propriedade fundiária: a grande propriedade particular que produzia para o mercado.

Não há identidade, portanto, entre as classes sociais que se definiram numa e noutra esfera. Enquanto que na maioria dos países as antigas aristocracias iam sendo praticamente aniquiladas com a desapropriação e distribuição de suas terras entre os camponeses pobres (que se transformavam em novos proprietários), nos campos da Inglaterra conformou-se um quadro funcional e

relativamente estável com três classes sociais distintas: a aristocracia (que se mantém proprietária das terras e que exige renda pelo seu uso), o capitalista (produtor arrendatário que auferia lucro a partir do capital investido na terra) e o trabalhador rural (força de trabalho remunerada com salário).

Doreen Massey e Eric Hobsbawm também destacam esta singularidade estrutural na agricultura da Grã-Bretanha:

In Britain, certainly in England and southern Scotland, the passage from feudalism to capitalism had not witnessed the total demise of large landowners. Indeed, it was precisely under the leadership of a section of such landowners that a capitalist form of production was so early and so quickly established within agriculture. (...)

In this, it was quite distinct from what happened in France, for instance, where the large landed property of the nobility was expropriated, and very small-scale peasant (as opposed to capitalist) agriculture was established. In Prussia things were different again. Here, as in Great Britain, landownership was concentrated in a few hands. But unlike the case in the Great Britain, in Prussia capitalism was established in agriculture by the landowner becoming directly the capitalist farmer (MASSEY, 1978. p. 4).³³

³³ Na Grã-Bretanha, precisamente na Inglaterra e na Escócia, a passagem do feudalismo para o capitalismo não havia testemunhado o desaparecimento total dos latifundiários. Aliás, foi justamente sob a liderança de

Somente algumas áreas levaram o desenvolvimento agrário mais adiante, rumo a uma agricultura puramente capitalista. A Inglaterra era a principal delas. Lá, a propriedade de terras era extremamente concentrada, mas o agricultor típico era o arrendatário com um empreendimento comercial médio, operado por mão-de-obra contratada. (...), aproximadamente entre 1760 e 1830, o que apareceu não foi uma agricultura camponesa, mas sim uma classe de empresários agrícolas, os fazendeiros, e um enorme proletariado rural (HOBSEBAWM, 1977. p. 33).

Esta era a síntese das relações sociais de produção na agricultura inglesa, o quadro real efetivo com o qual se depararam os teóricos da economia política e o próprio Marx um pouco mais tarde, já no século XIX. E, evidentemente, foi a partir daí que eles formularam e deram algum desenvolvimento ao corpo de idéias que, a partir dos fisiocratas, veio a se constituir na teoria da renda da terra.

uma parte de tais proprietários que uma forma de produção capitalista foi tão cedo e tão rapidamente estabelecida na agricultura. (...)

Nesse sentido, foi bastante diferente do que aconteceu na França, por exemplo, onde as grandes propriedades fundiárias da nobreza foram expropriadas e uma agricultura camponesa de pequena escala (oposta ao capitalismo) foi estabelecida. Na Prússia as coisas foram novamente diferentes. Ali, como na Grã-Bretanha, a propriedade da terra estava concentrada em poucas mãos. Mas ao contrário do caso na Grã-Bretanha, o capitalismo da Prússia foi estabelecido na agricultura diretamente pelos proprietários que tornaram-se produtores capitalistas. (T.A.).

O problema é que a posição privilegiada de que dispunham os pensadores ingleses em todo este período (a Inglaterra era a cratera de um vulcão chamado capitalismo e que entrara em franca erupção), se transformou na sua principal fraqueza.

Alguma dose de um provável etnocentrismo associada à própria complexidade que a vanguarda das relações sociais regidas pelo capital assumia na ilha, fizeram crer que aquele país efetivamente era a quintessência do mundo e do sistema. Teleologicamente eles assumiram que em toda parte que o capitalismo se tornasse o modo de produção hegemônico, as relações sociais de produção no campo se fariam à imagem e semelhança das relações que se desenvolviam na Inglaterra.

É, portanto, compreensível que as primeiras linhas do prefácio dos “Princípios...” de Ricardo assumam, peremptoriamente, que:

O produto da terra – tudo que se obtém de sua superfície pela aplicação combinada de trabalho, maquinaria e capital – se divide entre três classes da sociedade, a saber: o proprietário da terra, o dono do capital necessário para seu cultivo e os trabalhadores cujos esforços são empregados no seu cultivo” (p. 39).

A propriedade privada (pedra angular do sistema), inexoravelmente se estendia também à superfície do globo terrestre e isto pressupunha a ampliação do direito privado sobre a terra. Quando então a tradicional relação de propriedade com a terra foi traduzida para os moldes capitalistas, os antigos lordes ingleses se tornaram uma classe de proprietários fundiários ainda mais forte e bem estabelecida diante do capital para lhe cobrar o tributo pela cessão da terra.

Portanto, uma vez estabelecido no campo o modo capitalista de produzir, haveria sempre, três classes sociais distintas participando do processo: o trabalhador assalariado, o produtor capitalista e o proprietário da terra (ao qual se pagaria renda).

Esta era a premissa da qual partiam todos os teóricos da economia política desde Adam Smith e também de Engels e Marx.

Mas nós já vimos que esta condição estava mais especificamente relacionada à histórica formação social da Inglaterra e que, portanto, as relações sociais de produção tipicamente capitalistas que se estabeleceriam no setor agropecuário em diversas partes do mundo, não estariam definidas *ex ante* pelo modelo inglês, mas expressariam o resultado concreto e momentâneo das lutas travadas entre as classes sociais num determinado território pelo controle privado de um meio de produção absolutamente indispensável e não-reprodutível que é a terra.

É fundamental ressaltar que a renda, independente da forma que assuma, é tão antiga quanto a propriedade privada. E isto, evidentemente, não é obra do capitalismo, mas ao contrário, seu pressuposto histórico. A diferença essencial é que, com o capitalismo, muda a natureza da propriedade privada da terra

preexistente e, como conseqüência, muda também a forma assumida pela renda fundiária como um todo.

Baseados nisto, elaboramos abaixo um quadro que nos pode ser útil. Ele relaciona feudalismo e capitalismo tendo em vista a geração do produto social total e a taxa de exploração – que vai determinar a forma e a magnitude de apropriação do produto excedente pela(s) classe(s) que exercem a propriedade e o controle sobre os meios de produção.

Figura 08

	relação com a terra e outros meios de produção	relação de exploração	forma de pagamento da renda
Feudalismo	de posse dos trabalhadores	$\frac{\text{produto excedente}}{\text{produto necessário}}$	em horas, dias ou em produto
Capitalismo	propriedade da aristocracia e/ou de frações da burguesia	$\frac{\text{valor excedente}}{\text{valor necessário para repr. da força de trabalho}}$	prioritariamente em dinheiro (forma monetária do valor)

Então o que temos com a transição do feudalismo para o capitalismo é uma mudança estrutural absolutamente radical no que diz respeito à existência da renda (sua forma e magnitude).

Para a ordem feudal, a terra sempre representou uma fonte de *status* social porque gerava riquezas e, acima de tudo, representava a única fonte segura de sustento diante de momentos disruptivos, como períodos de guerras, epidemias, revoluções ou crises econômicas. Mas, além disto, a terra era muito mais que um simples meio de produção. Ela vinha carregada de símbolos sociais, de valores antropológicos, de elementos culturais seculares, de mistérios insondáveis relacionados com a reprodução da vida e o com o milagre da multiplicação etc.

A terra se constituía, portanto, no elemento central da feudalidade e a relação que os indivíduos estabeleciam com ela é que determinava sua posição na estratigrafia social. Aos senhores era conferido um poder social emanado exata e legitimamente da relação de propriedade que tinham com a terra e, aos camponeses, na condição de servos ou de escravos, cabia submissão a este poder e o conseqüente pagamento do direito que ele cobrava na forma da renda. Em síntese, na ordem feudal, terra é poder!

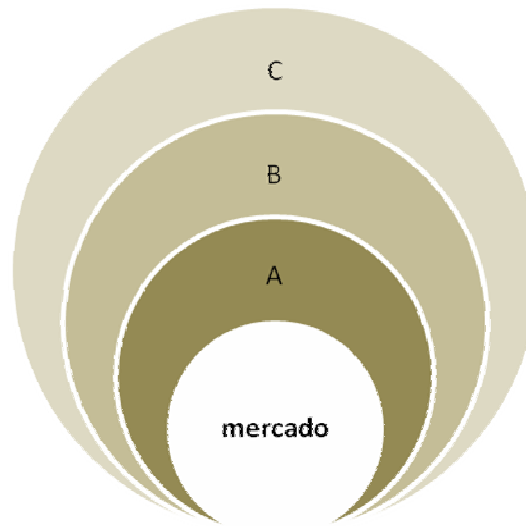
Por sua vez, o sistema capitalista muda por completo a noção de propriedade da terra e busca transformá-la numa mercadoria semelhante às demais, isto é: perfeitamente alienável e destituída de quaisquer valores que não sejam aqueles valores que o mercado conhece. A terra (apesar de sua irreprodutibilidade) passa então a ser vista apenas como um meio de produção e, como os demais meios de produção, apenas um meio para se atingir o objetivo final que é realizar a acumulação. Aqui, a relação com a terra já não é, pura e simplesmente, a condição necessária para definir a posição social dos indivíduos e sim a sua relação com o capital.

Aos proprietários do capital caberá a coleta do valor excedente (mais-valor) produzido pelo trabalho e aos trabalhadores do campo, o salário correspondente ao capital que consomem na sua reprodução. Assim, na ordem capitalista, o dinheiro (forma geral do valor) é que é o poder!

A renda feudal é um tipo de renda natural mais circunscrita a cada unidade de produção e extraída da própria condição de exploração do trabalhador que perfaz um produto total excedente ao trabalhar diretamente nas terras do senhor e/ou cedendo-lhe diretamente parte do produto gerado. Já a renda capitalista é um tipo mais complexo de renda porque ela é deduzida da massa geral de mais-valor produzido pelo trabalho produtivo da sociedade que, por sua vez, é fruto da competição entre diferentes capitais. Por isto então, ela é paga em dinheiro.

Ricardo teve o mérito de teorizá-la adequadamente mesmo após ter adotado um modelo bastante simplificado no qual o cultivo foi arbitrariamente graduado: as terras mais férteis e melhor localizadas eram cultivadas primeiro e, só depois, é que as atividades eram estendidas às terras marginais. O produto das terras marginais é que regulava o preço de mercado porque ele era obtido com uma quantidade maior de trabalho quando comparado com o produto das melhores terras. A diferença entre o preço de produção nas terras melhores e o preço de mercado constituía a massa do valor excedente de onde seriam retirados o lucro do capital investido e a renda pela cessão da terra.

Figura 09



Assim, no modelo de Ricardo, a renda $A > \text{renda } B$ e em C (terra marginal que define o preço de mercado), a renda = 0.

Marx, por sua vez, deu contornos finais a esta teoria ao dissecá-la nos tipos Renda Diferencial (RD-1 e RD-2) e Renda Absoluta – desenvolvidos no livro III d'*O Capital*.

Em RD-1, à semelhança da renda em Ricardo, tudo é consequência direta da fertilidade do solo. Então, **iguais** quantidades de capital empregadas em **iguais** quantidades de terra de diferentes graus de fertilidade, resultam em produtos **diferentes**.

Já em RD-2, como consequência da própria aplicação intensificada de capital, **diferentes** quantidades de capital empregadas em **iguais** quantidades de terra de mesma fertilidade, resultam em produtos **diferentes**.

Quanto à Renda Absoluta, para Marx (ao contrário de Ricardo), **toda** terra paga renda independentemente se ela gera lucro suplementar ou não. Desta perspectiva, os proprietários sempre vão exigir um pagamento pela cessão de suas terras, ainda que ele seja muito pequeno. Faixas de terra podem participar indiretamente das atividades econômicas ainda que permaneçam ociosas, mas jamais serão cedidas gratuitamente à aplicação de capital.

Portanto, no modelo de Marx, é provável que, mesmo ao apresentar menor fertilidade que a terra A, a terra B possa pagar uma renda maior em função da aplicação de doses maiores de capital que vão intensificando o processo de produção. Assim, a terra do tipo C, além de definir o preço de mercado, também pagará renda.³⁴

Até aí tudo bem – ainda que a existência da renda absoluta permaneça como um ponto altamente controverso e nunca tenha sido satisfatoriamente explicada nem por Marx nem pelos marxistas.

Mas o que não podemos é tacitamente assumir a premissa de que as funções de proprietário de terras e de produtor agrícola serão sempre e em toda parte, necessariamente, desempenhas por agentes distintos.

A existência de um proletariado no campo era condição indispensável para o funcionamento do capitalismo. Se assim não fosse, isto é, se o acesso à terra – um meio de produção essencial – estivesse franqueado a todos, a transformação

³⁴ Há ainda neste aspecto, uma forte controvérsia porque, para alguns, a existência da renda absoluta esbarra no problema da transformação: a hipotética baixa composição do valor no setor agrícola – que permitiria um produto cujo preço de produção poderia estar relativamente dissociado do seu valor – contrariaria a própria lei do valor porque ela se constituiria numa barreira à efetiva equalização inter-setorial das taxas de lucro.

de um grande contingente de indivíduos de uma sociedade em capital variável, em trabalhador assalariado e destituído de qualquer outro valor de troca além da sua própria força de trabalho, não seria possível e isto inviabilizaria o sistema como um todo.

No entanto, se para a afirmação do capitalismo foi indispensável a separação entre trabalho e meios de produção, a separação entre aqueles que detinham a propriedade da terra e a propriedade do capital em classes ou frações de classes distintas não o foi.

Talvez esta seja uma diferença sutil, mas isto (a constituição das classes ou frações de classes no campo) exercerá efeitos bastante específicos sobre a produção e coleta do mais-valor na agricultura e, conseqüentemente, sobre a circulação do capital neste setor e na economia como um todo.

Está posto que a emergência do modo de produção capitalista não significou o fim da existência da renda. Significou apenas a sua adequação à nova ordem. A renda, como vimos, é uma conseqüência da propriedade da terra e não uma característica deste ou daquele modo de produção. Estes, apenas se encarregam de definir as normas sociais para a forma e magnitude que a renda, adequadamente, assumirá em cada período histórico.

Curiosamente na Inglaterra, foram os antigos lordes aristocratas que introduziram o capitalismo na agricultura do país. Se num primeiro momento esta classe, oriunda da ordem social precedente, desempenhou uma função importante nas

transformações sociais que conduziram o capitalismo a uma posição hegemônica naquela formação social, no momento seguinte, o verdadeiro monopólio que esta classe exercia sobre a propriedade da terra passou a representar um sério obstáculo para a livre circulação do capital e também sobre a própria taxa de acumulação do setor agrícola – uma vez que o pagamento da renda implicava, finalmente, numa redução das taxas de lucro obtidas pelos capitais investidos no setor.

As batalhas travadas entre a burguesia agrária e a aristocracia tradicional pelas parcelas do mais-valor produzido no campo, tornam-se clássicas a partir daí e, apesar de não ameaçarem seriamente a integridade do sistema, lhe dão contornos dramáticos específicos na Inglaterra.

A condição social privilegiada que a ordem feudal conferia aos proprietários de terra (e que deixa de existir com a ascensão da burguesia) não foi corroída na Inglaterra. A aristocracia inglesa não só não foi destruída como se reforçou ao conduzir a emergência do capitalismo evitando uma revolução tipicamente popular como a que ocorreu na França e em outros países do continente. As transformações podiam ser razoavelmente controladas e adequadas às necessidades dos lordes e de algumas frações da burguesia.

Isto, porém, não se verificou na maior parte do continente (porque aí foi diferente não só a distribuição da propriedade fundiária como também o agente social que passou a deter os direitos sobre esta propriedade) e nas colônias americanas (onde as terras estavam economicamente livres em função do extermínio dos seus primitivos donos).

Aqui, é importante ressaltar que, se o monopólio exercido sobre a propriedade da terra pela aristocracia inglesa³⁵, no fim das contas, lhe conferia também uma enorme capacidade de interferir no processo político e econômico impondo alguns de seus interesses como, por exemplo, rendas elevadas aos produtores agrícolas ou leis que lhe garantiam benefícios considerados injustos, isto não se verificava ou ocorria de forma muito mais branda noutras latitudes. Portanto, o que veio a se constituir num entrave dos mais importantes para a livre circulação do capital na agricultura inglesa (principalmente a renda exigida pelos seus proprietários legais) e que, evidentemente, irá compor o cenário histórico com o qual os pensadores da economia política lidarão e tentarão explicar empírica e teoricamente, não é tão relevante para outras formações sociais nas quais o poder de interferência exercido na nova ordem pela antiga aristocracia tenha sido aniquilado ou diminuído severamente.

A prova disto é que mesmo com o desenvolvimento precoce do modo de produção capitalista e a conseqüente ampliação da força produtiva da sociedade como um todo, o sistema de produção agrícola inglês, exatamente por conta das particularidades que apresentava, não conseguia (ao contrário do setor manufatureiro) sustentar o ideal burguês do livre comércio internacional porque não poderia fazer frente ao produto agrícola de sistemas desonerados da renda da terra e livres dos interesses políticos de uma classe efetivamente aristocrática.

³⁵ A terra, um meio de produção essencial, foi totalmente retirada das mãos dos camponeses, mas curiosamente, sua apropriação não foi lograda pelos capitalistas e disto resultou uma dissociação entre a propriedade daquele meio de produção, o trabalho produtivo realizado a partir dele e o controle efetivo exercido sobre o processo de produção em geral.

O quadro da página seguinte, a título de exemplo, destaca os principais grupos de proprietários de terra na Inglaterra de acordo com sua localização (rural ou urbana), os usos mais destacados destas terras bem como as formas mais freqüentes através das quais a renda era (é) recolhida.

Figura 10

Major landownership groups: some basic descriptive characteristics

	Landowner	Predominand types of land & land uses	Main activity	Rent extracted through	
Former landed property	Church	Urban	residential low income	rent	necessary wage
			residential high income	develop	wage & revenue
			offices	develop	commercial & banking capital
		Agricultural		rent	industrial capital
	Landed aristocracy	Urban	residential low income	rent	necessary wage
			residential high income	rent/develop	wage & revenue
			offices/shops	develop	commercial & banking capital
		Agricultural		rent/develop	industrial capital
			Sporting estates	owner-occupation	profit
	Landed gentry	Agricultural		owner-occupation	profit
				rent	industrial capital
	Crown Estate	Urban	residential low income	rent	necessary wage
		residential high income	rent/develop	wage & revenue	
		offices	develop	commercial & banking capital	
Agricultural			rent	industrial capital	
Industrial landown.	Owner-farmers	Agricultural	owner-occupation	profit	
	Manuf. Industry	Urban	industrial	owner-occupation	profit
	(construction cos.)	Urban	office/shop residencial	develop sale	commercial & banking capital wage
Financial landown.	Financial insts.	Urban	offices	develop/invest	commercial & banking capital
			industrial	develop	industrial capital
		Agricultural		invest	industrial capital
	Property cos.	Urban	residential	rent	wage & revenue
			offices/shops	develop/invest	commercial & banking capital
		industrial	develop	industrial capital	

Fonte: Massey, 1978.

Um dos objetivos aqui é sugerir que cada grupo de proprietários, exatamente por conta da natureza dos vínculos que estabelece com a terra, tenderá a se comportar de maneira específica diante da utilização de suas propriedades para o investimento de capital. Inevitavelmente, surgirão contradições daí. E, como num espectro, isto pode ir de um extremo que impõe verdadeiras barreiras à acumulação, ao outro extremo onde o capital circula praticamente sem peias e transforma a propriedade fundiária num ativo financeiro comum.

Sinteticamente, temos que:

- para o primeiro grupo de proprietários do quadro (*former landed property*), em função de sua relação secular com a terra – o que ajudou a conformar seu modo de vida – a propriedade do solo não é apenas um mero setor para investimento ou uma simples base de retornos econômicos. Ela é a fonte do seu *status* social e está carregada de símbolos. Ficar distante da terra para estes proprietários é algo muito sério que envolve a redefinição de sua própria existência e sua função social;
- para o segundo grupo (*industrial landownership*), a terra só é apropriada porque ela é uma condição para a produção (caso da manufatura) ou um meio de produção (casos das indústrias agropecuária, imobiliária e da construção). Então, a relação que este grupo de proprietários estabelece com o solo é marcada basicamente pelo próprio processo de produção no qual estão inseridos;
- o terceiro grupo (*financial landownership*), mais ainda que o segundo, estabelece relações estritamente capitalistas com a terra. A propriedade fundiária

é uma escolha entre tantos outros setores da economia abertos ao investimento. Permanecer ou se retirar do setor imobiliário é apenas uma questão de taxa de retorno esperado para este grupo dentro de um determinado período: o título de propriedade imobiliária representa, no fim das contas, a garantia de uma determinada taxa de juros sobre um capital investido (imobilizado).

Vemos então, e isto é muito importante, que as formas históricas assumidas pela renda, sempre estarão na dependência das específicas relações de propriedade estabelecidas sobre a terra nas diversas formações sociais.

Do ponto de vista exclusivo do movimento do capital, isto é, desde que o solo possa ser utilizado como um veículo para a circulação do valor, não é tão importante estabelecer quem exerce a propriedade formal da terra. Por outro lado, do ponto de vista da distribuição do mais-valor gerado no campo, isto é absolutamente fundamental porque é aí que se definem, a partir de cada grupo específico de proprietários, posições também específicas diante da cessão da terra e das proporções estabelecidas para a partilha do excedente que, finalmente, redundarão em maiores ou menores possibilidades de acumulação.

Portanto, os problemas colocados ao capital por um determinado tipo de relação de propriedade aqui (a força de barreira exercida pela tradicional aristocracia inglesa, por exemplo) poderão ser muito diferentes dos problemas que ele terá que enfrentar em outros locais onde se estabeleceram tipos distintos de relações de propriedade nas quais, por exemplo: a) o cultivo em geral seja feito por um pequeno ou médio proprietário descapitalizado e interessado mais na

subsistência ou no bem-estar de sua família que exatamente na acumulação de capital que a produção para o mercado exige e b) o cultivo seja realizado em grandes unidades produtivas voltadas para o mercado, mas onde o produtor é também o proprietário fundiário.

Apesar da teoria da renda da terra não resolver aqui todos os nossos problemas, ela continua sendo um fundamento teórico absolutamente imprescindível. E é exatamente a partir de seus pressupostos que poderemos buscar uma compreensão dialógica do fenômeno da estruturação espacial: não apenas um reflexo, mas também (e principalmente) um condicionante do processo de centralização social do capital.

Vamos tentar isto no tópico a seguir.

2.3 A renda da terra como renda natural

Conforme ressaltamos no início deste capítulo, as discussões acerca da existência da renda da terra, no fundo, giram em torno da seguinte incerteza estrutural: o pagamento da renda é tecnicamente necessário ao funcionamento do modo de produção capitalista ou é apenas uma condição histórica socialmente criada que o sistema não conseguiu superar?

As dúvidas que cercavam aqueles pensadores nos séculos XVIII e XIX, ainda pairam sobre aqueles que se debruçam sobre este tema mesmo mais recentemente.

E isto se dá muito em função das inúmeras confusões geradas a partir do emprego comumente descuidado dos próprios termos envolvidos. Por exemplo: para considerar esta problemática, primeiro é sempre necessário especificar a qual tipo de renda estamos nos referindo (RD-1, RD-2 ou RA?)³⁶. Além disto, é não menos importante delimitar também o uso do termo **renda** que, inclusive em textos clássicos, é às vezes utilizado de forma extensiva a todo ganho que se obtém a partir de um monopólio qualquer.

Esta imprecisão terminológica acaba gerando confusões. Uma delas é a falsa relação de identidade entre os termos **sobre-lucros** (ou lucros suplementares) e **renda** – quando, na verdade, temos aí duas categorias estruturais absolutamente distintas (e contrárias) dentro do capitalismo e que, do ponto de vista espacial,

³⁶ Respectivamente: Renda Diferencial 1, Renda Diferencial 2 e Renda Absoluta.

agem respectivamente, como forças centrípeta (aglomeração) e centrífuga (desaglomeração).

Na página seguinte, por exemplo, pode-se ver um quadro que desenvolvemos a partir do trabalho de Harvey (2006) e de Massey (1978). Ele sintetiza duas posições diferentes diante da existência e das funções (reais ou potenciais) desempenhadas pela renda da terra no capitalismo.

Embora esta discussão seja extremamente importante – ela é decisiva para todo o corpo da teoria da renda da terra – este trabalho não a desenvolverá.

Nossa preocupação maior aqui não é checar o grau de consistência e/ou de irrefutabilidade da teoria da renda e sim, uma vez efetuada a digressão desenvolvida nas secções 1 e 2 deste capítulo (ao nosso ver, necessária para recolocar a teoria na história), utilizar seus pressupostos como elementos capazes de nos auxiliar na compreensão do processo de centralização espacial do capital expresso na estruturação necessariamente hierarquizada do espaço urbano que vai desde a escala regional até o nível global.

Figura 11

Harvey

A renda inside sobre os lucros suplementares e com isto, ela cumpre o papel de equalizador das taxas de lucro no setor agrícola

Ao recolherem a renda de diversos produtores individuais, os proprietários de terra acabam ajudando na centralização do capital em função dos links que estabelecem com o capital bancário

A existência da renda promove uma competição pelas porções melhores do espaço (maiores sobre-lucros) e com isto, força uma racionalização dos usos do espaço em geral

Massey

A equalização das taxas de lucro não é a meta do capitalismo. Ela pode até surgir, mas como um sub-produto, um efeito da própria acumulação

Toda renda é deduzida do mais-valor produzido pelo capital industrial e seu recolhimento acaba tendo consequências negativas sobre o investimento e daí, sobre a própria acumulação

A distribuição das atividades no espaço não tem que passar, necessariamente, pela apropriação da renda. Esta função pode ser desempenhada pelas agências de planejamento de estado, por exemplo

Além do fato da superfície da terra ser finita – o que por si só é capaz de gerar escassez ou expectativa de escassez –, as porções desta superfície dotadas de algum recurso natural aproveitável que facilite o trabalho social produtivo ou reprodutivo, sempre foram objeto de monopólio (privado ou coletivo).

Desta maneira, o solo e sua fertilidade; a localização estratégica; a piscosidade; os mananciais; os combustíveis (carvão, gás, petróleo, hidroeletricidade); os produtos da floresta (madeira, lenha, caça, recursos biológicos); os minerais metálicos (preciosos ou não) e não-metálicos; a navegabilidade³⁷ etc. são recursos naturais não ubíquos que, em virtude de proporcionarem alguma facilidade de produção/reprodução aos lugares nos quais são encontrados, são estrategicamente apropriados e seu necessário valor de uso não poderá ser aproveitado sem que uma contrapartida seja dada àqueles que deles se fizeram proprietários.

Estes e outros atributos naturais, uma vez apropriados, performam então o que foi generalizadamente chamado de renda da terra e que nada mais é do que uma renda natural – porque ela está assentada numa vantagem (comparativa) natural, gratuita e (em si mesma) estática que um determinado local apresenta sobre outro.

³⁷ É evidente que o desenvolvimento dos meios de transporte é capaz de aumentar a capacidade dos diversos lugares de se aprovisionarem dos recursos de que necessitam e diminuir profundamente os efeitos da não ubiqüidade dos recursos naturais – o que não elimina a existência da renda natural, porque sempre haverá, em qualquer lugar, uma renda cobrada pela cessão destes recursos. Mas é também evidente que, o que as revoluções nos sistemas de transporte fazem é, a partir de um grau mínimo de transportabilidade, tornar cada vez mais acessíveis os produtos que estes locais privilegiados são capazes de oferecer. Portanto, em si mesmas, a fertilidade, as fontes, as jazidas, as facilidades para a navegação, as florestas etc. não são, em hipótese alguma, transportáveis e o seu valor de uso está necessariamente atrelado a uma porção do território e só a partir daí ele pode ser aproveitado e transferido seja para um produto, seja para um serviço.

Isto significa que as atividades produtivas ou reprodutivas que demandem tal ou qual recurso, quando desenvolvidas em locais privilegiados (dotados, portanto, de alguma vantagem), podem ser realizadas com um custo inferior àquele apresentado pela mesma atividade desenvolvida nos locais que não apresentam nenhuma facilidade extraordinária.

Como resultado, do ponto de vista da empresa capitalista, sejam as atividades produtivas ou reprodutivas, espera-se que esta vantagem relativa (comparativa), no final das contas, se transforme em lucros suplementares que elevem a taxa de acumulação. Por outro lado, do ponto de vista do(s) proprietário(s), espera-se um retorno (uma renda) pela cessão de tal ou qual recurso para o desenvolvimento desta ou daquela atividade pelo empreendedor.

O que temos aqui então é uma nova parcela (parcela suplementar) de mais-valor, produzida a partir de uma vantagem natural gratuita.

Se, eventualmente, o proprietário do capital adiantado for também o proprietário do recurso natural empregado, sobre-lucros e renda se fundirão num único fundo: o bolso deste afortunado empreendedor. Se, porém, a propriedade do capital e a propriedade do terreno onde se encontra localizado o recurso natural forem exercidas por agentes distintos, então haverá entre eles, normalmente, uma dura disputa pelo mais-valor suplementar gerado e cada um procurará incorporá-lo (senão integralmente, na maior fração possível) às suas receitas.

Como, em geral, o solo (e os recursos que ele tem) é uma condição para o desenvolvimento quer das atividades produtivas, quer das atividades reprodutivas, o seu proprietário goza de uma posição privilegiada para, nesta luta,

em detrimento do capitalista, fazer valer os seus anseios e transformar o mais-valor suplementar produzido (no seu todo ou em parte) em renda para si.

Esta é a principal razão pela qual afirmamos que a renda natural (mesmo que eventualmente seja apropriada pelo capitalista) é estática. Ela será sempre função de um determinado recurso natural e, portanto, estará condicionada à sua disponibilidade fortuita. Os limites para a expansão da acumulação geral, assentada exclusivamente no aproveitamento desta vantagem produtiva ou reprodutiva, estarão sempre restritos à oferta (e, por conseqüência, à demanda) deste determinado recurso.

A renda natural é, portanto, inequivocamente, a manifestação de uma condição histórica socialmente criada que o capitalismo ainda não pôde superar.

Mas, por que isto não acontece? Por que, normalmente, o avanço do capitalismo é tão implacável com os sistemas sociais tradicionais – nos quais predomina, em geral, uma lógica de produção e de troca refratária à lei do valor – e, ao mesmo tempo, tão complacente com o pagamento de um tributo tão primitivo como aquele que a renda da terra (a renda natural) representa?

Temos aí uma importante contradição. E isto se dá porque, a despeito das perturbações estruturais que é capaz de gerar, a propriedade privada da terra acaba também exercendo alguns papéis positivos e de extrema importância para a manutenção do sistema capitalista como um todo. Entre eles, podemos destacar:

i) a separação profunda e definitiva que impõe entre a terra (um meio e uma condição geral de produção) e o trabalho – o que fatalmente gera uma classe necessária de despossuídos que vão compor a força de trabalho assalariada no campo e também na cidade;

ii) o fornecimento de uma base sagrada e legítima capaz de conferir santidade e inviolabilidade à propriedade privada de um modo geral – o que garante estabilidade superestrutural ao modo de produção.

Portanto, no balanço entre afirmações e contradições promovidas pela existência da propriedade privada da terra, o saldo é amplamente favorável à estabilização do sistema, exatamente porque os serviços que presta são muito maiores do que os custos que representa. Então, mantidas estas condições, não faz muito sentido se surpreender com a persistência da propriedade privada da terra e, conseqüentemente, com a renda que ela comanda e, muito menos ainda, como fazem alguns, esperar ou propor o seu fim inexorável como se ela fosse (necessariamente) uma excrescência ou mesmo um cálculo que o modo de produção capitalista, inevitavelmente, devesse expelir.

A propriedade privada da terra em geral e, principalmente, a propriedade privada dos solos dotados de algum recurso natural importante, garantem, através do pagamento da renda, a reprodução dos proprietários fundiários. E é também através desta “bênção” (do acesso a porções privilegiadas do espaço) que os empreendedores capitalistas podem almejar obter algo além dos meros lucros

médios proporcionados por uma determinada atividade econômica e, com isto, estar um passo adiante dos capitais concorrentes.

Com o desenvolvimento da força produtiva da sociedade e o conseqüente aumento da acumulação, a inevitável centralização dos capitais – que se passa em escalas cada vez maiores – vai comandar uma luta intra e inter-setorial muito dura pelos locais que apresentam alguma vantagem comparativa.

É aí que os direitos de propriedade sobre a terra podem se tornar barreiras efetivas à acumulação porque a partir do momento em que os proprietários fundiários passam a reunir condições de monopólio suficientes para transformar todo o mais-valor suplementar em renda, imediatamente desaparecem os estímulos que o empreendedor capitalista teria para arriscar seu capital numa atividade localizada qualquer.

Necessariamente, o capital não é uma criança que tem que, caindo, aprender que pode cair. Assim, não é preciso esperar que todo o mais-valor suplementar seja transformado em renda para que os capitalistas, ao se verem privados de quaisquer sobre-lucros, deixem de desempenhar sua atividade e/ou abandonem uma determinada área. A simples expectativa de que isto possa acontecer já é suficiente para que novas forças atuem ou que forças já atuantes exerçam maior pressão sobre o sistema, contrabalançando-o. Determinar precisamente a resultante deste sistema multi-vetorial é tarefa de extrema complexidade.

Mas desde que não consumam a totalidade do mais-valor suplementar gerado, haverá sempre inúmeros capitais competindo por estas porções vantajosas do espaço e dispostos a pagar o tributo pelo seu valor de uso. Desta forma, a renda

natural só existe porque a superfície da terra é finita e seus recursos naturais, não ubíquos.

Portanto, enquanto houver propriedade privada da terra, a renda natural existirá³⁸ e, dependendo do poder de barganha dos proprietários, sua magnitude poderá chegar muito próximo do seu limite superior, isto é o limite no qual sobre-lucro = renda. Aí já se teria configurado não mais um simples poder de barganha, mas um verdadeiro poder de monopólio.

Diante de um quadro como este então, o capital, que é uma relação social e que não pode simplesmente implodir este obstáculo sob pena de ver fraturada a estrutura que lhe suporta, reage e passa a se movimentar no sentido de superar não só a barreira como também a limitação que a propriedade privada monopolizada e a escassez (relativa) de recursos naturais, respectivamente, impõem à acumulação.

Este é o gérmen daquela renda que, no estudo clássico da economia agrícola, foi designada como renda diferencial do tipo 2 (RD-2).

Como os nossos objetivos aqui são diametralmente opostos àqueles votados à simples verificação do funcionamento da lei do valor na agricultura, interessa-nos mais checar como se processa esta busca do capital pela superação geral de uma base limitada de recursos naturais e, ainda por cima, embaraçada pelos direitos que a propriedade privada da terra confere ao seu titular.

³⁸ Marx (O capital, Livro III), ao ressaltar esta condição prévia que o capitalismo encontra na sua ascensão para se tornar um modo de produção hegemônico, vaticina que quando a sociedade atingir o seu nível mais desenvolvido, a propriedade fundiária parecerá tão absurda quanto a propriedade privada de seres humanos.

A renda espacial urbana, síntese dos processos de concentração e, principalmente, de centralização espacial, é a estrada real que o capital segue para atingir uma autonomia (ainda que relativa) diante da propriedade privada da terra e, por conseqüência, dos seus recursos.

Vamos seguir um pouco por este caminho.

2.4 A renda espacial propriamente dita

We now dismiss the assumption of a uniformly fertile plain, and take into account the fact that nature favors human endeavor unequally from place to place. (...)

The irregularities of nature do indeed interrupt the uniform development of landscapes. But they need not destroy it entirely, since all the organizing forces combine against the separate chaotic ones. For instance, even if soil quality differed radically from field to field its use would not show the same mosaic confusion; the differences would be modified here and there by the effects of equal distance from a market, by the establishment of belts, and so forth. But even if these were of no great moment and farming and the rural population were irregularly distributed, a superstructure of rural towns and larger settlements would nevertheless spring up and *remain separate despite everything*, which, in spite of all distortion, would still form a pattern, and which would orient themselves toward the metropolis and the great lines of communication (LÖSCH, 1954. p. 178-179).³⁹

³⁹ Agora retiremos o pressuposto de uma planície fértil e uniforme tenhamos em conta o fato de que a natureza favorece o esforço humano de forma desigual de um lugar para outro. (...)

As irregularidades da natureza, de fato, interrompem o desenvolvimento uniforme das paisagens. Mas não é necessário desprezá-las completamente, uma vez que todas estas forças organizadas combinam contra a atuação caótica de cada uma delas. Por exemplo, mesmo que a qualidade do solo seja diferente radicalmente de um campo para o outro, o seu uso não se revelaria um mosaico confuso; as diferenças

É talvez compreensível⁴⁰, mas é ao mesmo tempo lamentável que praticamente todos os estudos clássicos que conformaram a teoria da renda da terra, ainda que reconhecendo a fundamental importância da localização no processo social de geração e ampliação do valor, sempre tenham posto para *corner* sua análise efetiva.

Com isto, o desenvolvimento de um corpo teórico relativamente sólido e, de fato, voltado para o entendimento do fator localização dentro do modo de produção capitalista só foi mesmo registrado a partir dos trabalhos seminais dos autores alemães. Neste grupo estão Johann Heinrich von Thünen (1826), Alfred Weber (1909), Walter Christaller (1933) e August Lösch (1940).

A despeito de todos estes trabalhos, aqui ou ali, apresentarem algumas deficiências – a maioria delas já farta e, às vezes até, causticamente realçadas como, por exemplo, aquelas relacionadas com os pressupostos do paradigma neoclássico⁴¹ –, é fundamental que se diga que eventuais insuficiências teórico-

seriam reduzidas aqui e ali pelos efeitos da distância ao mercado, através da criação de cinturões, e assim por diante.

Mas mesmo que não fosse bem assim e a agricultura e a população rural fossem distribuídas irregularmente, uma superestrutura de cidades rurais e grandes assentamentos brotariam e continuariam separados e, apesar de tudo e de todas as distorções, ainda formariam um padrão e se orientariam no sentido das metrópoles e das grandes linhas de comunicação. (T.A.).

⁴⁰ Compreensível porque a sociedade na qual viviam era ainda, predominantemente, agrícola e as cidades ainda não desfrutavam do grau de importância que passaram a apresentar com a emergência do capitalismo – principalmente a partir de sua fase industrial.

⁴¹ Entre estas deficiências, podemos destacar algumas como: i) uma base teórica frágil que toma como dados inúmeros elementos que, em princípio, deveria explicar como a existência, *a priori*, de centros de consumo, de áreas de mercado etc; ii) uma excessiva simplificação da realidade em modelos de análise microeconômica que tendem a ser generalizados para a sociedade e o espaço como um todo; iii) a idéia de que o desenvolvimento de todas as atividades econômicas, vão, inexoravelmente, ao encontro de um equilíbrio geral; iv) a idéia de que haverá uma coincidência entre a localização geográfica das atividades

metodológicas na apreensão do fenômeno da localização das atividades econômicas por parte destes autores, estão muito longe de invalidar os avanços que estes trabalhos apresentaram, sobretudo, no que diz respeito à própria eleição do fenômeno espacial como o objeto central de análise.

Por causa disto, eles se tornaram, de fato, as verdadeiras pedras de toque da teoria da localização e obras absolutamente indispensáveis para aqueles que se dedicam ao exame da questão espacial urbana.

Se, por um lado, não se pode dizer que a análise dos efeitos da localização sobre a acumulação tenha sido negligenciada pelos autores “clássicos”, por outro, não se pode também negar que ela sempre tenha sido relegada por eles.

Mas tudo, porém, se passa como se estivéssemos numa espiral e a teoria clássica da renda da terra – que desenvolveu as formas analíticas da renda que a propriedade privada do solo comanda – serve também de substrato teórico sobre o qual se elevam as “teorias burguesas da localização”. Há então, uma complementaridade entre elas ainda que, evidentemente, do ponto de vista estritamente analítico, as duas teorias (a que trata da renda e a que trata da localização) sejam bastante distintas.

A primeira, como vimos, está centrada no estudo do movimento do capital no setor agrícola e a última (desde que se tenha em mente a superação de alguns

econômicas em geral e a localização individual ótima de cada firma ou indivíduo porque é aí que os lucros são máximos e os custos, mínimos.

A propósito, em **O capital e seu espaço** (1988), Alain Lipietz, ao criticar todos estes trabalhos de maneira horizontal, os rotula como Teorias Burguesas da Localização.

limites neoclássicos mais estreitos), procura apreender um fenômeno ainda mais complexo que é a lógica que comanda a aglomeração.

Portanto, a tarefa, nada fácil, de analisar a concentração espacial que o capital promove e o conseqüente aparecimento de uma renda tipicamente capitalista (a renda espacial) que ela enseja, só é mesmo possível quando já se tem desenvolvida uma análise razoável das rendas fundiárias que os sistemas sociais de produção que precederam o capitalismo, legaram àqueles que se fizeram proprietários de terra.

No capítulo primeiro deste trabalho buscamos, entre outras coisas, desenvolver exatamente aquilo que tanto a teoria clássica da renda da terra quanto a teoria da localização tomaram como um elemento dado: a existência de um centro de consumo, de uma área de mercado, de um núcleo urbano.

Constatamos ainda que, se o advento da cidade precede o surgimento e emergência do sistema capitalista em muitos milhares de anos, o fenômeno da urbanização, por sua vez, é a manifestação clara do domínio que o capital adquire sobre o espaço social. Isto quer dizer que a urbanização é, em essência, o processo através do qual o capital produz seu próprio espaço a partir da transformação de um espaço já dado.

Agora, uma vez desenvolvidas as bases teóricas capazes de fornecer os elementos explicativos não só para a formação do espaço urbano (os centros, por excelência, das atividades terciárias) como também para o surgimento e prevalência da renda da terra, podemos cuidar especificamente da análise

daquela renda que é a síntese complexa do processo geral representado pela concentração e centralização espacial do capital: a renda espacial urbana.

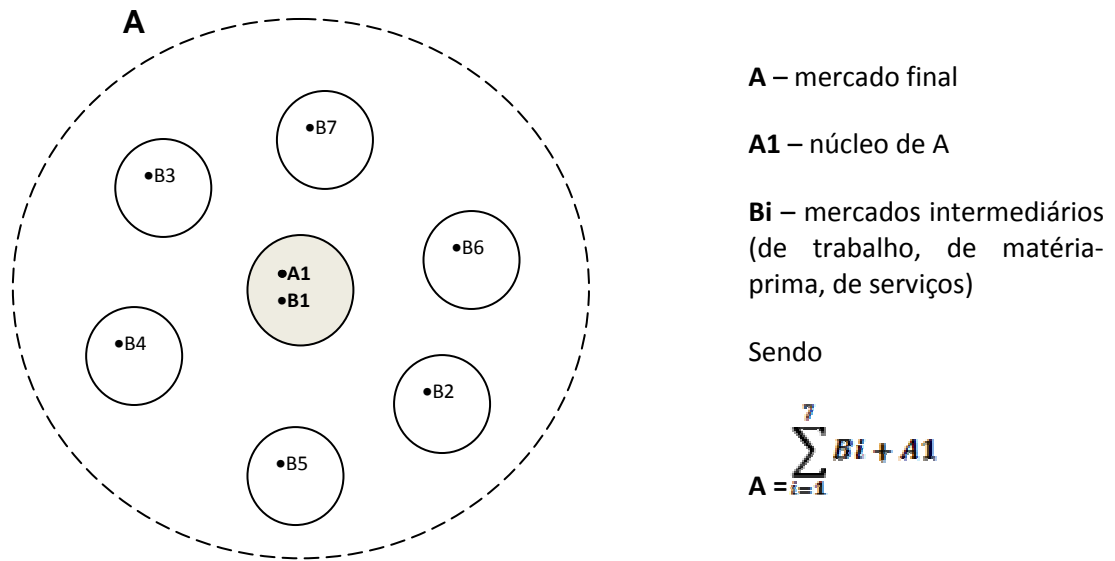
Na epígrafe desta secção (2.4) ressaltamos uma idéia fundamental em Lösch: a idéia de que mesmo diante de uma desigual distribuição dos recursos naturais e da população, haverá um padrão para a estrutura espacial e ele será definido pelo desenvolvimento do espaço urbano.

É lógico que, por trás desta idéia está a concepção de que o espaço é um sistema que se estabelece em rede e, evidentemente, pressupõe a existência de “lugares centrais”.⁴² Relaxadas, porém (como o fez Lösch logo no primeiro parágrafo da nossa citação), algumas de suas pré-concepções como a de um espaço isotrópico com sua rede inflexível de hexágonos regulares que vão constituindo, progressiva e funcionalmente, um sistema de redes, não há como negar a perspectiva sistêmica.

Neste sentido, talvez uma ilustração nos auxilie diante da assunção desta hipótese.

⁴² Lipietz (1988) apresenta uma análise crítica interessante sobre a teoria dos lugares centrais no capítulo “A inscrição material do/no espaço”.

Figura 12



O modelo acima⁴³, tenta reproduzir a lógica que estaria por traz da integração (isto é, das trocas estabelecidas) entre alguns centros subsidiários (de tipo **B**) e o centro gravitacional **A** (mercado final).

Como se vê, não há contigüidade entre as diversas áreas de mercado estabelecidas. Os centros menores **B** são especializados por conta dos atributos que apresentam (“naturais” ou não) e seus núcleos respectivos proporcionarão uma determinada renda baseada nesta vantagem.

Porém, estes mesmos centros **B** estão integrados ao centro maior **A** (eles constituem mercados intermediários fundamentais para **A**) e exatamente por isto, apresentarão uma renda espacial que, sendo o produto (complexo) desta integração – dado que os respectivos centros **B** sofrerão influência direta da

⁴³ Extraído e adaptado por nós a partir de Lemos, 1988. p. 339.

dimensão e da própria dinâmica experimentada pelo centro **A** – transcende tanto à lógica interna de cada centro subsidiário **B** quanto à lógica baseada exclusivamente na distância física (e, conseqüentemente, no transporte⁴⁴) entre os diversos pontos centrais no espaço.

O espaço que se concebe a partir daí, será, portanto, indispensavelmente, um espaço multidimensional, complexo e, por conseqüência, muito pouco suscetível à representação geométrica.

Assim, para nós neste momento, a questão fundamental que emerge é analisar a formação de uma renda espacial urbana – expressão do mecanismo pelo qual um espaço urbano localizado e complexo se impõe a outros espaços (localizados) menos complexos e os integra à sua área de influência sem, necessariamente, anexá-los.

Já dissemos algumas vezes neste trabalho que, ainda que o espaço urbano potencialmente se preste a qualquer tipo de uso, ele é, por excelência, o espaço do terciário, o espaço dos serviços em geral. E também já explicitamos, a partir da teoria do valor, porque isto acontece (especificamente na seção 1.3.2 do primeiro capítulo).

Mas é absolutamente fundamental tentar entender porque, conforme a prescrição de Lösch, mesmo diante das maiores irregularidades na distribuição da população

⁴⁴ A questão da distância entre os pontos num espaço eminentemente euclidiano, sempre foi o pano de fundo da teoria da renda da terra e também da teoria da localização. Respectivamente, o modelo de Ricardo, por exemplo, toma a fertilidade numa razão direta da distância e o modelo de Weber – elaborado a partir de um triângulo de localização – define o *locus* das atividades produtivas em função dos transportes (LOT – localização orientada pelo transporte).

e dos recursos naturais, haverá sempre um padrão para a estruturação do espaço capitalista, definido pela dinâmica do espaço urbano.

Exatamente por que o espaço urbano, na medida em que se desenvolve, vai se tornando capaz de exercer uma força gravitacional estruturadora sobre o espaço social?

Reafirmemos. Com o desenvolvimento da força produtiva da sociedade, cresce também, e talvez numa progressão geométrica, a proporção daquele trabalho teoricamente improdutivo, mas indispensável tanto à geração quanto à realização do valor incorporado nas mercadorias produzidas. Além disto, há que se considerar também que este mesmo desenvolvimento da capacidade produtiva da sociedade, ao libertar o homem daquelas preocupações predominantemente relacionadas ao estômago, abre um campo inaudito para a satisfação das necessidades espirituais criadas. A propósito, já se disse que a reprodução pura e simples da sociedade é tarefa relativamente elementar e mais ou menos inelástica. Mas a sua reprodução ampliada, isto é, a garantia não só de sua subsistência, mas principalmente, a satisfação de suas necessidades espirituais, oferece um mercado praticamente inesgotável exatamente porque estas necessidades são incessantemente criadas (e recriadas) pelo próprio desenvolvimento social.

Portanto, o espaço urbano é mesmo, por excelência e indispensavelmente, o espaço da reprodução, isto é, o espaço dos serviços em geral.

Como vimos, os serviços – por causa de sua natureza imaterial (sua oferta está, no espaço e no tempo, necessariamente atrelada ao seu consumo) – só podem

mesmo ser oferecidos quando já se tem um mercado concentrado capaz de gerar uma demanda realmente efetiva e sob nenhuma hipótese, eles poderão ser deslocalizados.

A dinâmica do desenvolvimento social produz então este resultado espacial líquido: *desconcentração* das atividades estritamente produtivas na razão direta das possibilidades técnicas do transporte e das comunicações e *concentração* (localização) das atividades estritamente reprodutivas na razão direta da importância estratégica que cada atividade apresenta para o processo geral de acumulação.

Noutros termos, a esteira que desconcentra as atividades produtivas e as remete para fora dos grandes centros urbanos é a mesma que, no sentido inverso, promove a concentração das atividades reprodutivas em geral de acordo com um padrão de localização mais ou menos regular assentado na renda espacial urbana.

É evidente que, ainda que sob a ordem de um mesmo modo de produção, o desenvolvimento da força produtiva experimentado por cada formação social (considerando sua forma, velocidade e também sua magnitude) será fruto distinto e específico do arranjo socioeconômico particular verificado em cada formação social – o que nos permite concluir que o nível deste desenvolvimento apresentado sempre será, inevitável e organicamente, desigual.

Contraditoriamente, os serviços em geral (necessários à produção ou ao consumo) ainda que, como demonstrado teoricamente, sejam por natureza, incapazes de comandar a geração e a acumulação do valor (núcleo duro do

capitalismo), à medida que este sistema se desenvolve, vão se tornando cada vez mais importantes e decisivos nas etapas de pré-produção (concepção, pesquisa, desenvolvimento, planejamento, financiamento etc.) e pós-produção (circulação, propaganda, crédito e, enfim, tudo que envolve a realização do valor).

Como eles só podem ser “produzidos” localizadamente, isto é, para que sejam ofertados, várias condições sociais específicas relacionadas com uma reprodução ampliada e altamente complexa têm que ser satisfeitas, os espaços urbanos dotados de tais elementos requeridos tendem a se tornar espaços nodais (e vitais) de uma rede que, progressivamente, vai se estabelecendo.

Além disto, a localização necessária dos serviços no espaço urbano tende a ser regulada por um gradiente. No núcleo dos centros urbanos localizam-se, normalmente, aqueles serviços mais complexos que são capazes de pagar uma renda espacial mais alta e que cuja oferta só é possível quando outros serviços de complexidades intermediária e baixa já são amplamente ofertados – estes, por sua vez, pagam uma renda espacial menor porque, em geral, demandam uma acessibilidade menor.

É claro que a existência da renda espacial urbana e de um provável gradiente de localização, não implica, necessariamente, em rigidez locacional. Prova disto é que é relativamente comum se ver em grandes centros urbanos, serviços complexos como os serviços bancários ou de agências de governo sendo ofertados, senão lado a lado, ao menos muito próximos de serviços elementares como aqueles oferecidos pelas lanchonetes ou pelos chaveiros amoladores.

Respeitadas, é claro, as determinações dos respectivos aparatos regulatórios do espaço urbano, rigorosamente, não interessa muito qual tipo de atividade será ofertada ali. Interessa mesmo é que toda e qualquer atividade ali instalada, deverá pagar uma renda proporcional à área ocupada e, principalmente, proporcional à acessibilidade da qual desfruta.

A propósito, em Alonso (1968), Richard Hurd – cuja obra *Principles of city land values*, de 1903, precede a dos autores alemães “seminais” citados por nós no início deste tópico (exceto Von Thünen) – sintetiza assim a idéia que expomos acima acerca da acessibilidade e da renda:

“Since value depends on economic rent, and rent on location, and location on convenience, and convenience on nearness, we may eliminate the intermediate steps and say that value depends on nearness.”⁴⁵

Além disto, com toda propriedade, Johann von Thünen também diz algo interessante a esse respeito:

⁴⁵ Uma vez que o valor depende da renda econômica e esta depende da localização, a localização da conveniência e a conveniência da proximidade, podemos eliminar as etapas intermediárias e dizer que o valor depende da proximidade. (T.A. Grifos nossos).

If we investigate the reasons why site rent increases toward the center of the city, we will find it is the labor saving, the greater convenience and the reduction of the loss of time in connection with the pursuit of business (In ALONSO, 1968. p. 6).⁴⁶

Como se vê, as idéias de Hurd e de von Thünen, contidas nos fragmentos acima, são muito semelhantes e, ao menos neste aspecto da renda espacial urbana, são, além disto, complementares.

Se para Hurd, por exemplo, fosse necessário apresentar algumas questões como: acessibilidade a quê? Ou: acessibilidade para quê? Em von Thünen, já teríamos explicitado que a acessibilidade (que cresce à medida que nos aproximamos dos núcleos dos espaços urbanos), no fim das contas, vai representar uma maior “produtividade” daqueles serviços localizados e, por conseqüência, uma taxa de acumulação mais elevada em virtude de um encurtamento no tempo de rotação geral dos capitais investidos nestas típicas atividades urbanas de serviços – das

⁴⁶ Se investigarmos as razões pelas quais a renda em direção ao centro da cidade, encontraremos uma economia de trabalho, uma maior conveniência e uma redução na perda de tempo associadas à realização de negócios.

quais dependem, direta ou indiretamente, todos os processos de realização e reprodução.

A partir daí, se estabelece um ciclo virtuoso para o espaço urbano localizado no qual a possibilidade de uma maior “produtividade” dos serviços disponíveis (menor custo total por unidade ofertada) implicará também em menores custos de produção para aqueles capitais investidos diretamente nas atividades produtivas desconcentradas porque, como já de sabe, os serviços em geral representam custos ao capital industrial⁴⁷ (de onde provém todo o mais-valor gerado pela sociedade e que vai, depois, ser fracionado entre os diversos setores da economia).

Porém, uma “produtividade” maior dos serviços só é possível a partir de um mercado maior e mais complexo capaz de gerar uma demanda efetiva em escala. E um mercado maior e mais complexo, significa uma população maior reunida (adensada) em determinados pontos do espaço. E isto, por sua vez, vai implicar, necessariamente, em massas maiores de mercadorias produzidas, postas em circulação e, finalmente, consumidas por esta população.

Portanto, a lei do valor que rege a esfera da produção das mercadorias também se impõe à oferta dos serviços: os ganhos de escala que se obtêm a partir da redução dos custos unitários de produção, isto é, os aumentos das taxas de produtividade, são imperativos porque possibilitam níveis mais elevados de acumulação. Mas como os serviços são, por natureza, imateriais, e, exatamente por isto, amplamente refratários aos avanços mais expressivos da força produtiva

⁴⁷ Aí se incluem as atividades agropecuárias.

da sociedade, a elevação da sua taxa de “produtividade” só é possível mediante o desenvolvimento dos transportes e das comunicações – dos quais nada mais se espera que uma redução no tempo de circulação das mercadorias (aí incluída a força de trabalho) e das informações.

Aos níveis mais altos de produtividade corresponderão, em geral, os centros urbanos maiores e, necessariamente, aqueles centros urbanos mais complexos e dinâmicos. Por conseqüência, e também em geral, os centros urbanos intermediários e menores e relativamente menos dinâmicos e de menor complexidade, tenderão a apresentar taxas de produtividade inferiores na oferta das atividades terciárias. Isto cria entre estes centros urbanos uma determinada hierarquia baseada no nível de complexidade atingido e nos níveis de produtividade geral dos serviços oferecidos.

Porém, a constatação abaixo, feita por Alonso, repõe a questão essencial embutida na lógica espacial que o capital implementa para resolver a contradição entre os sobre-lucros que a concentração e a centralização podem proporcionar e a elevação dos custos gerais de acessibilidade (renda espacial) que os centros urbanos maiores e mais dinâmicos apresentam:

Transportation is a device to overcome the “friction of space”, and the better the transportation, the less the friction. But, “while transportation overcomes friction, site rentals and transport costs represent the cost of what friction remains”. Thus, the user of a site

pays as the “costs of friction” transport costs and rent, which is “the saving in transport costs” (ALONSO, 1968. p. 6-7).⁴⁸

Harvey (2006, p. 379-380) faz também a mesma constatação enfática:

But worst of all, we see that capitalism seeks to overcome spatial barriers through the creation of physical infrastructures that are immobile in space and highly vulnerable to place-specific devaluation. Roads, railways, canals, airports, etc., cannot be moved without the value embodied in them being lost. Value has to be immobilized in the land to an increasing degree, therefore, in order to achieve spatial integration and to eliminate spatial barriers to the circulation of capital. At some point or order, the value embodied in the produced space of the transport system becomes the barrier to be overcome. (...) This is the central contradiction which modifies and circumscribes the mobility of capital in commodity form.⁴⁹

⁴⁸ O transporte é um dispositivo para vencer a “fricção do espaço”, quanto melhor o transporte, menor é esta fricção. Mas, “à medida que o transporte supera a fricção, os custos com a renda e com o transporte representam a manutenção do custo da fricção espacial.” Assim, o usuário de um local paga como “custos de fricção”, os custos de transporte e aluguel que foram “economizados nos custos de transporte.” (T.A.).

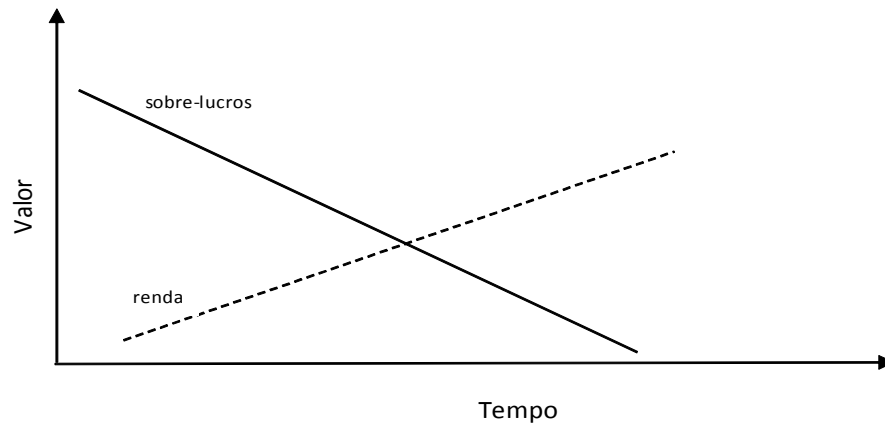
⁴⁹ Pior ainda, vemos que o capitalismo busca superar as barreiras espaciais através da criação de infraestruturas físicas que estão imóveis no espaço e altamente vulneráveis à desvalorização de um lugar específico. Estradas, ferrovias, canais, aeroportos, etc. “ não podem ser movidos sem que o valor incorporado neles sejam perdidos. O valor tem, cada vez mais, que ser immobilizado no solo, a fim de que se obtenha uma integração espacial e que se eliminem as barreiras espaciais à circulação do capital. Em alguma medida, o valor incorporado no espaço produzido do sistema de transporte torna-se uma barreira a ser ultrapassada. (...) Esta é a contradição central que modifica e limita a mobilidade do capital sob a forma da mercadoria. (T.A).

Portanto, os movimentos que o capital descreve nos sucessivos momentos de acumulação para superar sua base limitada de recursos (quer sejam eles naturais ou criados) e, por conseqüência, permitir sua imposição diante do espaço social, acabam, contraditoriamente e de alguma forma, recriando aquelas condições que, inicialmente, deveriam ser superadas.

O aparecimento da renda espacial urbana é uma das mais claras evidências deste processo. Isto porque, conforme explicitamos, ela é um tributo pago pelo capital ao proprietário fundiário não tanto pela fração do solo em si ou pelas qualidades naturais (e diferenciais) que tal ou qual terreno podem transferir a quem o explora diretamente, mas pelas vantagens produtivas/reprodutivas (isto é, geração de sobre-lucros) que o próprio capital criou como mecanismo para romper os históricos grilhões espaciais que o aprisionavam. O gráfico abaixo que criamos, tenta ilustrar esta questão:

Figura 13

Evolução dos sobre-lucros e da renda no espaço urbano



Então, a estrutura espacial urbana, mesmo sendo produto do capital, acaba se impondo a ele e condicionando seu movimento, sua fixação, e, no fim das contas, suas possibilidades de acumulação. Isto porque este movimento em espiral que o capital descreve (níveis cada vez mais elevados de intensificação têm que ser experimentados se se quer garantir o avanço da acumulação) torna imprescindíveis alguns “recursos” desenvolvidos pelo próprio capital centralizado, mas que são, por natureza, espacialmente irreprodutíveis.

Desta forma, quando se analisam as relações sociais de produção capitalistas, é absolutamente indispensável considerar aí o elemento espacial – traduzido também no fator localização e na renda (natural ou não) que ela comanda. Como Harvey (2006, p. 374) destaca: “It would be all too easy in the face of such diversity to succumb to that ‘spatial fetishism’ that equalizes all *fenomena sub*

specie spatii and treats the geometric properties of spatial patterns as fundamental. The opposite danger is to see spatial organization as a mere reflection of the processes of accumulation and class reproduction... I view location as a fundamental material attribute of human activity but recognize that location is socially produced.”⁵⁰

Nos próximos capítulos, veremos mais de perto como – a partir da emergência de um novo modelo de desenvolvimento que traz em si um processo de reestruturação produtiva – o papel do espaço urbano se tornou ainda mais central no processo geral de acumulação apesar do efeito desaglomerativo causado pela normal elevação do valor da renda no espaço urbano consolidado. Veremos ainda como este processo de ressignificação do espaço local/regional e de conseqüente acirramento da disputa interurbana tem favorecido sobremaneira aqueles núcleos urbanos dotados, principalmente, de uma infra-estrutura social capaz de responder às demandas da “nova” economia do conhecimento.

⁵⁰ Seria muito fácil, diante de tal diversidade, sucumbir ao fetichismo espacial que equaliza todos os fenômenos “sub specie spatii” e trata as propriedades geométricas dos padrões espaciais como fundamentais. Outro perigo estaria em ver a organização espacial como um mero reflexo dos processos de acumulação e reprodução do espaço social... Eu vejo a localização como um atributo material fundamental da atividade humana, no entanto, a localização é socialmente produzida.

Capítulo 3: atualização do espaço urbano

Com efeito, à tarde veio um bando de codornizes que cobriu o acampamento; e, pela manhã, formou-se uma camada de orvalho ao redor do acampamento. Quando o orvalho evaporou, apareceram na superfície do deserto pequenos flocos, como cristais de gelo sobre a terra.

(...) [D]eram a esse alimento o nome de **maná**. Era branco como as sementes do coentro e tinha gosto de bolo de mel.

Êxodo, 16:13-14 e 31.

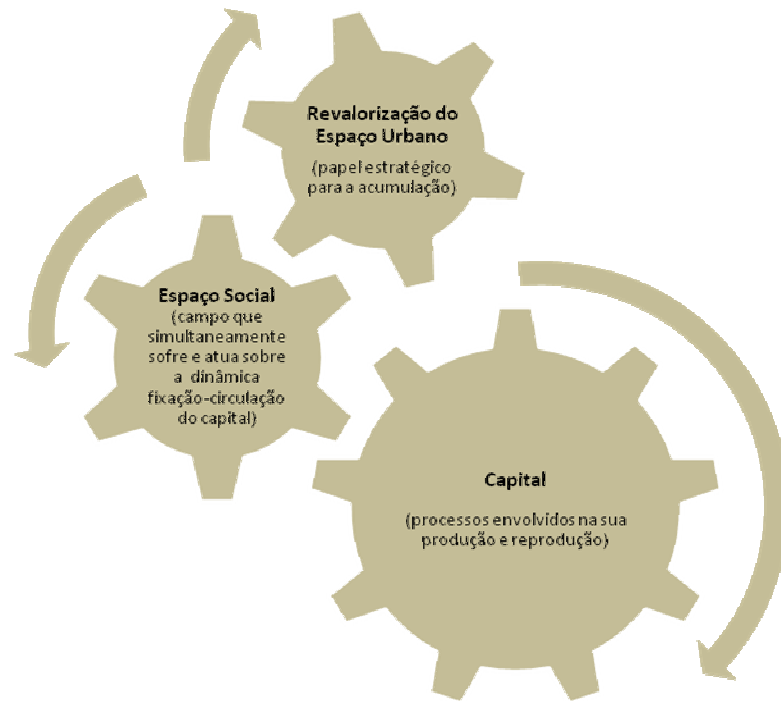
Engrenagens. O percurso teórico relativamente longo desenvolvido pelos capítulos anteriores teve um claro propósito: formar um substrato razoavelmente estável sobre o qual a análise do processo contemporâneo de revalorização dos centros urbanos pudesse se assentar.

Assim, questões teóricas fundamentais e, portanto, incontornáveis, se antepunham à análise efetiva do atual processo de reestruturação espacial e exigiam um exame cuidadoso. Questões como as que listamos abaixo:

- i) O que é, de fato, um centro urbano?
- ii) Qual ou quais são os elementos envolvidos em sua gênese?
- iii) Qual a importância do capital na dinâmica do espaço urbano?
- iv) Por que a renda natural persiste mesmo sob o capitalismo?
- v) Como se forma a renda espacial urbana?
- vi) Que papel ela joga no processo de estruturação deste espaço?

São questões que compuseram o cerne dos capítulos iniciais porque constatamos que não seria possível apreender a dinâmica do espaço urbano sem, antes, defini-lo adequadamente.

Figura14



A transformação do espaço urbano sob o capitalismo, por sua vez, não pode ser concebida sem que se considere o próprio capital (efetivamente os processos que definem sua produção e sua reprodução). A produção e, sobretudo, a reprodução sociais a partir do capital (consubstanciadas no modo de produção capitalista) também não podem ser analisadas sem que se compreenda a reação que o espaço social localizado exerce sobre o próprio capital. Finalmente (mas de primordial importância), o reconhecimento do papel estratégico desempenhado pelo espaço urbano na atual fase de acumulação capitalista – daí disparado todo o amplo processo de revalorização dos centros urbanos a que assistimos.

Então, porque é muito difícil ser razoável e, ao mesmo tempo, se colocar apenas a meio caminho da teoria (ainda que esta nem sempre represente a apreensão mais acabada de um fenômeno qualquer), fomos impelidos a descrever, até aqui, uma trajetória com este considerável grau de abstração. Entretanto, para nós, apesar de extenso e (não raro) árido, este percurso teórico se mostrou absolutamente indispensável. As questões de base justificam-no.

Em primeiro lugar, conforme já afirmamos anteriormente, o principal objetivo deste trabalho é analisar o atual processo de revalorização do espaço urbano. Todavia, para que pudéssemos explorar este veio, teríamos que, antes, atravessar uma formação interposta – uma vez que o espaço urbano e, mais especificamente, o desenvolvimento da urbanização, não podem ser apreendidos sem que se tenha à mão alguns instrumentos analíticos do processo geral de produção e de reprodução social cuja essência é o capital.

Desta forma, a proposta de análise de um processo (o de revalorização do espaço urbano) conduziu-nos, primeiro, à análise necessária de um outro processo que lhe dá fundamento. Este processo está suficientemente delineado pela lei do valor. Mas esta, por sua vez, está subsumida no próprio capital enquanto relação social de onde emanam todos os comandos que regulam o seu funcionamento (geração do valor, do mais-valor e sua distribuição entre os diversos agentes envolvidos na produção e na reprodução sociais).

Foi então necessário fazer uma retomada de cada fase apresentada pelo capital em seu desenvolvimento. A saber: as condições necessárias e os mecanismos

efetivos que definem sua produção, concentração, centralização, reprodução e (específica e finalmente) sua localização.

Já é mais ou menos lugar-comum dizer que os processos sociais, quaisquer que sejam eles, necessariamente, não são capazes de modelar o espaço de forma espontânea, imediata ou desimpedida (LEFEBVRE, 1999). Isto é: dialeticamente, o espaço – ainda que seja cada vez mais produto das relações sociais comandadas pelo capital – a todo momento, reage sobre estas mesmas relações e, conseqüentemente, sobre o próprio capital.

Esta questão tem implicações diretas e decisivas sobre nossa análise.

Se a localização, em qualquer época, tem representado uma condição necessária para todos os processos encerrados na produção e na reprodução sociais, nas formações sociais capitalistas, a fixação do capital no espaço e sua circulação localizada – que neste trabalho acabamos circunscrevendo no selo “espaço construído” – porque jogam um papel absolutamente central no processo de acumulação, devem ser detidamente analisadas.

Bem, praticamente todo o pensamento científico produzido sobre esta questão está sistematizado nas teorias da Renda da Terra e da Localização. E é praticamente impossível abordar a questão espacial sem que se passe em revista os seus pressupostos.

A despeito de eventuais incorreções ou insuficiências, elas formam a pedra fundamental indispensável sobre a qual a análise do espaço urbano estruturado a partir da lógica do capital pode ser empreendida.

Este constituiu o segundo passo no lançamento das bases teóricas deste nosso trabalho.

Foi a partir desta constatação que tentamos retomar a conjuntura socioeconômica histórica nos séculos XVIII e XIX que marcou o desenvolvimento da teoria da Renda da Terra.

A transformação da renda natural (feudal) em renda da terra capitalista; a revolução nas relações de propriedade deste meio não reprodutível de produção e as implicações destas novas relações de propriedade para a circulação do capital no espaço⁵¹ são elementos parciais desta retomada teórica que propusemos.

Em seguida, nosso percurso se estende mais um pouco quando nos valem de alguns dos avanços que a teoria da Localização⁵² apresentou, sobretudo, a partir da primeira metade do século XX.

A insuficiência explicativa em relação à gênese do espaço urbano da qual padecem ambas as teorias (os centros urbanos representam, de fato, os verdadeiros centros de comando da estruturação espacial sob o capitalismo, mas são sempre tomados como um elemento já dado e estabelecido) instigou-nos a retomar esta questão porque daí é possível inferir que os elementos que jogam papéis decisivos no processo de fundação do espaço urbano, provavelmente

⁵¹ Inicialmente, espaço agrícola, como estabelece a Teoria da Renda da Terra. Mas o nosso objetivo central é mesmo, a partir daí, inferir o movimento do capital no espaço urbano em geral – que, afinal, também comanda o espaço agropecuário.

⁵² Avanços que não podem ser negados, a despeito do seu caráter eminentemente neoclássico e, por consequência, do estreito alcance de alguns dos seus pressupostos bem como (na visão de alguns como Lipietz, 1988) do comprometimento do corpo da teoria com a reprodução do espaço organizado pela e para a burguesia.

também vão exercer algum papel importante na dinâmica deste mesmo espaço urbano já estruturado e, por conseguinte, em todo o processo de urbanização.

Enfim, a teoria clássica da Renda da Terra e a teoria da Localização, porque seu objeto é a questão espacial, apesar de apresentarem alguma insuficiência e serem essencialmente distintas, são também bastante complementares e, juntas, compõem a dupla base sobre a qual assentamos nossa análise sobre a geração da renda espacial urbana.

Esta, por sua vez, é, de fato, a síntese complexa da atuação de múltiplas forças sociais e a manifestação, no espaço, do nível de desenvolvimento da força produtiva de uma determinada formação social e do lugar ocupado por esta na rede hierárquica estabelecida conforme o gradiente apresentado pelo conjunto das diversas rendas espaciais urbanas geradas pelos seus respectivos centros urbanos.

Após percorrer o percurso teórico descrito pelos capítulos anteriores, vamos agora analisar, um pouco mais de perto, o processo de reestruturação pelo qual o espaço urbano tem passado contemporaneamente.

Faremos isto, como proposto inicialmente, baseados, sobretudo, no amplo processo de revalorização do espaço urbano de Belo Horizonte e sua região metropolitana, implementado (há alguns anos) e aprofundado (mais recentemente) em virtude do fortalecimento das coalizões público-privadas que têm, a um só tempo, planejado e gerido a reestruturação deste espaço.

Antes, porém, é necessário frisar que este processo geral de reestruturação espacial tem suas origens na grande crise de acumulação sofrida pelo capitalismo a partir do final da década de 1960 e, principalmente, nos anos 1970.

Esta grande crise – que ficou conhecida como a crise do fordismo – provocou uma reação do sistema no sentido de recompor as taxas de lucro e isto só se mostrava possível a partir do esboço de um novo modelo de desenvolvimento.⁵³ Nova base tecnológica bem como novos arranjos organizacionais dos processos de produção conduzem a uma reestruturação industrial que, por sua vez, rebate na organização do espaço gerando novos processos.

Isto, inevitavelmente, nos leva ao quadro sócio-espacial contemporâneo de dispersão espacial da atividade produtiva (industrial) em função das revoluções tecnológicas (transporte e comunicações) ao mesmo tempo em que se dá, em sentido contrário, um processo de concentração das atividades terciárias e (sobretudo) das atividades quaternárias⁵⁴ nos centros urbanos – daí a atual valorização do espaço local/regional dentro do próprio processo de globalização.

É dialético: este cenário de profundas mudanças implica em várias outras revoluções nos múltiplos campos que compõem o espaço social e estas revoluções, evidentemente, também podem ser capazes de provocar novos desequilíbrios sistêmicos.

Então, o atual processo de revalorização dos centros urbanos que pretendemos analisar mais de perto passa, antes, pelo processo de reestruturação produtiva

⁵³ Um novo regime de acumulação associado a uma nova e adequada regulação.

⁵⁴ Atividades que demandam maiores níveis de responsabilidade e longo tempo de aprendizagem/treinamento (“brainwork”).

(motivado pela crise do regime anterior) e pela emergência de uma nova fase de acumulação na qual o espaço urbano localizado passa a desempenhar um papel absolutamente central.

Em função disto, vamos, em seguida, fazer uma breve análise da crise do fordismo, da emergência do novo regime (flexível?) de acumulação e das razões pelas quais o espaço local/regional tem sido ressignificado e elevado ou considerado como um “fator de produção” ou mesmo como um ponto nodal da rede (agora definitivamente global) que o capital vem construindo já há alguns séculos.

3.1 crise do fordismo e reestruturação produtiva

Antônio Gramsci cunhou a expressão *fordismo* ao fazer um paralelo entre as sociedades norte-americana e européia (BRAVERMAN, 1977). Apesar de já utilizar métodos científicos de administração do trabalho e de, conseqüentemente, apresentar taxas de produtividade muito superiores às verificadas nas fábricas da Europa, a dificuldade encontrada pelo *american way of producing* para penetrar nas fábricas do lado de lá do Atlântico Norte, tornou-se lugar-comum.

A América, para o filósofo italiano, por ser um território “virgem”, não apresentava as estratigrafias sociais históricas da Europa que tantos embaraços impunham às mudanças nas estruturas social e econômica. Não havia, portanto, na terra de Taylor e de Ford, grandes obstáculos ao avanço do novo modo de desenvolvimento que se gestava. Aliás “... o fenômeno americano é também o maior esforço coletivo realizado até agora para criar, com rapidez incrível e com uma consciência do fim jamais vista na História, um tipo novo de trabalhador e de homem” (BRAVERMAN, 1977).

A velha Europa só é de fato fordizada quando da reconstrução pós segunda guerra. Reconstrução esta, financiada pelos capitais americanos do Plano Marshall que mais do que reerguer a infra-estrutura física, soprou também o espírito do *american way of life* nas narinas européias.

O fordismo (sistema de produção dominante nos países capitalistas centrais a partir, sobretudo, da II Guerra Mundial) pode ser caracterizado, pelo menos, a partir de duas perspectivas⁵⁵:

⁵⁵ De acordo com a Teoria da Regulação. Ver, por exemplo, Aglietta (1991), Boyer (1986) e Lipietz (1988).

1) Num nível mais restrito designando apenas um princípio geral de **organização da produção**;

2) Num nível mais amplo (macroeconômico e macro-social) significando um **modo (modelo) de desenvolvimento**, isto é, um regime de acumulação intensivo associado a um modo de regulação administrado.

Assim, não pode haver um edifício chamado modo de desenvolvimento sem que haja estruturas conjugadas que o suportem. Isto é, um regime que permita a acumulação (intensiva no caso) e um modo de regulação correspondente que discipline as relações sociais (produtivas e reprodutivas) entre as empresas, as instituições e os indivíduos.

É, portanto, desnecessário dizer que, a divergência entre estas estruturas leva ao chão o nosso edifício.

Há um fenômeno regular dentro do modo de produção capitalista: quando as taxas de acumulação já não podem mais ser ampliadas ou nem mesmo garantidas, algumas contradições estruturais deste sistema (que estão no seu DNA e que, portanto, vão inevitavelmente aparecer em algum momento) tornam-se mais evidentes e, diante disto, a organização social e territorial da produção e da reprodução tende a ser redefinida.

Isto significa, entre outras coisas, mudanças na forma e também na disposição hierárquica das diversas porções espaciais que compõem o arquipélago por onde o capital circula livre ou fixadamente.⁵⁶

⁵⁶ Já a partir do final dos anos 1960, aparecem claros sinais de crise do regime fordista de acumulação. Sinais estes tanto de caráter técnico quanto de caráter sócio-político-econômico. Por exemplo: a) crise no

De qualquer forma, do ponto de vista estrito do regime de acumulação, há três elementos fundamentais que se associaram na deflagração da crise do fordismo:

- i) desaceleração do crescimento da produtividade;
- ii) elevação dos preços das matérias-primas (notadamente do petróleo) e
- iii) a manutenção dos níveis salariais e das garantias de emprego.

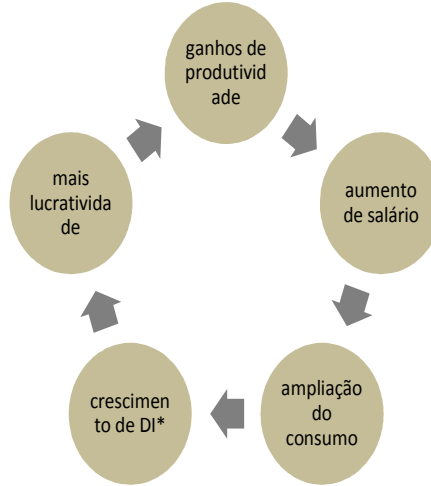
Este quadro desfavorável para a manutenção da acumulação nos patamares da “época de ouro” impele as empresas a assimilar novos equipamentos baseados na microeletrônica e, simultaneamente, novas estratégias organizacionais para a produção.

Esquemáticamente então, podemos definir dois ciclos para o modo de desenvolvimento fordista: um no qual se destacam o equilíbrio e o crescimento (características marcantes no período “de ouro” que vai do pós-guerra até a década de 1960) e outro no qual predomina a desaceleração do crescimento da acumulação (marcadamente a partir dos anos 1970).

sistema monetário e financeiro (nacional e internacional); b) deterioração da hegemonia econômica dos EUA; c) crise do Estado Nacional; d) desaceleração do crescimento da produtividade; e) oscilações da demanda efetiva; f) rigidez dos processos produtivos diante das novas exigências do mercado; g) reação dos trabalhadores às formas autoritárias tayloristas-fordistas de produção (movimentos marcantes na França e na Itália nos anos 1960).

Figura 15

Ciclo virtuoso do fordismo



Ciclo vicioso do fordismo (período de crise)



*DI e DII seriam os dois clássicos departamentos nos quais a economia foi dividida por Marx, sendo o primeiro produtor de bens de produção e o segundo produtor de bens de consumo.

A onda de reestruturação que se seguiu à crise do fordismo implicou em profundas mudanças no regime de acumulação e impôs a necessidade de se forjar e aperfeiçoar novas bases regulatórias e novas espacializações (do Estado, do capital e do trabalho) cujo nexos fosse capaz de conformar um novo modelo de desenvolvimento social.⁵⁷

O quadro comparativo que apresentaremos mais adiante, ainda que tenha caráter sinóptico, pode ser bastante interessante porque ele contrapõe os modelos fordista e flexível a partir de alguns dos principais campos da super e da infraestrutura social – inclusive o campo espacial, que é, especificamente, o nosso objeto de análise ao longo deste trabalho.

David Harvey (1989), já fazendo contraponto ao novo regime de acumulação (emergente ou potencialmente hegemônico), garante que a RIGIDEZ fordista foi realmente o núcleo duro das causas da crise.

⁵⁷ No início dos anos 1970, os engenheiros japoneses Ohm e Toyoda, num intercâmbio, foram conhecer de perto e aprender com o modelo industrial americano arquetípico: a indústria automobilística.

Retornaram para o Japão e implantaram um fordismo adaptado às condições econômicas e sociais que o país apresentava. Nascia o “milagre japonês” e junto com ele, o que todos estão vendo como um novo modo ou modelo de desenvolvimento: o chamado modelo Flexível (ou Toyotismo).

No fundo, isto se parecia mais com um fordismo à japonesa ainda que boa parte da base técnica, organizacional e reguladora originalmente fordista tenha sido subvertida.

Com isto, as taxas de acumulação voltaram a crescer e a se sustentar. Em duas ou três décadas, a economia japonesa (que da perspectiva fordista original) dificilmente poderia prosperar, colocou-se entre as três maiores do planeta.

O regime de acumulação flexível japonês, atrelado a um respectivo e apropriado modo de regulação, fez surgir algo além de um simples e específico modelo para a produção.

O que emerge a partir daí é claramente um novo modelo de desenvolvimento. Uma verdadeira revolução que, progressivamente, passa a reconfigurar praticamente todos os campos super e infra-estruturais das sociedades como a ideologia, o estado, o espaço, o trabalho e os processos e as relações de produção.

Rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam qualquer flexibilidade; **rigidez** nos mercados e nos contratos de trabalho; **rigidez** nos compromissos do Estado (seguridade social); etc.

Figura 15

Síntese dos Modos de Desenvolvimento Fordista e Flexível

Produção Fordista economias de escala	Produção <i>just in time</i> economias de escopo
A - Processo de Produção	
produção em massa	produção em lotes
uniform. e padroniz.	produção flexível (variedade)
grandes estoques	sem estoques
testes de qualidade ex-post	controle de qualidade integrado ao sistema
produtos defeituosos ocultos	rejeição imediata de produtos com defeito
perda de tempo de produção	redução do tempo perdido
voltada para os recursos	voltada para a demanda
B - Trabalho	
realização de uma única tarefa	múltiplas tarefas
pagamento pro rata (definição do emprego)	pagamento pessoal
alto grau de especialização	eliminação de demarcação de tarefas
pouco ou nenhum treinamento	longo treinamento
organização vertical	organização mais horizontal
ênfase na redução da responsabilidade	co-responsabilidade do trabalhador
nenhuma segurança no trabalho	segurança apenas para trabalhadores centrais
C - Espaço	
especialização espacial funcional	agregação e aglomeração
divisão espacial do trabalho	integração espacial
mercados de trab. espacialm. segmentados	segmentação interna do merc. trabalho
D - Estado	
regulamentação	desregulamentação
rigidez	flexibilidade
negociação coletiva	individualização
socialização do bem-estar	privatização das necessid. coletiv. e seguridade
estabilidade internacional	desestabilização internacional
centralização	descentralização
subsidiador	empreendedor
E - Ideologia	
consumo de massa	consumo individualizado
modernismo	pós-modernismo
totalidade	especificidade
socialização	individualização

Fonte: Sw yngedouw (citado por Harvey, 1989). Modificado e adaptado por nós.

3.2 ressignificação do espaço urbano local/regional

Cities and regions are being profoundly modified in their structure, and conditioned in their growth dynamics by the interplay of three major historical process: technological revolution, the formation of a global economy, and the emergence of an informational form of economic production and management (CASTELLS and BORJA, 1994. p. 1).⁵⁸

Vinho antigo em garrafas novas? Ou será que realmente há algo de novo na retomada da discussão sobre o espaço local?⁵⁹

Há hoje uma massa crítica, isto é, toda uma literatura já consolidada que contempla, da perspectiva do desenvolvimento econômico, a redefinição das escalas espaciais nas quais o sistema produtivo passa a funcionar a partir da crise (BRENNER, 1998 e HARVEY, 2006). Isto é fundamental para quem quer entender a ressignificação contemporânea do local e as implicações que este

⁵⁸ As cidades e as regiões estão sendo profundamente modificadas em suas estruturas e a dinâmica de seu crescimento tem sido condicionada pela interação de três grandes processos históricos: uma revolução tecnológica, a formação de uma economia global e a emergência de uma forma informacional de produção e administração. (T.A.).

⁵⁹ Esta questão foi proposta inicialmente por Bennett Harrison (1992) em seu conhecido trabalho sobre os novos distritos industriais.

processo tem gerado sobre a estrutura, a gestão e o planejamento urbano/regional (SWYNGEDOUW, 1989 e 1992).

O modo capitalista de produção tem, historicamente, organizado o território se valendo das diferentes escalas que os diferentes períodos de acumulação exigem para se estabelecer – o que sempre implica num ciclo de territorialização→ desterritorialização→ reterritorialização (BRENNER, 1999).

Diante disto e das reviravoltas experimentadas nas últimas décadas, o arranjo ou a coesão que haviam sido forjados no âmbito do modo de desenvolvimento fordista, como vimos, entraram em crise.

Este arranjo ou coesão se valia de um Estado Nacional não só como uma unidade político-territorial, mas também como um agente regulador da maior importância na sempre conflituosa relação capital/trabalho.

A despeito das variações nacionais destes arranjos (que, em última instância, dependiam do concerto entre as múltiplas forças sociais que se compunham diferentemente nas diversas formações sociais), o modo de desenvolvimento fordista produziu uma forma espacial coerente com os processos técnico-econômico-regulacionais que haviam sido engendrados. Isto equivale a dizer que se produziu um espaço fragmentado (espaços do trabalho, espaços de morar, espaços de lazer etc.) que era, inevitavelmente, hierarquizado (HARVEY, 1991).

No entanto, como as últimas décadas vêm testemunhando a erosão de toda a construção fordista, o aprofundamento do processo de globalização (com todas as suas conseqüências) tem forçado a transição para um modo de

desenvolvimento mais flexível (CASTELLS, 1994). E desde o final dos anos 1960 (mais especificamente a partir dos anos 1970), este processo vem se desenvolvendo e ganhando corpo. Isto fica patente com o passo das reestruturações produtiva e do consumo, da regulação, do papel do estado nacional, etc. – o que sempre implica em inevitáveis reestruturações espaciais atualizadoras.

Portanto, num âmbito estritamente espacial, há uma flagrante contradição entre a forma e as estruturas espaciais herdadas do regime anterior (em crise, mas ainda em funcionamento) e a espacialidade preconizada pelo regime flexível emergente.

Todos sabemos que o capitalismo, para enfrentar as contínuas crises geradas por suas próprias contradições, tem que reinventar continuamente as estratégias que viabilizam a acumulação. E isto se faz tanto a partir dos sucessivos regimes de acumulação (baseados em inovação técnica/organizacional) quanto a partir de uma (re)organização espacial necessária.

Não obstante, o espaço já cristalizado (fixado) em formas e processos sociais impõe resistência e, em última análise, retarda as reestruturações necessárias. Desta maneira, o papel do espaço no sistema capitalista está muito para além de um mero continente ou receptáculo físico das múltiplas interações sociais. E por representar não apenas um *locus* para os processos sociais, mas também um berço de recursos e inovação e ainda uma base de fricção que (dialeticamente) se opõe às transformações, o espaço representa uma peça-chave no processo geral de acumulação (sua expansão e/ou reestruturação) (HARVEY, 2006).

De acordo com Swyngedouw (1989), o abalo do fordismo, o uso cada vez mais intensivo das tecnologias informacionais como base do novo sistema produtivo, além da emergência do ideário pós-modernista, têm contribuído para uma espécie de ressurreição do local.

A necessária interação global-local tem gerado profundas contradições espaciais e o papel do espaço local tem sido alterado de maneira radical pelo novo regime de acumulação.

Paralelamente a isto, o poder dos estados nacionais de regular tais processos e produzir políticas espaciais apropriadas para as localidades/regiões vem se tornando cada vez menor.

Desta forma, o local é colocado como o centro dos processos mais atualizados da acumulação, sem que ainda se tenham gestado as linhas mestras da regulação e da política espacial a ele relacionadas.

Então, graças às revoluções técnicas nas comunicações, nos transportes e nos processos de produção, as cidades vêm se tornando o *locus* central do sistema de acumulação flexível.

Com relação a isto, podemos nos valer das cristalinas afirmações de Paulo Arantes (2004) que, apoiando-se em Saskia Sassen (1991), disserta sobre este mesmo fenômeno e, dando maior relevo aos desdobramentos sociais da

reestruturação, qualifica-o como um processo de “brasilianização”⁶⁰ das cidades pelo mundo:

Ao contrário do que apregoa o senso comum globalitário acerca da imaterialidade da nova riqueza capitalista e a respectiva falta de importância do “lugar”, a atual pulverização da atividade econômica pela transnacionalização das cadeias produtivas globais seria materialmente inviável sem uma correspondente centralização territorial, mais especificamente uma hiperconcentração da propriedade dos meios de produção e consumo em nós estratégicos exigidos por uma nova lógica da aglomeração. (...) Não será preciso acrescentar que o *locus* dessa concentração contínua de comando econômico estratégico, que esse palco mais ostensivo da nova dualidade, é a *cidade*, (...).

Numa verdadeira “dança das cadeiras”, os espaços locais agora, aberta e selvagemmente, competem entre si buscando atrair as diversas frações dos atualmente hiper-sensíveis capitais nacional e multinacional.

E de que forma eles o fazem? Assumindo-se, cada vez mais, como um ativo agente de produção ou, no dizer de Harvey (1996), assumindo abertamente um caráter empresarial ou um comportamento típico de empresa capitalista.

⁶⁰ Tese de Michael Lind que sustenta que o modelo brasileiro de sociedade dual (no qual um sistema de compartilhamento da cultura é perfeitamente compatível com um rígido sistema informal de castas onde, no topo estão os brancos e na base os negros e mulatos) tem se tornado onipresente nas principais cidades do mundo desenvolvido e criado um fosso social cada vez maior entre pobres e ricos.

Além disto, levando-se em conta suas “vantagens comparativas”, cada local é impelido a buscar uma especialização que o diferencie na nova competição interurbana regional ou global (HARVEY, 1995):

- i) tornar-se eficiente na disputa pela distribuição/redistribuição dos recursos públicos (financiadores);
- ii) tornar-se um produtor de bens e/ou serviços para o mercado interno e externo;
- iii) tornar-se (por excelência) um centro de consumo;
- iv) tornar-se um espaço de comando e de controle do sistema geral.

Há alguns traços que, a despeito da passagem do tempo, parecem permanecer como características iminentes do capitalismo.

Compulsão vital pelo crescimento; necessidade de localização e necessidade de inovação são algumas das mais destacadas.

Estas características estão sempre interligadas e, portanto, sofrem interferências mútuas. Para haver crescimento, por exemplo, será sempre necessária alguma inovação técnica ou organizacional. As inovações, por sua vez, tendem a ocorrer não em toda parte, mas nos espaços localizados dotados não só de equipamentos (de consumo coletivo, de produção, de pesquisa etc.), mas também dotados de conhecimento criativo – gerado quase sempre em ambientes

mais amenos que apresentam um mínimo de bem estar geral (GRANOVETTER, 1985).

Junta ou separadamente, as inovações e o crescimento permitem as desterritorializações e as reterritorializações sucessivas das atividades produtivas e de consumo.

Quando se consideram as relações (dialéticas) entre o global e o local a partir da ótica econômica e do trabalho, verifica-se que a economia mundial é formada por um conjunto de regiões cada vez mais especializadas. Este processo de especialização, cada vez mais intenso, conforma uma nova divisão sócio-espaçial internacional do trabalho.

Numa economia que atualmente está cada vez mais baseada intensivamente em conhecimento, os territórios se diferenciam essencialmente não mais por suas dotações naturais, mas basicamente por sua infra-estrutura informacional e de transportes modernos e também por abrigar recursos humanos qualificados. Emerge daí, portanto, uma nova rede de lugares cuja hierarquia não necessariamente coincidirá com a anterior.

Evidentemente, só alguns poucos lugares estarão em condições de exercer papéis de controle neste sistema. Alguns outros se consolidarão como centros de comando secundários, outros mais como núcleos da produção pura e simples de manufaturas básicas e outros, única e exclusivamente como centros de consumo e assim por diante (SASSEN, 1991).

Portanto, fica relativamente claro que, nem todos os locais existentes nas diversas macro-regiões do globo terão capacidade para se lançar e concorrer nesta nova “geografia” do espaço econômico capitalista. Serão inúmeros aqueles que sequer estarão credenciados a desempenhar os papéis estandardizados, repetitivos e indesejados, porém requeridos pela produção (em massa) flexível.

Apenas aqueles locais que apresentarem determinados atributos objetivos, estarão em condições de atrair e reter capital e trabalho. Considerando que o conhecimento é a matéria-prima mais importante desta nova base da acumulação, estes atributos obrigatoriamente estarão relacionados com a geração, “armazenamento” e transmissão de informações (FLORIDA, 1995). E entre estes atributos – que objetivamente correspondem a atualizações nas infra-estruturas física e social do espaço urbano – podemos citar:

- i) maior integração à economia global do que exatamente ao estado nacional do qual faz parte;
- ii) economia baseada muito mais na infra-estrutura, consumo e serviços do que na produção em massa de manufaturas;
- iii) capacidade de promover e tirar vantagens de um ambiente que explore o conhecimento e a inovação dos agentes de produção organizados sob o signo da cooperação e da confiança mútua;

- iv) infra-estrutura doméstica de comunicação e transportes eficiente, mas uma indispensável atuação a partir de uma infra-estrutura de comunicações e de transportes de alcance global;
- v) ambiente de governança que priorize a organização em rede, as decisões descentralizadas, a flexibilidade e as exigências do consumidor/cliente.

Quanto ao papel do Estado, sua atuação (que sempre foi importante) se tornou absolutamente imprescindível desde o século XVI com a urbanização do espaço e do tempo. Portanto, independentemente das diversas formatações que vem assumindo ao longo do tempo, o Estado tem cumprido a indispensável função de territorializar e organizar a atividade econômica sobre diferentes escalas geográficas.

Grosso modo, a partir de meados do século XX, a figura do Estado deixou de desempenhar apenas a tarefa de regulação geral para compor os próprios circuitos do capital (em múltiplas escalas) e se tornar uma força efetiva de produção.

A geografia da história industrial, por exemplo, se verificada apenas a partir da escala do estado nacional não registrou significativas alterações desde o século XIX. De um ou dois estados industrializados inicialmente, chega-se a um número de seis ou sete deles no fim do século XX (entenda-se que o conceito de industrializado no final do século passado pode ser sinônimo de rico, central, desenvolvido). Fora algumas exceções, os demais estados nacionais do sistema-

mundo perseguem, sem o conseguir, a meta de se tornar centros de comando da política e da economia mundial.

Mas se ao contrário, tomarmos a escala regional ou local dos chamados países centrais (ou mesmo dos chamados países em desenvolvimento), poderemos observar que o princípio acima não é totalmente verificável. Isto é: os locais ou regiões prósperas variam conforme estejam mais ou menos dotados daqueles recursos mais valorizados, num determinado período, pelos esquemas de acumulação de capital.

Há, portanto, uma sucessão (não previsível) de locais ou regiões pobres e prósperas. Uma cidade rica pode empobrecer numa nova etapa da acumulação assim como uma cidade pobre não estará sempre (e inexoravelmente) fadada à penúria. Daí se conclui que, espacialmente, o desenvolvimento capitalista é necessária e organicamente desigual.

Assim, fica reposta a nossa questão central: o capital tende a interconectar todos os lugares, mas faz isto periodicamente ancorado em alguns locais específicos que, por dotações naturais e principalmente sociais, são capazes não só de gerá-lo, mas também de lhe proporcionar nutrição (acumulação) e com isto, de retê-lo.

A necessária interconexão entre as diversas porções espaciais sobre as quais o capital circula, fatalmente cria um *status* hierárquico definido a partir do grau de importância estratégica maior ou menor que cada uma delas passa a ocupar no processo geral (dinâmico e complexo) da produção e da reprodução social.

Todos sabemos que os mais diferentes locais ou regiões, a despeito de sua necessária inter-conexão, apresentam dinâmicas bastante diferenciadas tanto diante de períodos de crise quanto em períodos de crescimento conforme estejam mais ou menos preparados para enfrentar as dificuldades ou mais ou menos prontos para aproveitar as oportunidades eventuais que aparecem com a expansão do desenvolvimento.

Esta é a realidade espacial com a qual o capital sempre teve que lidar (diversidade espacial dos tempos de giro em função de diferentes taxas de produtividade dos trabalhos voltados tanto para a produção quanto para a reprodução) e que acabou se tornando funcional para a acumulação: as periódicas crises de acumulação podem ser mitigadas com a manutenção e blindagem de espaços insulares de estabilidade ou com a exportação (transferência) da desvalorização para outros locais/regiões situados, quase sempre, imediatamente abaixo na hierarquia espacial.⁶¹

A abundante literatura a respeito dos novos distritos industriais, por exemplo, tem, entre outros, o mérito de recolocar em pauta a discussão sobre o local e suas implicações no atual processo (globalizado) de desenvolvimento econômico e social.

A despeito da universalidade inerente à produção do valor e do mais-valor a partir da realização do trabalho abstrato que o capital impõe às regiões nas mais variadas latitudes, os traços que conferem distinção e particularidade aos mais diferentes locais pelo mundo, em alguma medida, sempre estarão assegurados.

⁶¹ Ver capítulo 13 (Crises in the space economy of capitalism: the dialectics of imperialism) de Harvey, 2006.

Há uma dialética entre pressões homogeneizadoras e marcas fundamentais distintas. A propósito, já se disse acertadamente que, com ou sem globalização, a diversidade local deverá permanecer porque não é possível, e já nem mesmo é desejável, eliminá-la (AMIN and THRIFT, 1994).

Então esses traços, quer sejam naturais ou (o que é cada vez mais predominante) sociais, é que, de fato, conferem identidade a um local ou a uma região.

Em função disto (mas também de outros elementos que cercam o desenvolvimento local/regional), várias questões sempre estão a rondar a cabeça dos economistas, dos gestores das cidades e, principalmente, dos planejadores e estudiosos da problemática espacial – e entre estes, dos próprios geógrafos.

Em meio a estas questões, uma tem, nas últimas três décadas, se mantido ininterruptamente acesa:

➡ Como definir qual ou quais os elementos objetivos necessários e suficientes para que um determinado local possa atrair ou reter capital e trabalho diante das inúmeras incertezas que envolvem os períodos de crise ou a emergência de um novo regime de acumulação?

Infelizmente, esta não é uma questão muito fácil de ser respondida. A própria história geográfica do capitalismo tem nos mostrado que alguns locais, outrora dinâmicos e produtivos, passaram, numa etapa seguinte da acumulação, a

experimentar um processo de acelerada obsolescência social e física, enquanto que outros, por razões tornadas claras apenas porque constituem eventos passados, se mostraram capazes de romper com a inércia anterior e passaram a ocupar posições superiores nas cambiantes hierarquias espaciais que o capital periodicamente estabelece.

Então, se esta questão fosse simples, em tese, todos os espaços, a partir de um determinado ponto, se tornariam dinâmicos uma vez que aqueles que já o fossem saberiam exatamente o que fazer para manter ou melhorar ainda mais sua posição na trama espacial enquanto que aqueles espaços menos dinâmicos ou obsoletos que, exatamente por isto, ocupassem posições inferiores nas redes urbanas, poderiam efetivamente breçar o processo de obsolescência e/ou saltar para posições mais avançadas nestas redes.

Seria a substituição da perspectiva da competição entre as sociedades e seus respectivos territórios (sintetizada na disputa inter-espacial excludente) pela perspectiva do comensalismo ou da simbiose entre as porções espaciais.

Todos sabemos que, na realidade, esta fraternidade espacial não ocorre. E que, em tese também, jamais poderá ocorrer – pelo menos enquanto for hegemônica a lógica que comanda a produção e acumulação da riqueza social a partir do capital e as relações inter espaciais que ela comanda.

Nas últimas décadas, por exemplo, temos testemunhado uma série de acontecimentos revolucionários. Dentre eles, podemos destacar:

- i) a efetiva formação de uma economia globalizada;
- ii) a exaustão do regime fordista de acumulação;
- iii) o fim do socialismo de estado;
- iv) uma revolução tecnológica (sobretudo nos campos da microeletrônica e da engenharia genética) com profundos desdobramentos;
- v) a ascensão e legitimação das preocupações ambientais e
- vi) o aprofundamento do processo de terciarização das sociedades industriais – que tem permitido a emergência do conhecimento (e conseqüentemente, dos centros urbanos que são capazes de gerá-lo) como um efetivo e decisivo fator de produção.

Estes processos todos (combinados ou não) têm uma enorme potencialidade revolucionária. E por conta disto, o espaço (sua estrutura e hierarquia), os processos envolvidos na produção material e a reprodução destes e de todas as demais relações sociais, passam por distúrbios significativos que, objetivamente, tornam ainda mais obscuros os prováveis resultados ou as cristalizações sócio-espaciais que daí poderão se originar. O próprio modelo de desenvolvimento parece ter se esgotado. Assim, rigorosamente, ninguém sabe, ao certo, onde as coisas vão dar.

Não obstante, as instituições e os grupos (classes e frações de classes) sociais que desempenham algum papel de comando nas tramas produtiva e reprodutiva das sociedades, estão sempre submetidos a pressões que os instiga a

diagnosticar as causas das crises, a prescrever procedimentos/intervenções capazes de debelá-las ou mitigá-las e, principalmente, a prognosticar (ao menos aproximadamente) quando, onde e como se formará, após a arrebentação, uma nova onda de acumulação capaz de reiniciar todo o processo.

Por conta disto, diversos organismos internacionais (sejam reguladores, de fomento/financiamento ou de cooperação); diversos grupos empresariais de consultoria; diversos núcleos de produção do conhecimento acadêmico; diversos governos sob as mais diferentes bandeiras ideológico-partidárias etc. acabam produzindo (cada um no seu campo e a seu modo, evidentemente) discursos sobre a crise e seus desdobramentos.

Em função dos mais variados campos a partir dos quais são gerados, estes discursos tendem a assumir perspectivas muito diferentes sobre os mesmos fenômenos e também a prescrever soluções bastante díspares para eles.

O tempo, a hierarquia entre estes campos, a qualidade e/ou a legitimidade de tal ou qual discurso, os interesses diretos dos grupos (classes) sociais envolvidos etc. se encarregam de ir reduzindo esta polifonia até um ponto X de convergência. A partir daí, surge uma simplificação da realidade e dos processos. Então, o movimento seguinte, com os discursos já afinados no mesmo diapasão, é a própria intervenção na realidade.

É por isto que, na atualidade, surpreendentemente, todos já parecem saber, com relativo grau de certeza, não só para onde o novo regime de acumulação tende a evoluir, como também sempre parecem saber o que deve ser feito (nas mais diferentes latitudes) para que todos se preparem adequadamente para aproveitar

as oportunidades geradas pela nova onda de prosperidade que os ventos da (nova) economia do conhecimento têm encrespado. Há uma convergência dos discursos. E esta convergência já se traduziu em concepção e modelo para as cidades.

Portanto, seja em Barcelona, em Boston, em Lisboa, em Paris ou em Berlim (ARANTES et al., 2002). Seja em Sevilha, Bilbao, São Francisco, Novosibirsk (Sibéria), Taedok (Coreia do Sul) ou Tsukuba (Japão).

Seja em Sophia-Antipolis (França), Cambridge, Hsinchu (Taiwan), Adelaide, ou Munique (CASTELLS and HALL, 1994). Ou seja em Recife, São Paulo, Rio de Janeiro ou Belo Horizonte: não faz muita diferença.

Todas estas cidades têm, deliberadamente, promovido iniciativas nos mais diferentes campos que visam atualizar sua infra-estrutura física e social a fim de que isto as inclua ou as mantenha na lista daqueles espaços nos quais o capital e o trabalho (direta ou indiretamente produtivos) devam se instalar e permanecer.

Os nomes que eventualmente têm sido dados a tais projetos ou iniciativas de atualização do espaço urbano, apesar de representarem, em geral, propostas e estratégias específicas (porque, afinal se tratam de lugares e sociedades diferentes), são aqui para nós de menor importância, dado que os meios empregados para atingir seus objetivos pertencem, comumente, a um mesmo rol.

Assim, talvez seja menos importante saber se tal ou qual proposta (de alcance mais restrito e localizado) deva ser chamada precisamente de tecnopólo, de parque industrial, de cidade científica, de novos distritos industriais ou (para

aquelas que prescrevem intervenções espaciais mais amplas) de qualquer outra designação precedida por um RE⁶², do que saber que todas elas, na realidade, encerram o mesmo propósito: revalorização/atualização do espaço urbano para uma inserção rápida e vantajosa destas cidades na corrida inter-espacial (inter-regional ou internacional) deflagrada com a irrupção das revoluções tecnológica e organizacional nas últimas décadas.

⁶² (Re)vitalização, (re)urbanização, (re)desenvolvimento, (re)novação, (re)qualificação, (re)estrututuração, (re)modelação etc.

Capítulo 4: Reestruturação espacial em Belo Horizonte

Dias virão, quando quem está arando encontra-se
com quem colhe
e o que pisa as uvas, com quem
semeia. (...)

Reconstruirão as cidades e
nelas vão morar,
plantarão vinhedos e do seu vinho vão
beber,
formarão pomares e de suas frutas
comerão.

Muito já se disse sobre a primeira Belo Horizonte.

Projeção de sonhos antigos, esta cidade foi planejada e construída sob os auspícios da primeira república brasileira. E ao se constituir numa de suas apostas, foram muitas as suas promessas.

Prometia desafogo com amplos bulevares de macadame que possibilitassem um trânsito rápido. Prometia liberdade: a Praça 7 de Setembro, a Avenida Liberdade, o Monumento à Liberdade colocado na Praça da Estação. Prometia progresso: luz elétrica, automóvel, cinematógrafo etc.

Este tempo já passou e a cidade, ao atravessar o século XX, transformou-se numa metrópole fundamental dentro da rede urbana brasileira.

Coincidentemente, todo o período que vai da concepção do plano à efetiva edificação da cidade de Belo Horizonte está compreendido dentro de um período maior que foi marcado por uma grande crise internacional do sistema capitalista. Além disto, os processos (absolutamente revolucionários) que desembocaram no fim do trabalho escravo e na proclamação da república ainda provocavam desdobramentos por todos os cantos do país.

A cidade planejada sai então direto dos escombros do império brasileiro (e daquele mundo barroco) para se deparar com a crise de ordem e progresso que a 2ª revolução industrial provocava pelas inúmeras repúblicas mundo afora.

Mas havia, naquele momento, ao menos duas alternativas muito claras para a concepção e desenvolvimento de uma cidade: uma representava a ordem político-econômico-urbanística tradicional (isto é, a monarquia, o mercantilismo e

o barroco) e a outra representava exatamente o seu contrário – a ordem moderna (isto é, a república, a indústria e a urbanização).⁶³

Já atualmente, guardadas as devidas proporções, experimentamos um processo muito semelhante àquele que marcou o período da criação da cidade.

Há novamente – como vimos nos itens anteriores – não só um amplo e vigoroso processo de reestruturação produtiva em pleno desenvolvimento e com profundas influências na ordem social urbana geral, mas também com evidentes rebatimentos na organização espacial das cidades – que passam a experimentar intensos processos de reestruturação de seu espaço em virtude das exigências infra-estruturais (*hard* e *soft*) impostas pelo novo regime de acumulação.⁶⁴

E quais seriam hoje, efetivamente, os caminhos que se apresentam a uma metrópole como Belo Horizonte?

Parece-nos que estes caminhos, novamente, não passam de dois e não só Belo Horizonte, mas todas as metrópoles pelo mundo afora, indispensavelmente, têm que fazer a sua escolha.

⁶³ Sobre toda a conjuntura (principalmente a do final do século XIX) que marcou a criação da cidade de Belo Horizonte, ver Souza (2001).

⁶⁴ As primeiras (*hard*) estão ligadas diretamente aos novos processos produtivos (rede de cabeamento óptico eficiente, sistema de transporte de cargas intra e inter-urbano eficaz, estações de tratamento de dados via satélite etc.) exigidos pela economia urbana dos serviços e as segundas (*soft*), traduzidas na promoção de uma “atmosfera” urbana favorável aos negócios. Isto é, de um bom “environment business” a partir de investimentos na idéia do patriotismo de cidade, da promoção de uma governança compartilhada da cidade, da robustez institucional, da associação do nome da cidade à inovação e ao dinamismo econômico e tecnológico, de investimentos para a melhoria de indicadores sociais (como as taxas médias de educação da população, da eficiência do transporte público, das taxas de violência, da habitação, da saúde pública etc.).

Ou bem elas se abrem e, correndo os inúmeros riscos de fracasso que toda grande mudança encerra, atualizam a sua estrutura produtiva e reprodutiva física e social; ou bem mantêm a produção de sua economia urbana assentada sobre uma base tecnológica e organizacional já dada e uma reprodução social condizente com esta base – o que, de fato, vai representar uma aposta na manutenção das regras do jogo que o modelo de desenvolvimento anterior estabeleceu desde o pós-guerra, distribuindo funções e papéis específicos entre os diversos espaços que passaram a compor as múltiplas redes urbanas nacionais e internacionais.

Mas parece-nos que, novamente, esta escolha também já foi feita para a cidade de Belo Horizonte e sua região metropolitana.

Vamos ver então, a partir de agora, como ela se deu.

Para isto, destacaremos primeiro, alguns indicadores sócio-econômicos que certamente ajudaram os tomadores de decisão a defini-la e também a justificá-la. Depois, a partir das inúmeras intervenções sócio-espaciais concretas empreendidas na metrópole, sobretudo, pelos governos local e regional nos últimos anos, vamos salientar que os rumos para a RMBH (e em certa medida, também para o estado de Minas) já estavam de fato e estrategicamente traçados muito antes que os cadernos do planejamento estratégico para a metrópole ou o plano mineiro de desenvolvimento integrado fossem oficialmente elaborados.

Isto evidencia que, inegavelmente, há uma base ideológica que contemporaneamente tem, de alguma forma, amalgamado os múltiplos interesses

(públicos e privados) dos grupos sociais cuja *performance* combinada tem reestruturado o espaço da metrópole numa determinada direção.

Não por acaso, "the urban transformation project is the sum of the three factors:

- a) a sensation of crisis sharpened by a growing awareness of globalization of the economy;
- b) a coming together of the urban public and private agents, and the generation of local leadership (political and civic);
- c) a joint will and citizen consensus for the city to take a leap forward, from the physical, economic, social and cultural points of view" (BORJA and CASTELLS, 1996. p. 108).⁶⁵

⁶⁵ "o projeto de transformação urbana é a soma de três fatores:

- a) uma sensação de crise marcada por uma crescente consciência de globalização da economia;
- b) a aproximação entre os agentes urbanos públicos e privados, e a geração de uma liderança local (política e cívica);
- c) uma vontade conjunta e um consenso dos cidadãos para a cidade dar um salto para a frente, a partir de uma visão física, econômica, social e cultural. " (T.A.).

A capital mineira, criada essencialmente para desempenhar serviços de natureza administrativa e comercial (SOUZA, 2001), assim permanece por várias décadas desde a sua fundação. E ainda que a cidade tenha passado por alguns surtos de industrialização nas décadas iniciais do século XX, sua projeção geoeconômica na rede urbana brasileira se mantém tímida até a década de 1950 – apesar do estado mineiro sustentar uma posição de destaque na definição dos rumos políticos do país.

No cenário urbano nacional então, é só a partir da década de 1960 que Belo Horizonte vai experimentar um novo e mais intenso processo de industrialização que foi capaz de promover um avanço em sua estrutura produtiva e uma efetiva dinamização de sua economia.

Com isto, a base industrial essencialmente mínero-metalúrgica da RMBH (que responde pela maior parte da produção industrial do estado), cede lugar a uma base mínero-metal-mecânica (mais diversificada e complexa). E este salto, que permite a incorporação de novas tecnologias e uma série expressiva de novos tipos de trabalho (muitos deles bastante qualificados), também permite uma inserção mais avançada da cidade dentro da rede urbana brasileira.

Ainda que apenas prenunciado, é importante termos em mente que, já nesta época, o arranjo espacial metropolitano (e sua progressiva especialização produtiva⁶⁶), se tornava naturalmente realidade em função dos fenômenos

⁶⁶ Que definiu o Vetor Oeste (fronteiriço aos municípios de Betim e Contagem) como área predominantemente industrial; o Vetor Sul (fronteiriço a Nova Lima) para a expansão imobiliária de média e alta renda e o Vetor Norte (fronteiriço a Santa Luzia e Ribeirão das Neves) voltado basicamente para a reprodução da população de baixa qualificação e menor remuneração.

industrial, demográfico, territorial e social que a cidade (e os municípios vizinhos) experimentava.

Esta diversificação da base produtiva de Belo Horizonte (e sua região metropolitana) – sintetizada no modelo de substituição de importações e também de exportações – permitiu que a participação da indústria no PIB da própria RMBH saltasse de 25% em 1950 para 35% até a década de 1990 (LEMONS et al., 2004).

Com isto, além de produzir localmente bens que antes importava de outras metrópoles nacionais ou do exterior, a cidade passou também a “produzir” alguns dos serviços modernos de apoio às empresas aqui instaladas (como, por exemplo: serviços financeiros, jurídicos, de engenharia, de informática, de saúde especializada, de educação de nível superior etc.) que antes importava, basicamente, da RMRJ e da RMSP.

Como se vê, muito provavelmente, foi este salto na diversificação da estrutura produtiva da cidade – somado, é claro, às vantagens locacionais e de infraestrutura de Belo Horizonte – que tornou possível sua afirmação na rede urbana nacional a partir dos anos 1960.

E isto se efetivou mesmo diante de condições macro econômicas bastante ruins como a recessão econômica internacional a partir da década de 1970, a crise fiscal e monetária brasileira dos anos 1980 até meados dos anos 1990 e, do ponto de vista político, a perda de prestígio nacional do estado que agravou ainda mais o processo de obsolescência e/ou precarização da sua infra-estrutura de transporte rodoviário (maior extensão de malha rodoviária federal entre os

estados) e aéreo (subutilização da capacidade instalada, principalmente do aeroporto internacional de Confins).⁶⁷

Também não se pode esquecer, e isto é fundamental, que a ampliação da capacidade relativa de polarização da RMBH se deveu ao processo de desconcentração da estrutura produtiva brasileira (até então hiper concentrada na RMSP) e da diminuição da área de influência da RMRJ sobre o espaço econômico mineiro (DINIZ, 1996).

Em 1960 cerca de 70% do valor da produção da indústria de transformação [mineira] estava concentrado em apenas 3 indústrias a saber: alimentar, têxtil e metalúrgica. No final da década, já era possível observar alguma diversificação, com a redução da participação relativa dos setores tradicionais de bens de consumo não-duráveis (de 52,1% para 38,2% em 1970) e o aumento da participação relativa dos setores produtores de bens de consumo intermediários (de 43,9% para 51,7%) e de bens de consumo duráveis e de capital (3,3% para 8,9%). (...)

Entre 1970 e 1980, os setores de bens de consumo duráveis e de capital têm sua participação relativa no valor agregado bruto ampliada de 5% para 19,8% (LEMOS et all, 2004. p. 14-15).

⁶⁷ Dada a localização do estado e de sua cidade capital no espaço geoeconômico brasileiro, o fator transportes é determinante na *performance* destas economias. No entanto, e exatamente em função disto, há aí uma forte dependência das ações estratégicas e ordinárias dos governos estadual e federal no que toca a investimentos e custeio da infra-estrutura existente – o que, infelizmente, nem sempre pode ser positivo.

Contudo, a partir dos anos 1990, é possível verificar que a RMBH perde dinamicidade frente a outras regiões metropolitanas do país. Cidades como Porto Alegre, Curitiba e Salvador (e suas respectivas regiões metropolitanas), ainda que posicionadas hierarquicamente abaixo na rede urbana brasileira, passam a apresentar, por exemplo, taxas de crescimento e (o que é ainda mais importante) taxas de diversificação de sua base produtiva superiores às registradas na RMBH.

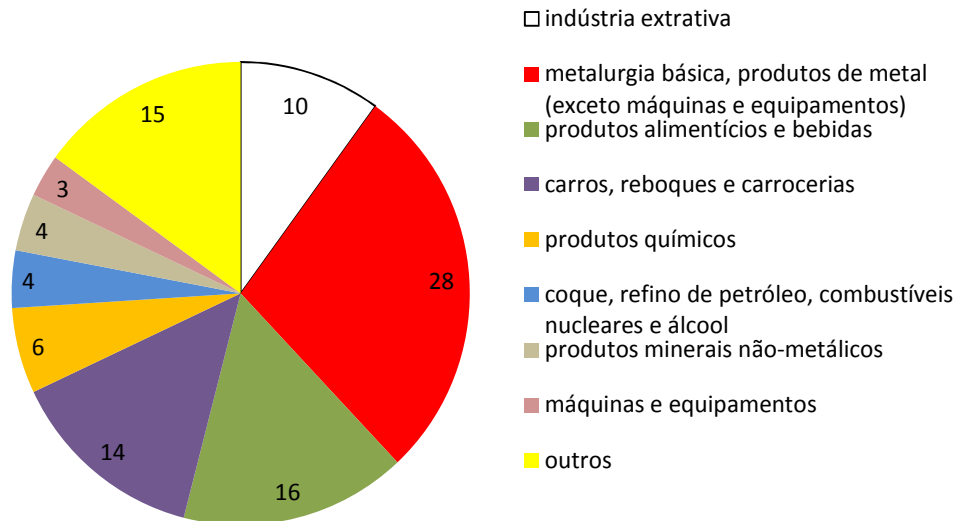
Alguns dados sobre o desempenho econômico da RMBH nos últimos anos têm mostrado que a cidade talvez tenha esgotado suas possibilidades de crescimento diferencial a partir do perfil do seu complexo produtivo (basicamente minero-metal-mecânico) e da oferta de serviços a ele associados.

Por exemplo, quando observamos a composição do quadro da produção industrial no estado (e a RMBH responde por cerca de 60% desta produção⁶⁸), podemos verificar que as indústrias preponderantes ainda são aquelas relacionadas ao complexo minero-metal-mecânico e que o seu produto agregado (indústria extrativa, metalúrgica e automobilística) representa a maior parte do produto industrial total do estado, atingindo 52%. O gráfico a seguir ilustra isto.

⁶⁸ Conforme dados do Ipea.

Figura 17

Distribuição percentual da produção industrial em MG - 2006



Fonte: Elaborado por nós a partir de dados extraídos do Planejamento Estratégico de Belo Horizonte 2030: cenários exploratórios 2010-2030.

Evidentemente que são muito importantes as vantagens comparativas que o estado apresenta nas atividades de extração mineral e de transformação (uma verdadeira vocação natural), e o seu peso na economia não pode ser significativamente reduzido de uma hora para outra – a menos que esta economia entre em colapso. Portanto, o processo de dinamização econômica deflagrado com a incorporação da indústria mecânica na estrutura produtiva do estado, não foi suficiente para mudar o perfil deste complexo produtivo. No mesmo tempo em

que promoveu dinamismo, o crescimento da indústria mecânica reforçou o perfil geral do complexo.

Além disto, a produção de máquinas e equipamentos (indústria mais intensiva em capital e conhecimento), não se desenvolveu expressivamente no estado e responde pelo menor percentual entre os setores destacados (apenas 3% do produto industrial). Este setor industrial (tradicionalmente localizado na RMSP), em seu processo de desconcentração, tem preferido se instalar majoritariamente nas regiões metropolitanas de Porto Alegre e Curitiba – revelando uma tendência de maior diversificação da estrutura produtiva destas áreas *vis-à-vis* a RMBH.

Já quando observamos a variação comparada do crescimento do PIB da RMBH (e também do município de Belo Horizonte) entre as décadas de 1970 e 1990, podemos fazer algumas constatações importantes.

Figura 18

Diferencial de taxas anuais de crescimento do PIB

Município	1970-1980	1980-1990	1990-1996	RM	1970-1980	1980-1990	1990-1996
Belo Horizonte	1,157	9,918	0,775	Belo Horizonte	1,387	7,518	0,799
São Paulo	1	1	1	São Paulo	1	1	1
Brasil	1,211	2,786	0,665	Brasil	1,1004	4,4934	0,5588

Fonte: Elaborada por nós a partir de dados extraídos de Lemos et al, 2004.

A tabela acima define a evolução do PIB de São Paulo (município e RM) como parâmetro (sempre 1) em função da incontestável primazia desta metrópole na rede urbana nacional. Desta forma, não só para a cidade de Belo Horizonte ou sua RM, mas também para todas as outras metrópoles brasileiras, vale muito a comparação dos dados de sua evolução econômica em geral com os dados da evolução de São Paulo – uma vez que, tudo que se passa na economia paulista, principalmente para as metrópoles do sistema urbano centro-sul do país, pode ter conseqüências sobre a sua estrutura produtiva. Enfim, o crescimento destas economias ainda é bastante dependente da evolução econômica de São Paulo (município e RM) e do próprio país.

Dito isto, os dados revelam que Belo Horizonte e sua RM passaram a colher os frutos do processo de industrialização iniciado na década de 1950 e intensificado nos anos 1960. O município e também sua região metropolitana passam, pela primeira vez, a experimentar taxas de crescimento do seu PIB acima das taxas registradas em São Paulo.

Nos anos 1980, estas taxas atingem níveis fantásticos. O PIB da cidade de Belo Horizonte cresce quase 10 vezes mais que o de São Paulo e a RMBH marca um crescimento do PIB mais de 7 vezes acima daquele indicado para a RMSP.

Com a chegada dos anos 1990 porém, estas taxas de crescimento do PIB da capital mineira e de sua RM, que se mantiveram elevadas por muitos anos, sofrem uma queda vertiginosa. A partir daí, tanto a cidade quanto a RM, passam a registrar taxas de crescimento inferiores àquelas experimentadas por São Paulo. E do ponto de vista da inserção da metrópole belo horizontina na rede

urbana brasileira, isto tem um efeito negativo: o processo de aproximação à economia de São Paulo para, enfim, se constituir numa alternativa locacional aos investimentos produtivos, perde fôlego e com isto, eleva-se a pressão relativa exercida pelos espaços urbanos concorrentes (sobretudo se o desempenho de suas economias for melhor ou estiver tendendo para isto).

Bem, em termos macroeconômicos, os anos 1990 são marcados pela implantação do Plano Real (que exigiu duras medidas anti-inflacionárias como, por exemplo, um rigoroso ajuste fiscal e uma elevada taxa de juros) e pelo processo de aprofundamento da liberalização da economia brasileira (com a redução progressiva da presença do Estado na economia em geral e também com a maior abertura dos mercados do país aos capitais externos).

Este quadro de dificuldades foi sentido pela economia brasileira como um todo e as taxas de crescimento do PIB nacional despencaram, situando-se também bem abaixo das taxas apresentadas pela economia paulista. Dado o seu grau de integração, é claro que se a economia brasileira em geral, passa por um período delicado, é muito provável que as economias regionais também estejam enfrentando dificuldades de crescimento. E isto faz supor que as metrópoles, espalhadas pelos três sistemas urbanos nacionais,⁶⁹ tenham sofrido, no período, uma variação nas taxas de crescimento do seu PIB bem aproximada da variação registrada na RMBH.

Contudo, quando avançamos da segunda metade dos anos 1990 até o fim daquela década, verificamos que a trajetória descendente das taxas de variação

⁶⁹ Sistema Urbano Centro-Sul, Nordeste e Norte.

do PIB de Belo Horizonte e de sua RM não foi revertida. Ao contrário, elas continuaram caindo até atingir valores abaixo de zero – e variações negativas aqui, é claro, indicam retração econômica.

Figura 19

Taxa de variação do PIB (%)

	1995-1997	1997-2000	1995-2000
Belo Horizonte	2,1	-4,15	-1,7
RMBH	3,35	-2,27	-0,06
Minas Gerais	4,71	0,05	1,89
Brasil	2,96	1,74	2,23

Fonte: Lemos et al, 2004. Modificada por nós.

O mais preocupante aí é que, para o período, tanto o estado quanto o país, já registravam crescimento econômico – ainda que a taxas modestas.

Isto significa que, definitivamente e de um modo geral, os anos 1990 representam um divisor de águas para Belo Horizonte: a cidade e sua RM não só não conseguem manter a trajetória de aproximação com a RMSP que vinham descrevendo nas décadas anteriores, como passam a se distanciar desta meta com a retração do seu PIB.

E se estendemos nossa análise até a primeira metade da década atual, verificamos que este quadro não se altera substancialmente.

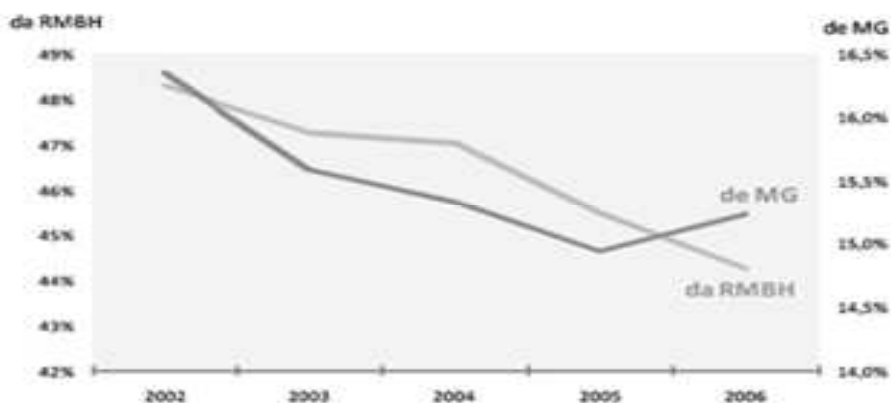
Em 1985, por exemplo, o PIB de Belo Horizonte representava 54% de todo o PIB da RMBH. Em 2002, este percentual havia diminuído para 48% e em 2006, ele atingiu a marca de 44%.

Já quando relacionamos o PIB de Belo Horizonte com o PIB do estado, verificamos uma ligeira (mas significativa) queda de 1% na participação do município.

E se considerarmos ainda que, para o mesmo período, a RMBH manteve sua participação percentual no PIB do estado (houve até um aumento discreto de 32% para 34%), tanto o processo de estagnação da RMBH quanto o processo de retração econômica de Belo Horizonte ficam, ao menos, indiciados. O gráfico a seguir ilustra isto.

Figura 20

Participação de Belo Horizonte no PIB



Fonte: Ipea e IBGE. Adaptado por nós.

Provavelmente, esta *performance* da economia local nos últimos anos é reflexo de múltiplos fatores como, as variáveis macroeconômicas destacadas; alguns elementos regionais como a reestruturação da economia de São Paulo e/ou o fortalecimento de metrópoles concorrentes além de variáveis de caráter eminentemente local.

Sobre estas últimas, falaremos um pouco a seguir.

Alguns outros indicadores (como aqueles relacionados com a dinâmica demográfica ou com o quadro social em geral da RM e do município de Belo

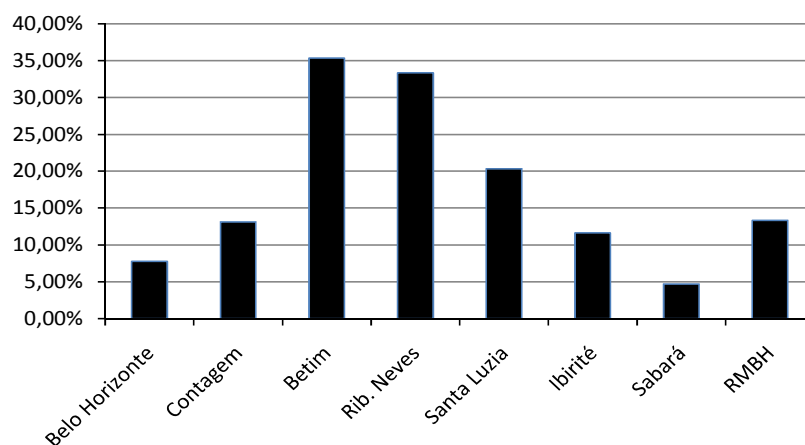
Horizonte) podem estar também indicando que a metrópole não vive um bom momento – dado que eles estão intimamente relacionados com a evolução da economia. Isto é: influenciam e são influenciados por variáveis econômicas.

Por exemplo, quando analisamos as taxas de crescimento demográfico dos seis municípios mais populosos da RMBH (Belo Horizonte, Contagem, Betim, Ribeirão das Neves, Santa Luzia e Sabará) ao longo da década atual, podemos verificar que em todos eles (exceto Sabará), as taxas foram superiores às aquelas registradas em Belo Horizonte.

Se, a princípio, isto se mostra positivo – porque implicaria em menores pressões sobre os serviços prestados pelo município (como gastos com escolas, postos de saúde, saneamento básico, segurança etc.) ou em menores pressões sobre o mercado de trabalho – por outro lado, há um efeito colateral importante que é, no fim das contas, o efeito de impedir o crescimento da escala urbana e, por consequência, reduzir o potencial de crescimento da cidade e da própria região metropolitana.

Figura 21

Taxa de Crescimento Demográfico, 2000-2007



Fonte: Elaborado por nós a partir de dados do IBGE/ PNUD.

Do ponto de vista demográfico, além de apresentar as menores taxas de crescimento populacional, o município de Belo Horizonte, quando comparado com a RMBH e o estado, parece estar numa fase mais avançada da transição demográfica. Por exemplo: aqui é encontrada a menor proporção da população mais jovem – compreendida entre 0-14 anos de idade – (apenas 24%) e a maior proporção de população madura – compreendida entre 25-65 anos de idade – (praticamente 50% da população do município).⁷⁰

Isto evidencia que a população tem experimentado, precocemente, um franco processo de envelhecimento.

⁷⁰ Planejamento Estratégico de Belo Horizonte 2030: avaliação situacional de BH e de sua inserção no contexto metropolitano.

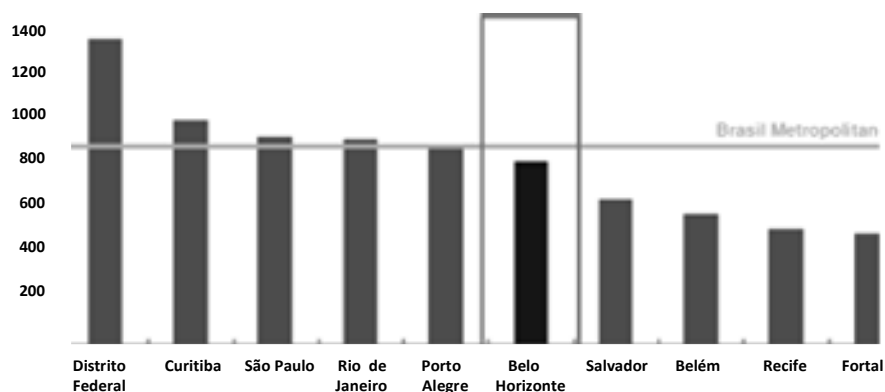
No último decênio (1990-2000), a contribuição dessas duas capitais primazes [São Paulo e Rio de Janeiro] para o crescimento de seus respectivos aglomerados metropolitanos manteve-se ainda acima de 30% (32% e 35%, respectivamente), enquanto Belo Horizonte já se encontrava no patamar de 25%. Experiências de metropolização mais contemporâneas à Belo Horizonte, como Curitiba, ainda mantém a contribuição do núcleo urbano da capital acima do nível de 40%. Tais aspectos da composição demográfica metropolitana terão impactos sobre a forma de crescimento econômico e populacional da capital, as suas ligações com os municípios do entorno e, não menos importante, sobre as políticas públicas e o planejamento urbano (LEMOS et al, 2004. p. 30-31).

Além dos indicadores econômicos e demográficos, alguns indicadores sociais – quando comparados com os mesmos indicadores das metrópoles das regiões Sul e Sudeste do país – também evidenciam que Belo Horizonte e/ou sua RM enfrentam problemas importantes.

Quando, por exemplo, observamos a renda domiciliar *per capita* comparada entre as metrópoles brasileiras, verificamos que a RMBH registra a menor renda entre todas as metrópoles do Sul-Sudeste situando-se, inclusive, abaixo da média metropolitana nacional – que é algo em torno de R\$ 800,00.

Figura 22

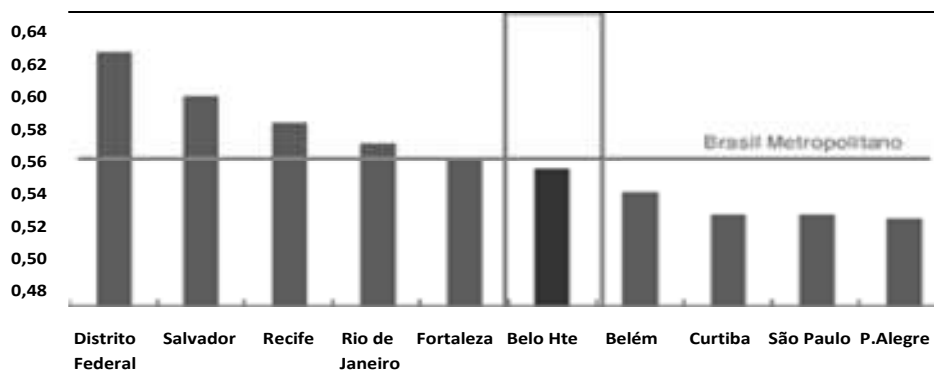
Renda Domiciliar per capita por região metropolitana (em reais) - 2007



Fonte: PNAD. Adaptado (e modificado) por nós.

Além disto, a RMBH apresenta uma concentração geral de renda significativamente superior às demais regiões metropolitanas do Sul-Sudeste (com exceção da RMRJ) revelando que aqui, a distância entre ricos e pobres é maior que a distância registrada nestas metrópoles. E apesar dos avanços registrados nos últimos anos (sobretudo em Belo Horizonte que experimentou seguidas administrações populares), a distribuição de renda na RMBH se mantém muito próxima da RM de Fortaleza (que coincide com a concentração média do país) e acima, inclusive, da concentração verificada na RM de Belém.

Figura 23

Distribuição de renda (índice de Gini*) por Região Metropolitana

Fonte: PNAD. Adaptado (e modificado) por nós

*O índice de Gini varia de 0 a 1 e quanto mais perto de 1, maior é a concentração.

Por sua vez, a evolução das taxas de criminalidade (destacando-se entre estas a taxa de homicídios) registradas na RMBH a partir, sobretudo, da década de 1990 também ajuda a compor este quadro de avaliação negativa de Belo Horizonte e região nos últimos anos.

Só para termos uma idéia, a ONU define como aceitável, uma taxa de 10 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes. Em 1980, a taxa de homicídios da RMBH já era de 19 por 100 mil – taxa considerada alta para os padrões internacionais, mas ainda inferior às taxas verificadas na RMSP e também na RMRJ (CRUZ, 2010).

Entretanto, em 2004, esta taxa supera a marca de 50 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes, ultrapassa as taxas encontradas nas duas principais

metrópoles brasileiras e se mantém neste patamar ao longo do restante da década.

Considerando que, em função do aumento do tráfico de drogas (tipo de crime que faz uso deliberado da violência para punição de todo e qualquer desvio e que por isto, tem enorme participação no total de homicídios das grandes cidades) e do elevado contingente populacional que abrigam, os municípios pólos das regiões metropolitanas tendem a concentrar também maiores taxas de violência dentro de suas respectivas RMs. O município de Belo Horizonte, por exemplo, responde historicamente, sozinho, por 50% dos homicídios da RMBH.

Mas se as metrópoles paulista e fluminense apresentam um contingente populacional significativamente maior que a RMBH e, além disso, também têm que se haver com as conseqüências de serem pontos nodais para as redes que operam o tráfico de drogas (doméstico e internacional), e se mesmo assim elas apresentam taxas de criminalidade (contra a vida) inferiores à RMBH, é provável que há aqui uma questão de segurança pública a ser analisada.

Finalmente, quando analisamos os dados que se referem aos níveis de educação da população jovem e adulta na RMBH, verificamos que eles também não são muito alentadores. Exatamente ao contrário, eles são, de fato, preocupantes porque estratégias e investimentos implementados com o intuito de interferir em indicadores desta natureza, só podem gerar resultados que serão percebidos e avaliados no médio e longo prazos – o que torna necessário o transcorrer de uma ou duas gerações.

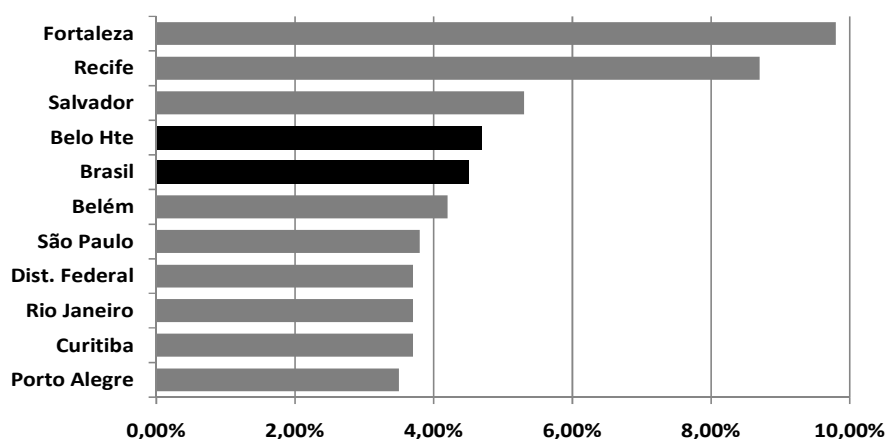
No entanto, e ao mesmo tempo, sabe-se que estes mesmos indicadores podem jogar um papel importante no processo atual de localização ou realocação das novas atividades produtivas e reprodutivas ajudando a compor um quadro geral de maior ou de menor atração (ou ainda de repulsão) aos novos investimentos.

Então, se observarmos as taxas comparadas de analfabetismo entre as regiões metropolitanas brasileiras (para aquela população com idade a partir de 15 anos), poderemos constatar que a RMBH ocupa uma posição incômoda.

Ela está atrás das metrópoles do Sul-Sudeste e atrás, inclusive, da taxa média verificada para o Brasil metropolitano. Novamente, a RMBH só apresenta um desempenho melhor que as metrópoles do Norte-Nordeste do país como Fortaleza, Recife e Salvador.

Figura 24

Taxa de analfabetismo por RM* – 2007



Fonte: Elaborado por nós a partir da PNAD/IBGE.

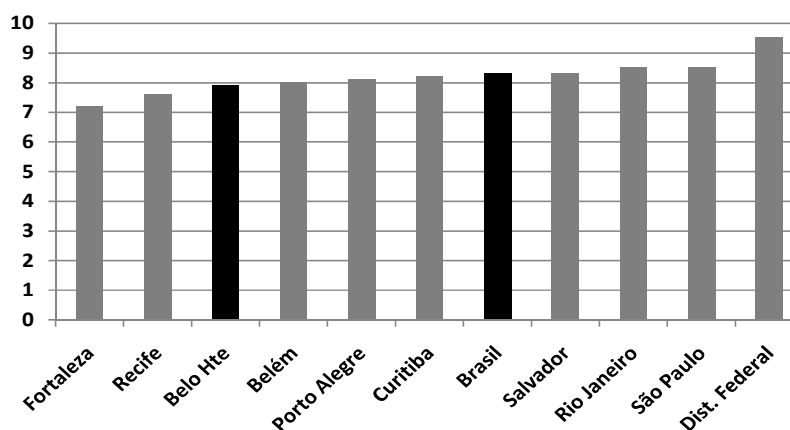
*Para pessoas com 15 anos ou mais.

Mas se porventura, estabelecermos uma comparação entre as metrópoles brasileiras tomando como referência o número total de anos de estudo da população adulta (aquela com idade a partir de 25 anos), a RMBH não muda sua *performance*. Isto é: ela se posiciona, de novo, atrás das metrópoles do Sul-Sudeste (com as quais concorre mais diretamente), atrás também da média do Brasil metropolitano e à frente, apenas, das metrópoles do Norte-Nordeste.

Isto também pode ser visualizado no gráfico a seguir.

Figura 25

Escolaridade Média em anos de estudo por RM* - 2007

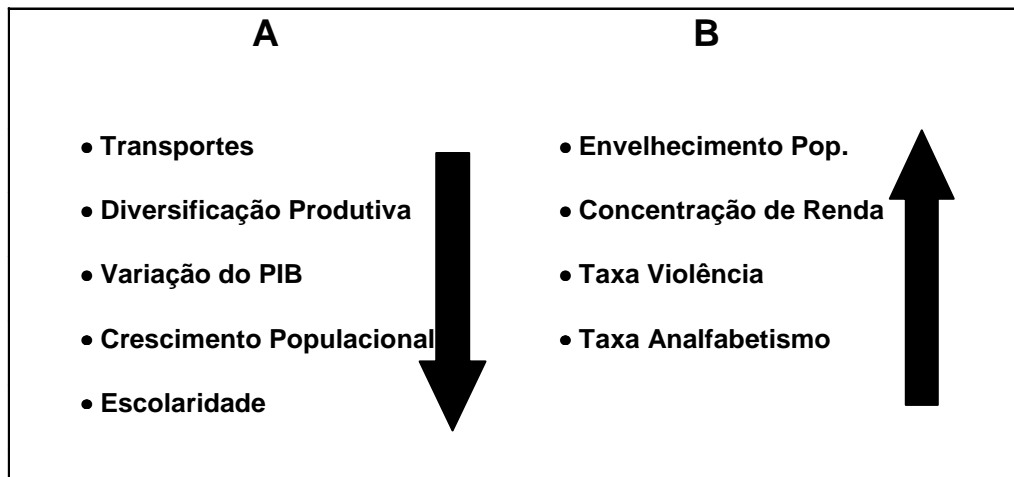


Fonte: Elaborado por nós a partir da PNAD/IBGE.

*Para pessoas com 25 anos ou mais.

Finalmente, se acaso reunimos todos os indicadores destacados até aqui para a RMBH e, esquematicamente, expressamos sua evolução nos últimos anos, temos um quadro constatado e de tendência como o que construímos abaixo:

Figura 26



Este quadro geral que diagnostica tanto uma estagnação da RMBH frente às outras metrópoles brasileiras quanto uma real possibilidade de decadência para o município de Belo Horizonte nas próximas décadas, evidentemente, pode ser reforçado (mas também eventualmente contradito) por alguns outros indicadores não analisados aqui.

Ainda assim, caso os indicadores do grupo **A** se mantenham nos patamares atuais, isto é: inferiores aos registrados nas principais metrópoles do sistema urbano centro-sul ou – o que é pior – se eles apresentarem uma tendência de queda absoluta e se, associado a isto, os indicadores do grupo **B** se mantiverem nos atuais níveis ou apresentarem crescimento real e/ou relativo, é pouco provável que a RMBH sustente sua posição hierárquica dentro da rede urbana

brasileira e definitivamente improvável que ela amplie seu espaço de polarização sobre as regiões mais dinâmicas do estado ou do país.

O que talvez não possa ser contradito é que esta conjuntura negativa – diagnosticada (com maior ou menor nitidez) tanto por órgãos oficiais de pesquisa quanto por institutos e pesquisadores isolados – ao mesmo tempo em que gerou uma grande pressão sobre os tomadores de decisão de Belo Horizonte e da RMBH, deu origem também a uma base legitimadora real para que as intervenções sócio-espaciais planejadas, propostas e/ou efetivamente implementadas nos últimos anos pelas coalizões gestoras recebessem uma imediata aprovação ou, ao menos, o consentimento dos diversos grupos sociais que compõem a trama urbana na metrópole.

É importante destacar que esta base legitimadora real – porque formada a partir da evolução associada de indicadores sócio-econômicos consagrados como os que destacamos aqui – embora seja de suma importância, constitui apenas uma parte da base geral de sustentação destas intervenções no espaço social metropolitano.

A outra parte desta base está para além da realidade empírica dos indicadores e é representada pela produção ideológica que, já há algumas décadas, tem gerado o discurso que está por trás de, praticamente, todos estes processos concretos de atualização do espaço urbano de que se tem notícia (conforme vimos no capítulo anterior).

E como ainda foi ressaltado anteriormente, é curioso perceber que estes processos (mesmo sendo fortemente marcados por traços distintivos da realidade

local/regional) também são fruto de uma perspectiva sócio-espacial comum que prescreve (indistintamente) mecanismos de atualização idênticos em todas as latitudes.

Desta forma e neste nível, importa sempre menos o nome da cidade e/ou suas particularidades que os próprios processos verificados.

Tal como num *iceberg*, esta segunda parte da base legitimadora do processo contemporâneo de revalorização do espaço urbano é maior – ainda que menos aparente. E embora ideológica, é tão “real” e penetrante que parece que as intervenções sócio-espaciais atualmente em voga se processariam independentemente da existência de uma base legitimadora real traduzida por indicadores sócio-econômicos ruins.⁷¹

Então, vejamos como os fatos, as idéias e/ou as ideologias têm produzido realidade espacial concreta na RMBH.

Em 2004, a Prefeitura de Belo Horizonte apresentou à cidade uma proposta de obras para o hiper-centro que, como destacamos anteriormente, vinha passando por um processo de obsolescência e, em alguns pontos, experimentando uma verdadeira degradação.

⁷¹ Isto fará mais sentido quando, mais adiante, verificarmos que a idéia de crise (real ou simplesmente percebida) é uma das condições *sine qua non* para a formação de um consenso entre os “*stakeholders*” na arena urbana a favor de um projeto (estratégico) de cidade.

Esta proposta foi chamada de Centro Vivo e se tornou o embrião do amplo processo **RE** (aprofundado e ainda em franco desenvolvimento) que temos assistido em Belo Horizonte e na RMBH. Sua definição e intenções foram assim delineadas:

... um conjunto de obras e projetos sociais que visam à recuperação de toda a área central da cidade.

A iniciativa pretende criar condições para reforçar o papel do Centro de Belo Horizonte como região simbólica da cidade e do estado, valorizando a diversidade de suas atividades e consolidando-a como local de encontro de todos. (...)

O programa Centro Vivo envolve requalificação de espaços públicos, ruas e avenidas, preservação do patrimônio e obras de melhoria e manutenção da infra-estrutura. Também contempla a qualidade ambiental, a valorização da paisagem urbana, a melhoria das condições de mobilidade e a segurança.

O fomento das atividades econômicas é outra frente do programa, por meio de ações que estimulem o comércio e gerem emprego e renda (WWW.PBH.GOV.BR).

Algumas outras intervenções foram também simultaneamente projetadas, propostas e/ou implementadas pelo governo do estado tendo em vista o espaço mais amplo da RMBH. Dentre estas intervenções podemos destacar algumas que

são voltadas tanto para a manutenção e melhoria da infra-estrutura urbana existente quanto para a reordenação e reestruturação deste espaço. Por exemplo:

- i) a criação da Linha Verde – conexão rápida do centro da cidade ao aeroporto internacional;
- ii) a transferência de todo o centro administrativo do estado para a porção norte da cidade;
- iii) a construção de um anel rodoviário metropolitano no intuito de desafogar o atual (precário e saturado) anel e, ao mesmo tempo, conectar por via rápida a porção industrial da região metropolitana – Contagem/Betim – ao aeroporto “industrial” de Confins;
- iv) incentivo ao desenvolvimento das estruturas de regulação e de governança da RMBH.

Não há dúvida de que estas intervenções, em função de seu caráter e magnitude, deverão produzir impactos muito importantes sobre os transportes, sobre a construção e também sobre os mercados imobiliário e de trabalho da RMBH.

E considerando que, das intervenções apresentadas acima, apenas a terceira ainda não se concretizou totalmente, alguns impactos sobre o espaço metropolitano já podem ser facilmente percebidos como a melhoria da circulação

através da Avenida Cristiano Machado – secção da Linha Verde – e a valorização dos imóveis situados no Vetor Norte e adjacências.

Além disto, há também uma série de intervenções urbanísticas de caráter predominantemente intra-urbano em Belo Horizonte que evidencia a existência de uma sintonia fina entre os poderes municipal e estadual. E é muito importante considerar esta sintonia porque uma cooperação entre as diferentes esferas do poder público (sobretudo neste momento em que se destacam as vantagens de uma governança mais ampla e robusta) amplia as potencialidades e reforça o papel sabidamente decisivo do Estado nos momentos de definição/redefinição dos rumos do desenvolvimento da cidade e de toda a região metropolitana. Isto, evidentemente, garante apenas uma maior agilidade na redefinição dos rumos, e não que estes rumos serão necessariamente os melhores.

Na “Mensagem do Prefeito” (carta de apresentação do Planejamento Estratégico de Belo Horizonte 2030), o atual chefe do executivo municipal Márcio Lacerda (produto desta sintonia fina que referimos) relembra-nos que a partir do processo de redemocratização do país na década de 1980, tem início na cidade um novo ciclo de administrações mais participativas que iniciam o enfrentamento de uma série de questões sociais acumuladas do regime anterior.

Ele, porém, vai mais adiante e ressalta o “alinhamento” inédito que se formou entre as diferentes esferas de governo a partir do início da década:

Este ciclo foi responsável por construir uma nova relação política, de comunidade e aperfeiçoamento de projetos e por estabelecer um conjunto de programas de enfrentamento das questões urbanas e sociais, notadamente através do Orçamento Participativo e das Políticas Sociais, que começaram a inverter a lógica da exclusão social.

Esse modelo de administração foi bastante fortalecido após 2002. A partir daí, a prefeitura de Belo Horizonte pôde dar início a um trabalho de parceria com os governos federal e estadual, fato que propiciou um ciclo de retomada dos investimentos públicos na cidade, como nunca antes havia ocorrido (p.2).

Realmente, com o processo eleitoral de 2002, que definiu a eleição de Aécio Neves (PSDB) ao governo do estado e de Lula (PT) à presidência da república, termina um ciclo de antagonismo declarado entre o governo de Minas (Itamar Franco) e o governo federal (Fernando Henrique) que – para além de questões pessoais e partidárias – prejudicou significativamente o desenvolvimento da economia mineira no período e, por conseqüência, a economia de Belo Horizonte e de sua região metropolitana.

Além disto, após o afastamento do prefeito Célio de Castro por questões médicas em 2003, o vice Fernando Pimentel assume as funções de prefeito e logo em seguida sai vitorioso de um processo eleitoral que garante a continuidade dos

projetos iniciados anteriormente e a oportunidade de afinar ainda mais a sintonia com os projetos do governo do estado. A partir daí, os chefes do executivo em seus respectivos níveis local, regional e também federal, mais do que suas próprias legendas, dão início a um progressivo entendimento que, sobretudo nos níveis local e regional, foi capaz de produzir uma série de efeitos, sobre alguns dos quais, discorreremos agora. A despeito das diferenças partidárias, temos, de fato, para Belo Horizonte e Minas Gerais, um conjunto bastante expressivo de elementos que evidenciam o alinhamento entre as administrações municipal e estadual a partir, precisamente, do período comum da gestão do prefeito Fernando Pimentel e do governador Aécio Neves. O quadro a seguir pode ser meramente ilustrativo. Mas sua intenção não é mesmo atestar ou comprovar interações políticas. O objetivo é simplesmente, ilustrar possibilidades.

Figura 27

Prefeito	Legenda(s)	Período	Governador Estado	Legenda(s)	Período	Presid. República	Legenda(s)	Período
Pimenta da Veiga	PSDB	1989-1990	Newton Cardoso	PMDB	1987-1990	José Sarney	PMDB	1985-1989
Eduardo Azeredo	PSDB	1990-1992	Hélio Garcia	PRS	1991-1994	Fernando Collor	PRN	1990-1992
Patrus Ananias	PT/PSB	1993-1996	Eduardo Azeredo	PSDB	1995-1998	Itamar Franco	PMDB	1992-1994
Célio de Castro	PSB/PT	1997-2000	Itamar Franco	PMDB	1999-2002	Fernado Henrique	PSDB	1995-1998
Célio de Castro	PSB/PT	2001-2003	Aécio Neves	PSDB	2003-2006	Fernado Henrique	PSDB	1999-2002
Fernando Pimentel	PT/PSB	2003-2004	Aécio Neves	PSDB	2007-2010	Luíz Inácio (Lula)	PT	2003-2006
Fernando Pimentel	PT/PSB	2005-2008				Luíz Inácio (Lula)	PT	2007-2010
Márcio Lacerda	PSB/PT	2009...						

Fonte: elaborada por nós a partir de dados do TRE-MG

Dentre estes elementos podemos destacar, além do discurso sempre afinado de ambos no que se refere(ria) às políticas traçadas para a cidade e para o estado,

- i) uma série de intervenções urbanísticas e de infra-estrutura promovidas no espaço urbano da capital e na RMBH (algumas por iniciativa da prefeitura, outras implementadas pelo estado e ainda outras em caráter de consórcio) – todas, porém, obedecendo a uma mesma lógica;
- ii) o lançamento das bases para a construção de um modelo de governança para a região metropolitana – fundamental tanto para Belo Horizonte quanto para a economia do próprio estado e
- iii) a elaboração de um planejamento de médio e longo prazos bastante afinado que, além de partilhar dados, informações, perspectivas e metodologias, estabelece estratégias comuns para se atingir resultados também bastante similares apesar das diferentes escalas espaciais e de gestão.

A tabela que construímos e apresentamos a seguir, destaca algumas destas intervenções sócio-espaciais efetuadas pelos dois níveis de governo. Para isto, estabelecemos três campos específicos de intervenções (intervenções urbanísticas e infra-estruturais, intervenções no aparato de regulação e intervenções na estrutura de governança) e três diferentes escalas territoriais (o hiper-centro, a cidade de Belo Horizonte como um todo e a região metropolitana).

Seu objetivo não é inventariar nem analisar cada uma das ações do executivo municipal e estadual na última década, mas tão somente, destacar o elevado grau de articulação entre elas – que tem feito com que os processos sócio-espaciais de atualização do espaço urbano na metrópole (que inevitavelmente passam pelos processos de valorização, desvalorização e revalorização do espaço), de um modo geral, se desenvolvam dentro de determinados parâmetros de velocidade e intensidade e, finalmente, atinjam resultados condizentes com o modelo de cidade e de metrópole atualmente propalado pelo planejamento urbano estratégico.

É importante deixar claro, novamente, que o seu objetivo não é relacionar cada uma das intervenções sócio-espaciais de cada nível de governo nem tampouco empreender a análise de cada uma delas. Isto seria inconsistente com a proposta deste trabalho e, provavelmente, infrutífero.

A intenção é, a partir de uma série de intervenções sócio-espaciais de múltiplos alcances, reunir elementos que indiquem que há um processo de reestruturação do espaço urbano metropolitano em curso na RMBH e que este processo não é espontâneo e nem segue errante. Ao contrário, ele tem sido induzido e orientado por um projeto de cidade.

Figura 28

Atualizações sócio-espaciais destacadas no hiper-centro, no município e na região metropolitana de Belo Horizonte nesta década (2010)

	Hiper-Centro	Belo Horizonte	RMBH
físicas (urbanísticas e infra-estrutura)	<p>"revitalização" da Praça Sete</p> <p>"revitalização" do complexo da Praça da Estação</p> <p>"revitalização" da Praça Raul Soares</p> <p>recuperação e recapeamento da rua dos Caetés</p> <p>recapeamento da avenida Santos Dumont</p> <p>implantação das câmeras do Olho Vivo</p> <p>recapeamento da avenida Paraná</p> <p>implantação do Controle Inteligente de Tráfego</p> <p>construção do Boulevard Arrudas</p> <p>criação dos "Shopping Populares"</p> <p>"revitalização" do Parque Municipal</p> <p>"revitalização" da Praça Rio Branco</p> <p>"revitalização" da Praça Rui Barbosa</p> <p>"revitalização" da rua dos Carijós</p> <p>"revitalização" da área dos mercados (Novo e Central)</p> <p>descentralização do terminal rodoviário</p>	<p>"revitalização" e ressignificação da Praça da Liberdade</p> <p>"revitalização" da bacia da Lagoa da Pampulha</p> <p>recapeamento da avenida Amazonas</p> <p>"revitalização" do Barro Preto</p> <p>recapeamento e duplicação da avenida Antônio Carlos</p> <p>melhorias na avenida Cristiano Machado</p> <p>melhorias na avenida Pedro II</p> <p>melhorias na avenida Nª Sª do Carmo</p> <p>operação urbana do Isidoro</p> <p>criação da Cidade Administrativa</p> <p>criação do BH-TEC</p>	<p>criação da Linha Verde</p> <p>projeto anel rodoviário metropolitano</p> <p>implantação do "Aeroporto Industrial"</p> <p>concentração do tráfego aéreo em Confins</p>
regulação	<p>Plano de Reabilitação do Hiper-Centro</p>	<p>Código de Posturas</p> <p>Plano Diretor</p> <p>Lei de Parc. Uso e Ocup. do Solo</p> <p>Guarda Municipal</p>	<p>Plano Diretor Metropolitano (PDDI)</p>
governança	<p>participação de representantes da sociedade civil como CDL, Sinduscon, Setransp, Associação dos Moradores do Hiper-Centro etc.</p>	<p>participação de institutos de pesquisa públicos e privados</p> <p>Orçamento Participativo</p> <p>participação de representantes da sociedade civil</p> <p>Planejamento Estratégico de BH 2030</p>	<p>Agência de Desenvolvimento Metropolitana</p> <p>Conselho Deliberativo Metropolitano</p> <p>Assembléia Metropolitana</p> <p>Planejamento Estratégico Integrado (Copa 2014)</p> <p>Plano Estratégico de Desenvto. do Vetor Norte</p> <p>Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado 2023</p>

Todos sabemos que, de tempos em tempos, os processos de intervenção no espaço urbano são inevitáveis porque, para além de qualquer mudança estrutural na sociedade e no espaço por ela produzido, há uma deterioração natural dos materiais que compõem a infra-estrutura das cidades.

Portanto, são bastante recorrentes os processos de embelezamento, de manutenção ou mesmo de atualização do espaço urbano implementados, em geral, pelo poder público ao longo do tempo (GOTTMANN, 1964).

Diante das inúmeras intervenções verificadas em Belo Horizonte e em sua região metropolitana nos últimos anos (muitas delas, é importante que se diga, intervenções urbanísticas regulares ou banais), é fundamental identificarmos aquelas que seriam, de fato, intervenções sócio-espaciais potencialmente reestruturadoras e que, em si mesmas ou a outras relacionadas, poderiam encerrar uma concepção, um projeto de cidade e de metrópole mais ajustado aos processos contemporâneos de produção e de reprodução que o novo modo de desenvolvimento (ainda em desenvolvimento) preconiza. Fizemos isto, colocando tais intervenções em negrito na nossa tabela.

A partir daí podemos reorganizar as intervenções definidas como potencialmente reestruturadoras em dois grupos distintos (mas necessária e profundamente articulados).

Primeiro, um grupo de intervenções na infra-estrutura essencialmente física (“hard”) e, em seguida, um outro grupo de intervenções na infra-estrutura social (“soft”) que redefine as estruturas de regulação e de governança da metrópole.

Neste primeiro grupo (infra-estrutura física) poderíamos estabelecer três categorias de intervenções:

i) aquelas voltadas para a recuperação e/ou projeção dos espaços urbanos simbólicos e turísticos da cidade:

- “revitalização” e ressignificação da Praça da Liberdade
- “revitalização” da Praça Sete
- implantação das câmeras do programa Olho Vivo
- “revitalização” do complexo da Praça da Estação
- “revitalização” da área dos Mercados (Novo e Central)
- “revitalização” da bacia e dos equipamentos urbanos no entorno da Lagoa da Pampulha

ii) aquelas voltadas para melhoria e ampliação da capacidade da infra-estrutura de circulação intra e interurbana:

- recuperação e duplicação da avenida Antônio Carlos
- melhorias na avenida Cristiano Machado
- criação da Linha Verde
- construção do anel rodoviário metropolitano

- concentração do tráfego aéreo em Confins

iii) finalmente, aquelas voltadas para a melhoria dos serviços de administração do Estado e/ou diretamente voltadas para uma maior diversificação/atualização da base produtiva da metrópole:

- criação do BH-TEC
- implantação do “aeroporto industrial”
- criação da Cidade Administrativa

No segundo grupo (onde se encaixam as intervenções na chamada infra-estrutura social de regulação e de governança), podemos estabelecer duas categorias:

i) aquelas intervenções diretamente voltadas para a atualização da gestão das questões ordinárias da metrópole contemporânea e também dos desafios impostos a ela pelo novo modelo de desenvolvimento:

- Plano de Reabilitação do Hiper-Centro
- Orçamento Participativo
- Agência de Desenvolvimento Metropolitano
- Conselho Deliberativo Metropolitano

- Assembléia Metropolitana
- Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado 2023

ii) e as intervenções voltadas diretamente para o planejamento que define estratégias de ação de médio e longo prazos considerando as redes urbanas nacional e internacional e sua hierarquia:

- Planejamento Estratégico do Belo Horizonte 2030
- Planejamento Estratégico Integrado – Copa 2014
- Plano Estratégico de Desenvolvimento do Vetor Norte
- Plano Diretor Metropolitano (PDDI) – Plano de Estratégias de Desenvolvimento e Gestão da RMBH
- Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado 2023

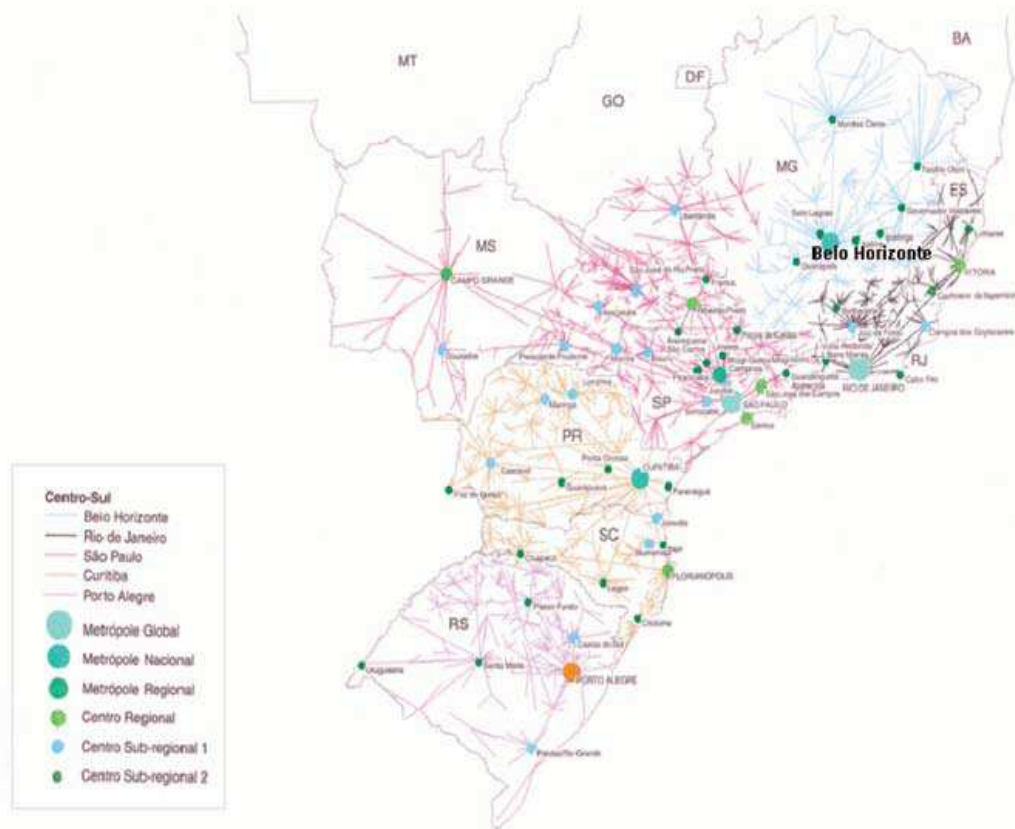
Ao nosso ver, as intervenções sócio-espaciais listadas na figura 27 – principalmente aquelas destacadas em negrito –, sobretudo quando vistas de maneira articulada, mais do que qualquer discurso, manifestam limpidamente uma outra proposta de cidade e também um outro projeto de metrópole.

Poderíamos até dizer que elas encerram uma **nova** concepção de cidade e de metrópole. Mas em virtude desta virada ter se dado já há algumas décadas em cidades de países de capitalismo avançado e principalmente por ela já ter se transformado em um produto (de exportação) destas sociedades, o que está sendo propalado mundo afora por agências de cooperação, por instituições multilaterais e por consultores internacionais (e, mais recentemente, assumido abertamente pelos governos locais e regionais) como uma nova alternativa de desenvolvimento para espaços urbanos obsoletos ou em processo de obsolescência, não é mais nenhuma novidade (ARANTES, 2002). Ao contrário, é a tentativa sistematizada de modelar iniciativas de reindustrialização, de redinamização econômica e, finalmente, de reestruturação e revalorização de espaços urbanos que foram bem sucedidas aqui e ali.

Observemos, por exemplo, o mapa abaixo.

Figura 29

Sistema urbano Centro-Sul: capacidade de polarização dos principais centros



Fonte: Planejamento estratégico de Belo Horizonte 2030.

Ele registra a atual situação hierárquica da RMBH na rede urbana brasileira mais importante: a rede centro-sul.

Vê-se, como dissemos anteriormente, que a capital mineira não consegue polarizar o estado como um todo e tem sua influência sobre as regiões Sul, Triângulo e Leste restringida, em função da proximidade e do grande alcance da

polarização irradiada, sobretudo, pelas duas metrópoles nacionais (RMSP e RMRJ).

É com esta realidade que as coalizões encarregadas da gestão de Belo Horizonte e de sua região metropolitana têm se deparado nas últimas décadas e seu objetivo ao adotar o “novo” *mainstream* urbano⁷² não tem sido outro senão o de reverter esta situação buscando expandir a área de influência da metrópole, sobretudo, na direção destas regiões mais prósperas do estado (e do país) – o que, evidentemente, pressupõe a subtração destas áreas da órbita das metrópoles concorrentes e a sua inserção na zona de polarização da RMBH.

Há mais de uma década, é possível verificar que praticamente todos os esforços de atualização infra-estrutural (seja ela física ou social) e de modernização da gestão e da governança na metrópole estão direcionados para a competição interurbana que a RMBH enfrenta nas redes nacional e mesmo internacional.

No próximo capítulo, pretendemos desenvolver uma análise crítica do planejamento estratégico em geral, e mais especificamente, de sua utilização ostensiva na orientação dos processos sócio-espaciais que atualmente reestruturam o espaço na região metropolitana de Belo Horizonte.

⁷² O Planejamento Estratégico – que mais do que justificar a competição interurbana, também fornece um rol de mecanismos “estratégicos” que visam a utilização de eventuais vantagens relativas (comparativas) nesta disputa e/ou que atuam na detecção e mitigação das vulnerabilidades urbanas.

Faremos isto, conforme a proposta deste trabalho, a partir das implicações espaciais urbanas que podem ser derivadas do funcionamento da lei do valor.

Capítulo 5: Espaço, Capital e Planejamento Estratégico

Um dia Jacó preparou uma sopa de lentilhas. Esaú chegou do campo muito cansado e disse a Jacó: “Dá-me de comer, pois estou exausto”. (...)

Jacó respondeu-lhe: “Vende-me agora mesmo o teu direito de primogênito”. Esaú respondeu: “Estou morrendo de fome, e de que me serve a primogenitura?” Jacó insistiu: “Jura-me agora mesmo!” E Esaú jurou e vendeu o direito de primogênito a Jacó. Então Jacó deu-lhe pão com sopa de lentilhas. Esaú comeu e bebeu, levantou-se e foi embora. Desprezou assim a sua primogenitura.

Gênesis 25: 29-34.

Como dissemos no capítulo anterior, as intervenções sócio-espaciais concretas efetuadas nos últimos dez anos no espaço metropolitano de Belo Horizonte, são indícios de que há uma sintonia entre as coalizões gestoras do espaço local e regional tendo em vista o processo de atualização do espaço da RMBH (motor da economia do estado) frente ao espetacular processo internacional de reestruturação produtiva em curso e seus múltiplos processos correlatos.⁷³

De fato, quando se analisam os planos estratégicos de Belo Horizonte, da RMBH e do Estado de Minas Gerais, não se detecta nenhuma surpresa ou descontinuidade entre eles.

Eles se diferenciam apenas no que tange ao alcance espacial de suas proposições, isto é, no que toca às respectivas e prescritas escalas de atuação das estruturas de poder local e regional. E mesmo assim, ao analisarmos a estruturação do espaço metropolitano, vemos que ele representa um campo comum de atuação destas forças sociais além, é claro, do papel representado pelas múltiplas coalizões que comandam os outros municípios da região metropolitana (ainda que sua atuação seja menos decisiva na trama espacial da metrópole). Aí, os processos sócio-espaciais se confundem. O espaço abstrato emergente sobrepõe-se ao espaço geonômico consolidado e os limites jurisdicionais são significativamente relaxados.

⁷³ Como a revolução tecnológica (sobretudo nos campos da microeletrônica, da engenharia genética e dos transportes), a redistribuição internacional do trabalho, o novo regime de acumulação, a ascensão do ambientalismo, a realocação de várias atividades produtivas etc.

No mais, todos estes planos apresentam um mesmo olhar sobre os processos sócio-espaciais contemporâneos; uma idêntica perspectiva sobre seus desdobramentos futuros e, por consequência também, proposições de enfrentamento (tanto das questões atuais quanto das inúmeras incertezas do porvir) replicadas diretamente do arsenal do planejamento (urbano) estratégico.

Aliás, eles são mesmo, em boa medida, apenas a formalização de processos sócio-espaciais estratégicos concebidos, concertados e deflagrados já há vários anos pelas coalizões encarregadas de gerir o espaço metropolitano (sobretudo). Prova disto é que mesmo uma análise não aprofundada de tais planos, pode detectar que eles apresentam o mesmo DNA e que, evidentemente, descendem do mesmo progenitor.

A esse respeito, podemos destacar, logo de início, alguns eixos balizadores dos planos estratégicos de longo prazo elaborados para o Estado (Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – 2023) e para a capital (Plano Estratégico de Belo Horizonte – 2030). Vejamos:

Neste sentido, em 2003, foi elaborado o **Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI**. O PMDI é um Plano Estratégico indicativo para o Estado de Minas Gerais, consolidando um conjunto de grandes escolhas que orientam a construção do futuro do Estado em um horizonte de longo prazo e sob condições de incerteza.

O processo de revisão do PMDI, desenvolvido na segunda metade de 2006, trabalha com o horizonte de 2023 e mantém seu compromisso de responder, consistentemente, às seguintes questões:

- **Onde estamos?**
- **Aonde podemos chegar?**
- **Aonde queremos chegar?**
- **Como vamos chegar lá?**⁷⁴

O **Plano Estratégico de Longo Prazo de Belo Horizonte** foi elaborado com o propósito de dar uma resposta consistente às seguintes questões:

- **onde estamos e aonde poderemos chegar?**
- **aonde queremos chegar?**
- **como chegaremos lá?**
- **por onde começar?**⁷⁵

Considerando o fenótipo e a diferença de idade entre eles, é fácil verificar que o plano de Belo Horizonte tem parentesco com o plano mineiro e que suas semelhanças, ao contrário de serem meras coincidências, são também evidência de um trabalho que sintetiza o elevado grau de entendimento atingido pelas estruturas de poder local e regional nos últimos anos.

⁷⁴ PMDI, 2007. p.12. Grifos nossos.

⁷⁵ Planejamento Estratégico de Belo Horizonte: a cidade que queremos. p. 9. Grifos nossos.

Este exercício poderia até ser considerado desnecessário, uma vez que os processos sócio-espaciais concretos que destacamos no capítulo anterior manifestam claramente uma perspectiva, um projeto comum de metrópole entre estas coalizões. De qualquer modo, para também formalizar, destacaremos abaixo alguns traços estruturais comuns entre os planos elaborados para o Estado e para Belo Horizonte. Dentre esses traços, verificamos, por exemplo:

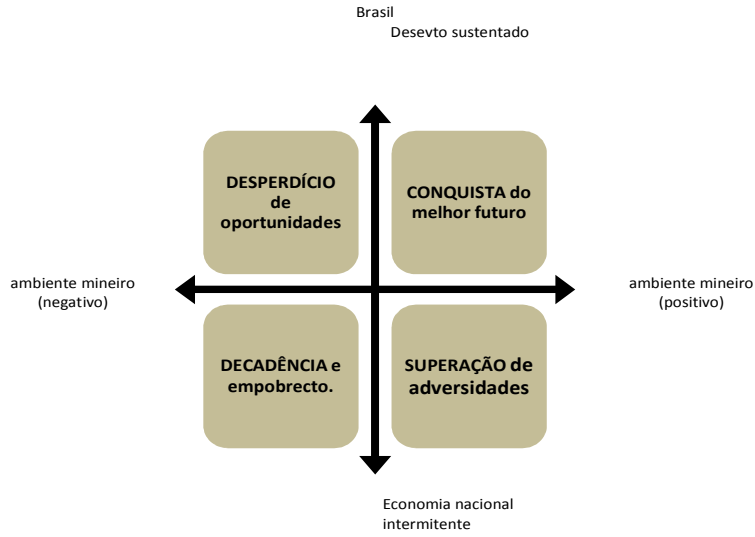
- **mesma verve empresarial:** apresentam-se encharcados de um vocabulário nitidamente “MBA” cuja utilização é, às vezes, descuidada e, com freqüência, meramente litúrgica. A lista poderia ser longa, mas nosso objetivo aqui não é identificar estes vocábulos um a um, mas apenas apontar sua comum (e não casual) utilização em tais planos. Entre estes, destacam-se, por exemplo, o bárbaro “alavancar”; o sugestivo “*stakeholder*”; o opaco, mas onipresente “sinergia”; o indispensável “parceria público-privado”; os inescapáveis “competição” e “competitividade”; o não menos comum “ambiente de negócios”; o estratégico “estratégico” etc.

- **mesma metodologia de prospecção:** a técnica da cenarização a partir do uso de dois eixos ortogonais que orientam a formação de quatro cenários possíveis é a escolhida entre as técnicas para antever o futuro e propor o seu conseqüente planejamento no longo prazo. Suas justificativas são freqüentemente e *ipsis literis* as mesmas – inclusive utilizando exemplos idênticos como o clássico feito de Pierre Wack à frente da Shell na crise do petróleo da década de 1970 (SHWARTZ, 2000).

Senão, vejamos.

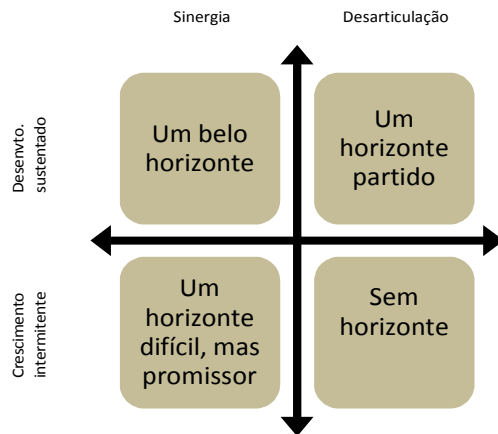
Figura 30

Cenários para Minas



Fonte: PMDI, 2007. p. 48. Adaptado por nós.

Cenários para Belo Horizonte e RM



Fonte: Planejamento Estratégico de Belo Horizonte: cenários exploratórios para BH 2010-2030. p. 50. Adaptado por nós.

• **mesma obsessão por resultados pré-determinados:** principalmente aqueles relacionados com a imagem da *performance* da gestão pública (enxuta, eficiente, socialmente comprometida) e com o avanço da metrópole (e conseqüentemente do Estado) na hierarquia urbana nacional e internacional.

Podemos verificar isto a partir da tabela abaixo.

Nela, procuramos estabelecer uma correlação entre cada área de resultado definida através do plano estratégico em cada nível de governo. O resultado é que, exceto para a Cultura – apontada como área de resultado no plano estratégico de Belo Horizonte, mas não no plano do Estado – há uma semelhança quase que plena não só na definição das próprias áreas de resultado como também no número delas.

Figura 31

Áreas de Resultado		
Belo Horizonte (e RM)	Estado de Minas	
1	cidade saudável	vida saudável
2	educação	educação de qualidade
3	cidade com mobilidade	logística de integração e desenvolvimento
4	cidade segura	defesa social
5	prosperidade	investimento e valor agregado da produção
6	modernidade	inovação, tecnologia e qualidade
7	cidade com todas as vilas vivas	desenvolvto. do Norte de Minas, Jequitin., Mucuri e Rio Doce
8	cidade compartilhada	redução da pobreza e inclusão produtiva
9	cidade sustentável	qualidade ambiental
10	cidade de todos	protagonismo juvenil
11	cultura	
12	integração metropolitana	rede de cidades e serviços

No capítulo 3 procuramos analisar as raízes mais profundas da crise do modelo de desenvolvimento fordista, a emergência de um regime de acumulação mais flexível (cuja força está no conhecimento e na tecnologia), seus efeitos na redistribuição geográfica das atividades produtivas (trabalho), nas atividades reprodutivas (consumo) e, por conseqüência, também na reestruturação do espaço urbano.

Estes processos também repercutiram nas estruturas do espaço urbano e redundaram numa nova e mais dura disputa inter-espacial por capital e trabalho. A instrumentalização desta nova e acirrada competição interurbana se traduziu nos termos do planejamento (urbano) estratégico.⁷⁶ Sua aplicação, iniciada em alguns centros urbanos importantes já nos fins da década de 1960, avançou nas décadas de 1970 e 1980 entre as cidades do capitalismo avançado e, há pelo menos uma década, entre as cidades de países em desenvolvimento (principalmente da América Latina e do sudeste da Ásia).

Mas quais seriam então, exatamente, os pressupostos do planejamento estratégico? Qual ou quais seriam os elementos indicadores de sua eficácia? E por que, em essência, prescrições já relativamente antigas (originalmente de mais

⁷⁶ Em função disto, como vimos, para que um determinado espaço local/regional possa se inserir neste jogo, novos atributos infra-estruturais lhe são exigidos. Dentre estes atributos, conforme Florida (1995), destacam-se uma:

- a) maior integração à economia global do que exatamente ao estado nacional do qual faz parte;
- b) economia baseada muito mais na infra-estrutura, consumo e serviços do que na produção em massa de manufaturas;
- c) capacidade de promover e tirar vantagens de um ambiente que explore o conhecimento e a inovação dos agentes de produção organizados sob o signo da cooperação e da confiança mútua;
- d) infra-estrutura doméstica de comunicação e transportes eficiente, mas uma indispensável atuação a partir de uma infra-estrutura de comunicações e de transportes de alcance global;
- e) governança que priorize a organização em rede, as decisões descentralizadas, a flexibilidade e as exigências do consumidor/cliente.

de 40 anos atrás), se apresentariam ainda hoje como uma alternativa viável para a atualização do espaço urbano?

Estas questões merecem alguma atenção.

A síntese da história recente do planejamento que Peter Hall (1988) apresenta no seu importante “*Cities of Tomorrow*” lança bastante luz sobre este tema inquietante:

...no decorrer da década de 70, o planejamento convencional, a utilização de planos e regulamentos para guiar o uso do solo pareciam cada vez mais desacreditados.(...)

A causa-raiz foi econômica. O planejamento convencional do uso do solo florescera no grande *boom* dos anos 50 e 60, talvez o mais longo período de crescimento contínuo que a economia capitalista jamais conheceu. A grande recessão das décadas de 70 e 80 acarretou uma mudança na natureza do problema básico observado, objeto do planejamento, ameaçando, assim, a própria legitimidade deste. (...)

A orientação e o controle do crescimento, (...) foram repentinamente substituídos pela obsessão de encorajar o crescimento a qualquer custo; o debate político passou, por conseguinte, a centrar-se em como fazer isso o melhor possível (p. 407-411).

Sobretudo para os países de capitalismo avançado, grosso modo, podemos dizer que os “30 anos gloriosos” para a economia (que vai do pós-guerra até o início da década de 1970) também o foram para o planejamento urbano – a despeito dos

inúmeros problemas experimentados no período como mudanças de paradigma, inadequação técnica, algumas crises de legitimidade etc.

Acima das questões mal resolvidas do próprio planejamento urbano moderno, estava (clara) a sua função social: orientar e controlar o processo de crescimento através do controle estrito sobre os usos do solo urbano.

Com o crescimento do produto e da produtividade do trabalho (aumento da acumulação) ao lado do crescimento da massa dos salários (aumento do consumo) – isto que chamamos no capítulo 3 de Ciclo Virtuoso do Fordismo e que se traduziu num avanço simultâneo dos dois departamentos da economia – o emprego generalizado do planejamento (na economia e no espaço) se tornou possível (e, em boa medida, necessário).

No entanto, também grosso modo, pode-se afirmar que o estandarte do planejamento moderno só foi mesmo amplamente reverenciado enquanto sopraram firmes os ventos ascendentes da acumulação. E tão logo estes ventos começaram a dar sinais de enfraquecimento ou desaceleração, não houve mais crescimento para ser orientado ou mesmo controlado. Como as questões espaciais advindas do avanço das relações sociais de produção e de reprodução é que constituem o objeto ou a própria razão de ser do planejamento, reduz-se drasticamente a sua legitimidade diante da sociedade.

E foram os choques do petróleo no período, que prenunciaram os ventos frios e descendentes que, ao enregelarem as economias urbanas, também fizeram com que a função social do planejamento – até então, evidente – fosse abertamente colocada em xeque.

A partir daí, dentro mesmo de todo este contexto de profundas mudanças nas estruturas sociais e também de crise aguda nas economias urbanas, a política urbana e o planejamento se viram diante de novos desafios, para os quais as ferramentas tradicionais (baseadas em mecanismos de controle e ordenamento das atividades no espaço urbano) não surtiam mais nenhum efeito.

Os governos locais e regionais (combalidos e desorientados) e seus planejadores (bastante desmoralizados) assistem às cidades perderem a capacidade de reter o capital produtivo (núcleo duro da geração de toda a riqueza social) e vêem também, atônitos, a conseqüente emergência de inúmeros distúrbios no processo geral da reprodução urbana – função direta da distribuição fracionada da massa total de mais-valor socialmente produzida. Noutras palavras: as cidades experimentam desindustrialização, obsolescência e degradação social e espacial (em áreas centrais, mas também em áreas não-centrais).

Então, eles partem imediatamente para o *front*: ao invés de se concentrar, como vinham fazendo até então, na regulação dos usos do solo urbano pelas atividades produtivas e reprodutivas, passam, antes disto, a incentivar a utilização flexível do solo e a atuar ativamente na promoção dos processos de reestruturação do espaço urbano.

E como isto foi feito? Grosso modo: lançando mão de ferramentas administrativas desenvolvidas diretamente para a gestão da corporação privada. Vejamos.

Outra vez, Peter Hall (1988) pode ser bastante esclarecedor em relação a este processo:

Pois em fins dos anos 70, segundo uma sonora mensagem que vinha dessas bandas, as cidades norte-americanas haviam encontrado uma fórmula mágica. (...)

A receita mágica para a revitalização urbana parecia consistir num novo tipo de parceria criativa, entre o governo municipal e o setor privado, parceria a ser condimentada por uma judiciosa subvenção vinda de Washington, à qual poucas amarras eram impostas (p. 412).

Mas Mintzberg (1994) vai ainda mais direto à raiz histórica de tudo:

Começando talvez em 1962, se não antes, com um artigo de Gilmore e Brandenburg na *Harvard Business Review* intitulado “Anatomia do Planejamento Corporativo”, a literatura de planejamento tem oferecido literalmente centenas de modelos de um processo pelo

qual, supostamente, a estratégia pode ser desenvolvida e operacionalizada de maneira formal. (...)

[O modelo básico] é às vezes chamado de modelo SWOT (para *Strengths* [forças] e *Weaknesses* [fraquezas], *Opportunities* [oportunidades] e *Threats* [ameaças]. (...) “Agarre o sucesso” parece ser o seu lema (p. 43-44).

Então, para enfrentar o período duro da crise, os governos locais (e regionais), progressivamente, abandonam os grandes planos de prazo dilatado e se agarram a estratégias de gestão elaboradas pelas escolas de administração e prescritas para a corporação privada.

O modelo estratégico SWOT, desenvolvido na *Harvard Business School*, foi inicialmente utilizado (década de 1960) nas cidades americanas de Boston e Baltimore, que já experimentavam um processo de esvaziamento urbano desde o fim dos anos 1950. A fórmula foi a mesma: subvenção federal, cooperação entre os níveis de governo, lideranças locais fortes e, sobretudo, participação de empreendedores privados – que, ao menos nestas duas cidades, conduziram todo o processo.

De fato, Boston, Baltimore e algumas outras cidades, de alguma forma, se recuperaram: mudaram a base de sua estrutura produtiva, reconquistaram população e postos de trabalho.⁷⁷

A partir daí, dezenas de cidades (nos EUA e também na Europa – sobretudo na Inglaterra) passaram a fazer o mesmo em busca, essencialmente, também do mesmo: revitalização urbana.

Dessa forma, quando a crise se aprofundou e se tornou disruptiva, colocando todo o sistema em queda livre nos anos 1970, lá estava o planejamento estratégico como pára-quadras único para a gestão urbana.

Agora, porém, precisamos nos deter aqui porque há uma questão intrigante a ser analisada:

➡ se o sistema (o próprio modelo de desenvolvimento como um todo) estava em crise, era porque, como vimos no capítulo 3, o regime de acumulação que, num primeiro momento, já não garantia, como até então, taxas de lucro sempre ascendentes, num segundo momento passa também a não garantir nem mesmo a realização das taxas de lucro ordinárias. Portanto, se as taxas de acumulação

⁷⁷ É preciso registrar que mesmo esta recuperação, sob alguns aspectos, já foi bastante questionada. Harvey (1996), por exemplo, destacando algumas fontes jornalísticas, lideranças civis e um relatório do próprio Congresso de 1984, evidencia que há um “falso brilho sob a podridão”, que os planos estratégicos podem ter tirado mais recursos do que gerado para estas cidades e que, principalmente Baltimore, ainda se mantinha como uma das cidades mais carentes dos EUA.

não se realizam conforme o esperado, as corporações privadas são exatamente os primeiros e os principais agentes na sociedade a sentir e a acusar a gravidade do problema – dado que o lucro está para elas assim como o ar está para qualquer pessoa viva. No entanto, é curioso verificar que estas mesmas corporações, que não mais conseguiam realizar seus lucros nas taxas que esperavam, e que, portanto, se mostravam abaladas diante de um mundo convulsionado pelas inovações tecnológicas, pela instabilidade dos mercados, pela competição mais e mais agressiva etc., eram as mesmas empresas que já vinham, há anos, fazendo uso do planejamento estratégico corporativo.

Vamos considerar esta questão a partir de agora.

Ainda no final da década de 1960, Mintzberg já tinha as bases daquilo que se tornou o seu demolidor “*The rise and fall of strategic planning*”.⁷⁸ Apesar disto, sua publicação só vai mesmo ocorrer em 1994. A razão é apresentada logo na introdução da obra:

Agora, talvez seja o momento certo para publicar um livro assim. Ele poderia ser rejeitado antes de 1973, quando planejar era perfeito e depois disso submergiu na onda de anti-planejamento que continuou por uma década ou mais.

Depois da surra que o planejamento levou, talvez agora as pessoas estejam mais inclinadas a considerá-lo de maneira razoável, nem como uma panacéia, nem como um inferno, mas como um processo que apresenta um benefício específico em contextos específicos (p. 19).

Ironia. Pelo menos até a década de 1960, tanto os governos e as corporações privadas do ocidente quanto os países do socialismo de Estado (antiga URSS e seus países satélites) tinham verdadeira obsessão pelo planejamento. A propósito, já foi dito que nestes últimos, a taylorização do trabalho e a planificação

⁷⁸ Traduzido e publicado no Brasil por “Ascensão e queda do planejamento estratégico” (Bookman, 2004).

da economia atingiram seu grau mais elevado. Sobre isto, o próprio Trotsky já dizia:

Se existisse a mente universal que se projetava na fantasia científica de Laplace; uma mente que registraria simultaneamente todos os processos da natureza e da sociedade, que pudesse medir a dinâmica de seu movimento e prever os resultados de suas interações, essa mente, obviamente, poderia, *a priori*, redigir um plano econômico perfeito e completo, começando com o número de hectares de trigo e indo até o último botão de um colete. Na realidade, a burocracia geralmente imagina que uma mente assim está à sua disposição; é por isso que ela se exime com tanta facilidade do controle do mercado e da democracia...(in MINTZBERG, 1994. p. 106).

Mas, assim que chegaram os anos 1980, o mundo pôde verificar os resultados de tanta planificação nos países “socialistas”: colapso econômico, social e político.

A partir daí, estes países, em bloco, passaram por um intenso processo revolucionário cujas conseqüências sociais, econômicas e políticas, ainda hoje podem ser percebidas.

A extrema rigidez política e econômica destas formações sociais impedia ajustes de rota significativos e isto foi erodindo a base do seu sistema que, conseqüentemente, diante de um único sismo mais significativo, ruiu por inteiro em cascata.

Por sua vez, dada a maior abertura e complexidade de funcionamento das sociedades e economias ocidentais – que sempre perturba a aplicação absoluta de qualquer planejamento e, com isto também, acaba por reduzir alguns dos seus efeitos colaterais mais fortes – os resultados da utilização do planejamento nos governos e nas empresas, apesar de não se situarem nas mesmas dimensões verificadas nas economias “planificadas”, gerou uma série de críticas, sobretudo, a partir da segunda metade dos anos 1970.

Elas são menos conhecidas, mas não menos importantes para nós. Vejamos então algumas destas críticas.

Se Hall (1988) analisa a evolução do planejamento urbano em geral, Mintzberg (1994) focaliza sua análise apenas sobre a fase “estratégica” vivida pelo planejamento (corporativo) e, sem nenhuma comiseração, em suas mais de 300 páginas, não deixa pedra sobre pedra.

A “surra” sobre a qual Mintzberg fala, a demolição que ele mesmo empreende, é encimada por sua iniciativa de medir o desempenho do próprio planejamento estratégico nas corporações (e também nos governos). E ele faz isto através de duas formas distintas, mas igualmente corrosivas: uma é grave (de contornos estritamente acadêmicos) e a outra é abertamente jocosa. Todas elas são testemunhos.

Selecionamos abaixo, primeiro, algumas das evidências (do último tipo) destacadas por ele (p. 92-94). Em seguida, apresentaremos algumas evidências obtidas de estudos (teses ou livros) científicos:

- 1972: o vice-presidente de uma corporação dos EUA...: “Na prática, o planejamento tem sido um fracasso retumbante e dispendioso” (Pennington, 1972:2).
- 1977: dois acadêmicos, após notarem que “existem poucos axiomas na literatura administrativa mais geralmente aceitos sem questionamento, além daqueles que afirmam a necessidade de planejamento estratégico sólido”, um ponto em que “acadêmicos e pesquisadores são... praticamente unânimes”, constataram, que nenhuma das cinco “principais” corporações norte-americanas estudadas “se engajava em planejamento estratégico de verdade” (Saunders e Tuglle, 1977:19).
- 1978: um professor francês que pesquisou várias empresas européias depois da crise de energia de 1973, algumas das quais reduziram seu horizonte de planejamento ou abandonaram completamente o planejamento como consequência, citou um executivo de uma empresa de 7.000 funcionários: “Quem diz que faz planos e que eles funcionam é mentiroso. O termo planejamento é imbecil; tudo pode mudar amanhã”. Disse um outro executivo: “A crise nos mostrou que o planejamento de longo prazo é inútil” (Horowitz, 1978:49).

- 1980: As empresas não apenas pareciam não fazer planejamento estratégico como prescrito, como algumas pareciam não poupar esforços para evitá-lo (Gluck, Kaufman e Walleck, 1980:159).
- 1985: Robert Hayes, professor da Harvard Business School, informou a respeito de “um tema recorrente nas explicações [que inúmeros gerentes de linha] dão para as dificuldades competitivas de sua empresa – particularmente nas empresas de manufaturas – têm origem nos processos de planejamento estratégico das empresas. Sua queixa, entretanto, não é a respeito do *mau* funcionamento do planejamento estratégico, mas sobre os aspectos danosos do seu funcionamento *adequado!*” (1985:111).

Agora, apresentaremos algumas evidências do desempenho do planejamento estratégico levantadas a partir de estudos científicos (p. 97-119):

- Jacques Serrazin, 1975: “... isso fornece uma explicação possível para o fato de as maiores empresas francesas geralmente manterem procedimentos de planejamento a despeito do custo e do evidente fracasso.” (Tese defendida na *Ecole Polytechnique* sobre o planejamento numa gigante do setor elétrico francesa. Serrazin concluiu que o planejamento era ineficiente para tomar decisões estratégicas, mas era mantido pela administração da empresa como uma ferramenta de controle político).

- Hakan Gomer, 1973: O planejamento convencional “parece ter pouquíssimo uso como método para solucionar problemas, estando mais relacionado à implementação de medidas. A [sua] contribuição global é relativamente insignificante.” (Pesquisador sueco que desenvolveu sua tese na França estudando 3 grandes empresas de setores diferentes da economia).
- James Brian Quinn, 1980. O planejamento “ênfatisa demais as metodologias de análise financeira que excluem opções estratégicas significativas, estimula atitudes e comportamento de curto prazo, intimida inovações importantes em potencial, dirige mal a alocação de recursos e destrói ativamente as estratégias pretendidas da empresa e transforma os departamentos de planejamento em agências burocratizadas”. (Tal como Sarrazin e Gomer, ele atribui um papel positivo ao planejamento estratégico apenas no que diz respeito à codificação e formalização de metas e compromissos previamente definidos. Ou seja: no que diz respeito à implementação de mudanças estratégicas já decididas).

As palavras seguintes também são de Quinn no mesmo livro de 1980 – ainda que pudessem também estar entre as evidências anedóticas relacionadas anteriormente: “Uma boa parte do planejamento corporativo que tenho observado é como um ritual de dança da chuva; não tem efeito nenhum sobre o tempo, mas os que dele participam pensam que tem. Além disso, parece-me que muitos dos conselhos e instruções relacionadas com o planejamento corporativo são dirigidos para melhorar a dança, não o tempo.”

Esta expressiva seleção de evidências (científicas e anedóticas) do desempenho do planejamento estratégico corporativo não é, evidentemente, sem propósito. Ela repõe, empiricamente, a questão que delineamos antes:

■➔ como um conjunto de prescrições administrativas formalizadas diretamente para o campo das corporações privadas que se mostrou incapaz de ajudar as empresas a superar a crise de acumulação e as profundas transformações tecnológicas e organizacionais subseqüentes, pode ajudar os governos de cidades e regiões inteiras a enfrentar os muito mais complexos desafios urbanos da globalização?

Quem analisa, por exemplo, os dois volumes do trabalho “**Local and Global: the management of the cities in the information age**” que Borja e Castells (1996) produziram sob os auspícios da prefeitura de Barcelona (com apresentação do próprio Maragall) para a Conferência Habitat II da ONU em Istambul, pode facilmente verificar que:

a transposição inelutável da *démarche* estratégica, nascida no universo da gestão privada, não poderia resultar de um simples jogo de decalcomania. Adaptações profundas se impõem, ao menos por três razões, no tocante respectivamente à cultura que preside a escolha dos instrumentos de gestão, ao objeto da ação e, enfim, aos critérios de decisão (BOUINOT & BERMILS, 1995 in ARANTES, 2002. p. 84).

Exatamente por isto, e ao contrário do que alguns dizem, a obra é recheada com análises muito interessantes sobre a questão urbana contemporânea (com destaque para alguns processos sócio-espaciais de extrema relevância como a reestruturação social e espacial das metrópoles; os novos papéis reservados aos governos locais e regionais; a questão cultural urbana; os efeitos perversos da globalização sobre os grupos sociais mais vulneráveis etc.) e também com dados de pesquisas empreendidas pelos autores e por outros pesquisadores em várias

idades do mundo. Como não poderia ser mesmo de outra maneira, de um modo geral, estes dados, ou destacam os resultados positivos da aplicação de planos estratégicos em algumas cidades, ou ressaltam a necessidade de sua elaboração para aquelas que ainda não o fizeram.

Apenas em alguns pontos (sobretudo no fim do capítulo 5) o trabalho deixa de ser analítico e profundo para se arriscar (um pouco mais do que deveria) na proposição de um guia metodológico de planos estratégicos para as cidades (Box 5.1 a partir da página 120).

Assim, em função de inúmeras outras coisas, mas também em função da reconhecida capacidade teórico-analítica de seus autores, o trabalho acabou se transformando praticamente na bíblia do atual planejamento estratégico urbano – precisamente no seu Novo Testamento.

Porém, se a *démarche* do planejamento estratégico corporativo teve que sofrer adaptações significativas para servir de orientação à versão original americana do planejamento urbano estratégico, o mesmo não ocorre na passagem desta para a atual versão catalã que se espalhou pelo mundo (em desenvolvimento, sobretudo).

De fato, este reluzente verniz teórico-analítico que a recobre e que reintroduz várias preocupações sociais relacionadas com os efeitos negativos da política neoliberal (como, por exemplo, a polarização dos níveis de renda; a vulnerabilidade de mulheres e crianças; a necessidade dos cuidados com o ambiente urbano e suas amenidades; a ineficácia do rebaixamento do nível de vida da população apenas para atrair investimentos etc.), parece só ter mesmo o

efeito de fazer reluzir sua superfície, não diferindo essencialmente em quase nada da antiga versão americana do planejamento estratégico para cidades.

O discurso pode até ter se atualizado, mas entre o velho e o novo testamento não há, realmente, nada de novo. Aliás, tão corporativamente quanto os primeiros defensores do planejamento urbano estratégico, Borja e Castells acabam assumindo abertamente no capítulo 6 (Urban Policies in Globalization) que “the large cities are the multinationals of the 21st century” (p.139).

Contudo, a declaração não surpreende porque esta idéia reificada das metrópoles (bastante destacada no capítulo 5 que, apropriadamente, recebe o título de “Cities as the protagonists of our epoch”) permeia todo o trabalho da dupla. E a materialização deste protagonismo urbano se dá, principalmente, através dos novos papéis (de alcance interno, mas destacadamente de alcance internacional) que são colocados para os governos e coalizões locais e regionais. Senão, vejamos.

The large cities have to respond to five types of challenge: new economic base, urban infrastructure, quality of life, social integration and governability. Only by generating a capacity for response to these challenges can they on the one hand be competitive vis à vis the exterior and find their place in the global economic spaces and, on the other, guarantee their populations the minimum levels of

wellbeing necessary to allow the consolidation of peaceful democratic coexistence.

The response to the challenges calls for a city project (p. 84).⁷⁹

Mas para fazer frente a estes novos desafios, a gestão urbana atual precisa redefinir-se política e administrativamente. E, ainda conforme os autores (p. 117-118), esta redefinição exige:

- a) descentralização política e administrativa a partir de um plano que preveja estruturas metropolitanas de governo;
- b) promoção de lideranças que transponham os embates entre o legislativo e o executivo em prol de uma continuidade de governo;
- c) desenvolvimento de uma política que diminua a dependência de financiamento dos governos centrais (maior autonomia financeira local);
- d) administração mais empresarial das atividades e serviços públicos;

⁷⁹ As grandes cidades têm de responder a cinco tipos de desafios: uma nova base econômica, infra-estrutura urbana, qualidade de vida, integração social e governabilidade. Somente através da geração de uma capacidade de resposta a estes desafios elas podem, por um lado, ser competitivas *vis à vis* o exterior e encontrar o seu lugar nos espaços da economia global e, por outro lado, garantir às suas populações os níveis mínimos de bem-estar necessários para permitir a consolidação da convivência pacífica e democrática.

A resposta a estes desafios, clama por um projeto de cidade. (T.A.).

- e) comunicação fácil e direta com o cidadão a partir de múltiplas mídias;
- f) internacionalização da administração local (por meio da atração de sedes de empresas multinacionais e de grandes eventos, do aumento de sua competitividade nas redes urbanas globais, da afirmação das cidades como parceiras dos organismos internacionais, da possibilidade de contrair empréstimos no exterior, da redefinição da capacidade geral dos governos locais de agirem como sujeitos políticos na vida internacional).

Não deve ser por acaso que, assim como Mintzberg, Harvey Molotch publicou o seu clássico artigo “**The city as a growth machine...**”, exatamente nos anos de 1970 (precisamente em 76).

Neste trabalho, Molotch – a partir de uma perspectiva sociológica – analisa a acirrada competição que se estabeleceu entre as cidades e regiões americanas naquele período de crise aguda. Mais que isto, ele também considera a origem desta competição, os principais agentes sociais envolvidos nela e seus interesses diretos.

Ao constatar que o crescimento tornara-se a razão central da política urbana local e regional, ele estabelece que, antes, seria importante definir o que era o crescimento⁸⁰ e a quem, de fato, ele beneficiava. Molotch acreditava que só a

⁸⁰ Evidenciado, basicamente pela expansão da indústria, seguida por uma ampliação no emprego da força de trabalho e também no consumo, mais população, maior densidade urbana, uso mais intensivo e elevado do solo urbano etc.

partir daí, desta economia política do local, as razões pelas quais as cidades eram convertidas em máquinas de crescimento poderiam ser apreendidas.

Há três pontos fundamentais no trabalho que podemos destacar aqui e que acabam desvelando, um pouco e de alguma forma, a política urbana estratégica:

1º - há muitos “mapas” de interesses numa cidade, mas as “elites locais”, principalmente aquelas que têm seus ganhos mais diretamente atrelados aos usos do solo urbano, se mobilizam politicamente e conseguem fazer com que na luta pelo crescimento, seus interesses sejam vistos como o interesse geral de toda uma região;

2º - no balanço geral, as localidades saem perdendo porque elas dão inúmeras amenidades ambientais e sociais de que dispõem em troca dos benefícios financeiros do crescimento para alguns;

3º - ao contrário do que se pensa, dentro de um estado nacional, o crescimento econômico local e regional não é capaz de criar empregos. Ele apenas distribui os empregos que a taxa de retorno dos investimentos estabelece. Isto ocorre porque a mobilidade da força de trabalho dentro de um país (ainda que não seja perfeita) é capaz de tornar a taxa de desemprego local insensível ao crescimento local/regional.

Apesar disto, dada a proposta geral deste nosso trabalho – que é a difícil tarefa de analisar a atual reestruturação do espaço urbano à luz da teoria do valor –, não faremos aqui a defesa, nem tampouco uma crítica inflexível ao planejamento urbano estratégico. Isto já tem sido feito, de um e de outro lado, por pessoas tão capazes quanto comprometidas.

Desta maneira, não pretendemos – ao contrário do que foi feito para o planejamento estratégico corporativo – levantar dados que meçam o desempenho do atual planejamento urbano de tipo estratégico para objetivamente avaliá-lo. Isto é, a aplicação local de um plano estratégico gera resultados positivos, imediatos e no médio prazo, ao menos em alguns setores da economia urbana. Caso contrário, os governos locais que têm que responder mais diretamente às pressões sociais resultantes das crises sucessivas (como taxas mais elevadas de desemprego, de criminalidade, déficit habitacional, polarização da distribuição da renda, degradação espacial, etc.), não se moveriam nesta direção.

A crítica inflexível (apesar da contribuição real que dá ao apontar as várias contradições e insuficiências do planejamento estratégico), geralmente dá pouca importância a isto. E a partir, conforme diz Hall (1988), de uma torre de marfim, alça vôos cada vez mais elevados que a distancia significativamente da realidade concreta e das possibilidades da praxe.

Os governos locais e regionais, através dos núcleos encarregados da política urbana, em geral, também sabem que precisam olhar para os elementos sócio-espaciais estruturantes cuja inércia é sempre de longo prazo e de muito complexa intervenção. Contudo, eles também, obrigatoriamente, estão no *front* das

questões quotidianas que afligem os cidadãos e sua legitimidade e aceitação social depende diretamente da capacidade que têm de responder a estes desafios do dia-a-dia.

É exatamente aí, na administração de uma terapia analgésica, que entra o planejamento urbano estratégico e, numa palavra, propõe intervenções sócio-espaciais específicas que visam basicamente o aquecimento e o crescimento econômico de determinados setores. A partir daí, espera-se pelo aparecimento de *spill overs* positivos sobre a economia urbana como um todo.

Então, se a crítica inflexível do planejamento urbano estratégico, em geral, não reconhece os resultados positivos de sua aplicação no espaço urbano e foca sua análise, sobretudo, na incapacidade estrutural de mudanças destas intervenções, por sua vez, a defesa competente (mas empedernida) do planejamento urbano estratégico, feita atualmente por representantes de alguns setores da sociedade, faz exatamente o contrário. Isto é, focaliza apenas os bons resultados econômicos da aplicação de planos estratégicos feitas em algumas cidades e “não tem tempo a perder” com questões estruturais, teóricas ou meramente acadêmicas. Sua lógica é essencialmente pragmática: *hic et nunc*.

Por fim, o que ocorreu em relação à política urbana de caráter estratégico – menos por razões técnicas que ideológicas (no sentido estreito da palavra) – foi a consolidação de dois discursos diametralmente opostos: de um lado, está o apologético e de outro, o crítico inflexível.

Para finalizar, talvez valha a pena retomarmos a história dos patriarcas indicada na epígrafe deste capítulo. Em algum sentido, ela pode ser também análoga à história dos espaços.

Embora houvesse dois filhos (Esaú e Jacó), só havia entre eles um primogênito e apenas a este era garantido o direito de herança sobre os bens de Isaque.

O filho mais novo não herda nada neste sistema patriarcal.

A “ação estratégica” de Jacó (que impeliu seu irmão mais velho a trocar sua primazia familiar e, conseqüentemente, os direitos que ela lhe conferia por uma única refeição), ainda que ilegítimamente, o tornou também um candidato a herdeiro. Mas isto não muda em nada a substância das coisas:

– há um único espólio e, agora, dois potenciais herdeiros. Nenhum discurso é capaz de mudar esta realidade. Estabelece-se a competição: um jogo de soma zero no qual, para que um irmão ganhe, o outro tem que, necessariamente, perder.

Considerações Finais

Conforme temos salientado, a preocupação central deste nosso trabalho é estritamente espacial (o processo atual de reestruturação urbana) – ainda que para lidar com ela, tenhamos, necessariamente, que considerar a teoria do valor e a *démarche* do planejamento urbano estratégico – e se temos alguma contribuição para dar ao entendimento dos processos sócio-espaciais contemporâneos, esta contribuição deverá partir do campo espacial (campo este tão absolutamente fundamental quanto marginal nas análises mais convencionais).

Considerando isto (e também o nosso não-alinhamento necessário a nenhum dos pólos constituídos em torno do planejamento urbano estratégico), o que temos tentado demonstrar é que a atual política urbana embebida do ideário estratégico – à parte questões ideológicas ou quaisquer outras incorreções – leva a crer que todos os locais podem ter sucesso na corrida interurbana, desde que façam as coisas certas.

Mas isto não pode acontecer, é tecnicamente impossível – ao menos enquanto for hegemônica a lógica que rege a produção e acumulação da riqueza social a partir do capital e as relações inter espaciais que ela comanda.

Consideremos então, de fato, esta impossibilidade técnica de oportunidades espaciais para todos, inutilmente almejada pelos governos urbanos que têm implementado planos estratégicos em suas cidades.

Todos parecem ter consciência disto. Afinal, muita tinta tem sido gasta para dizer o contrário. Para garantir que o sistema urbano global não é uma pirâmide e sim uma rede; que as cidades devem cooperar para o bem comum; que os governos locais devem se internacionalizar aderindo a redes e associações de cidades etc. (BORJA & CASTELLS, 1996).

Entretanto, isto é apenas retórica que não é capaz de encobrir o que todos, no fundo, sabem, mas não proclamam e que, dia após dia, tem sido a dor de cabeça dos governos locais e regionais: a dura competição interurbana.

Já explicitamos anteriormente que a posição estratégica e distinta que cada local apresenta no processo geral (sempre dinâmico e complexo) de produção e reprodução social reflete e também reforça o *status* hierárquico de cada um deles nas redes interurbanas que o capital estabelece.

E este *status* hierárquico conferido a cada espaço urbano é, em larga medida, resultado direto de vantagens produtivas/reprodutivas produzidas pela própria circulação/fixação localizada do capital.

Assim, pensar em hierarquia espacial pressupõe pensar na centralização e nas razões pelas quais o capital e o trabalho, a despeito de sua universalidade abstrata, estão mais atrelados a determinados espaços (urbanos) que a outros.

Já se disse também que a perspectiva que considera a manifestação espacial da centralização do capital e seus desdobramentos (como as redes urbanas hierarquizadas), também pode ser um tanto reificada porque ela tende a

espacializar alguns processos exclusivamente sociais e acaba, com isto, personificando o espaço.

Porém, “é tão tolo negar o papel e o poder de reificação, a capacidade das coisas que criamos de retornar a nós enquanto formas de dominação, como atribuir a tais coisas a capacidade para a ação social” (HARVEY, 1996. p. 51).

Esta antiga, mas sempre relegada questão, tem sido evidenciada aqui e ali em várias pesquisas – ainda que em outros termos.

Mesmo que, como já analisamos, em geral e por natureza, os serviços não sejam capazes de produzir mais-valor, sabe-se hoje que o centro nervoso da economia global é constituído por alguns serviços avançados (como marketing, seguros, finanças, alta contabilidade, direito especializado, serviços imobiliários, design, informática etc.) que, basicamente, são fluxos de informação e conhecimento.

O interessante é que, embora a base técnica para o fornecimento destes serviços – uma infra-estrutura física moderna de processamento e transmissão de informações – possa ser, hipoteticamente, montada em qualquer lugar do planeta, a outra base (de geração) que se apóia diretamente em recursos humanos altamente especializados, só pode ser encontrada nas grandes cidades e regiões metropolitanas dos países, exatamente porque as pré-condições para o seu desenvolvimento (centros de formação profissional de alta qualidade; difusão de outros idiomas; efervescência cultural; contatos face a face; mercado de trabalho bem estruturado e diversificado; segurança pública; cuidados com o ambiente, com a saúde e com a infância; lazer etc.) são essencialmente urbanas.

Portanto, a oferta de serviços avançados (como aqueles que destacamos há pouco), acaba seguindo um padrão bastante nítido de crescente complexidade à medida que se sobe na hierarquia urbana nacional e internacional (DANIELS, 1993).

Objetivamente, sua localização é obedece à lógica da centralização espacial do capital.

The combination of spatial dispersion and global integration has created a new strategic role for the large cities. Over and above their long record as international centers of trade and finance, these cities now operate in four new ways: firstly, as directional points of organization of the world economy; secondly, as key locations for finance and specialized services firms; thirdly, as places of production, including the production of innovation in these advanced sectors; and fourthly, as markets for the products and innovations created (SASSEN, 1991. p. 3-4).⁸¹

⁸¹ A combinação de dispersão espacial e integração global criou um novo papel estratégico para as grandes cidades. Para além da sua longa história como centros internacionais de comércio e finanças, essas cidades agora funcionam a partir de quatro novas formas: em primeiro lugar, como pontos direcionais de organização da economia mundial, em segundo lugar, como locais chave para empresas de serviços especializados e finanças e, em terceiro lugar, como locais de produção, incluindo a produção de inovação nesses sectores de ponta, e em quarto lugar, como mercados para produtos e inovações criadas.

Portanto, ficam aí repostos todos aqueles processos que envolvem a dinâmica de circulação x fixação do capital e, principalmente, os processos envolvidos na geração, coleta e distribuição da renda espacial urbana – expressão no espaço da centralização do capital social.

A propósito, mesmo aqueles que propagam a ilusão do crescimento para todos reconhecem que:

The great diversity of situations, types of organization and so forth of the various cities sometimes give rise to conflicts of interest which jeopardize the continuity and results of cooperation between cities. The ad hoc difficulties of various scenarios slow down the implementation of common projects. This framework, of itself full of contradictions suggests that the main beneficiaries of the cities network are basically their most active and powerful members, which fact can lead to distortions of internal relations (BORJA & CASTELLS, 1996. p. 226).⁸²

⁸² A grande diversidade de situações, tipos de organização e assim por diante de várias cidades, às vezes dá origem a conflitos de interesses que comprometem a continuidade e resultados da cooperação entre as cidades. As dificuldades em diversos cenários retardam a execução de projetos comuns. Este quadro, por si só, cheio de contradições, sugere que os principais beneficiários da rede de cidades são basicamente os seus membros mais ativos e poderosos, fato que pode levar a distorções das relações internas. (T.A.).

Desde Platão (que, n'**A República** afirma que toda cidade encerra em si mesma duas cidades: uma dos ricos e outra dos pobres), Hegel (que n'**A Filosofia do Direito** conclui que o crescimento – da indústria e da população – não é capaz de alterar a lógica social que simultaneamente produz opulência e miséria) e Marx (que principalmente n'**O Capital** retoma estas idéias e as desenvolve a partir de uma análise social histórica e material) já se sabe que há uma questão fundamental e imanente no desenvolvimento das relações sociais baseadas na exploração do trabalho e na acumulação da riqueza socialmente produzida.

As contradições internas das sociedades assim estruturadas não podem ser resolvidas através do crescimento porque o crescimento apenas transfere para mais além (interna ou externamente) o ponto crítico a partir do qual estas contradições não resolvidas se tornam disruptivas.

O crescimento é, portanto, a melhor solução provisória para transferir para depois a perigosa e talvez inexequível tarefa de resolução das contradições internas das sociedades capitalistas. Por isto, o crescimento se constitui numa verdadeira compulsão e a metáfora do ciclista pedalando é bastante útil: se quiser permanecer em equilíbrio, ele não pode parar.

Analogamente, contradições novas podem muito bem “resolver” velhas contradições e, assim, garantir algum equilíbrio (mesmo que precário) ao sistema.

O que, infelizmente, ainda não é percebido tão amplamente é a dialética existente entre sociedade e espaço e suas múltiplas implicações. E menos percebidas ainda são as contra-implicações que o espaço impõe às sociedades que o consolidaram. Elas, no entanto, não são por isto, menos reais ou concretas.

A velha idéia do desenvolvimento geográfico desigual (mas articulado) do capitalismo é aqui fundamental exatamente porque, de alguma forma, expressa a dialética sociedade-espço.

Já está mais do que evidente que o crescimento não se dá em toda parte, que, naturalmente, a geografia histórica do capitalismo é extremamente variada em função da variabilidade natural dos territórios (sua conformação física) e também dos múltiplos estágios de desenvolvimento sócio-político (relações sociais) e econômico (forças produtivas) verificados simultaneamente nas mais diversas latitudes. Tudo isto, todas estas partes, vão desigualmente se combinando, se articulando e, progressivamente, se constituindo num todo: o espaço capitalista em produção.

Antigos pares de opostos de relações inter-espaciais tão difundidos como metrópole-colônia, centro-periferia, cidade-campo, não passam de reflexo espacial de outros pares de opostos gerados a partir da análise social como ricos-pobres, opulência-miséria, burguesia-proletariado. Todos eles são contradição em grau máximo que nunca deixa de ser vista como aberração pelas análises mais convencionais.

Da perspectiva que olhamos, porém, a diferenciação espacial quase sempre não é simplesmente polarizada, mas degradada em múltiplos estágios. E esta conformação, definitivamente, não constitui uma aberração.

Ao contrário, ela constitui uma solução (sempre provisória) encontrada no espaço para algumas das contradições internas do capitalismo.

The upshot is that the development of the space economy of capitalism is beset by counterposed and contradictory tendencies. On the one hand spatial barriers and regional distinctions must be broken down. Yet the means to achieve that end entail the production of new geographical differentiations which form new spatial barriers to be overcome. The geographical organization of capitalism internalizes the contradictions within the value form. This is what is meant by the concept of the inevitable uneven development of capitalism (HARVEY, 2006. p. 417).⁸³

As diferenciações e barreiras espaciais que, a princípio, implicam em zonas de exclusão para a circulação do capital e representam entraves ao crescimento e avanço das forças produtivas de uma dada formação social sobre outra, num segundo estágio de desenvolvimento do capitalismo, passam a compor uma mesma paisagem composta orgânica e funcionalmente de diferentes porções espaciais.

⁸³ O resultado é que o desenvolvimento da economia do espaço do capitalismo é assolada por tendências contrapostas e contraditórias. Por um lado, as barreiras espaciais e diferenças regionais devem ser quebradas. No entanto, os meios para se atingir esse fim implica na produção de novas diferenciações geográficas que formam novas barreiras espaciais a serem superadas. A organização geográfica do capitalismo internaliza as contradições na forma do valor. Isto é o que se entende pelo conceito do inevitável desenvolvimento desigual do capitalismo. (T.A.).

Dado o carácter extremamente dinâmico e bastante imprevisível das relações sociais capitalistas, as diferenciações espaciais acabam se tornando funcionais porque elas fornecem uma real possibilidade para que o capital estruture e organize o espaço da forma mais adequada para a acumulação.

As recorrentes crises de acumulação, sejam disruptivas ou não, podem ser melhor enfrentadas a partir de um espaço conformado por regiões distintas que competem seja na produção industrial, no consumo, na prestação de serviços, no direcionamento do fluxo do capital financeiro, no mercado de commodities, na oferta de serviços avançados ou na geração de inovações etc.

Portanto, as cidades, as regiões e os estados nacionais podem até cooperar, mas o fazem para, exatamente, competir melhor.

Podemos dizer que o processo de acumulação do capital, devido às inúmeras contradições que apresenta, está sujeito a crises freqüentes. Por conta disto, o espaço de circulação do capital se conforma estrategicamente num arquipélago. Em momentos de crise, sempre haverá algumas ilhas de segurança e refúgio contra uma desvalorização inevitável.

Spatial competition between localities, cities, regions and nations takes on a new meaning as each alliance seeks to capture and contain the benefits to be had from flows of capital and labour power through territories under their effective control. And at times of more

general crisis, bitter struggles erupt over which locale is to bear the brunt of the devaluation that must surely come (HARVEY, 2006. p. 420).⁸⁴

Portanto, a idéia de crescimento econômico para todos (os espaços) – tão presente nos manuais do planejamento urbano estratégico – do ponto de vista teórico, não é factível porque, entre outras coisas, ela:

- i) não considera a constante iminência de crises de acumulação (sub ou super) e suas conseqüências;
- ii) não considera os aspectos mais duros das lutas inter-espaciais desiguais (os ganhos obtidos com a atração de capital e trabalho ou a exportação da desvalorização ocorrem sempre em detrimento de outros espaços);
- iii) não considera que a desigualdade espacial é funcional para o sistema e atua na resolução provisória das crises.

⁸⁴ A competição espacial entre localidades, cidades, regiões e nações assume um novo significado à medida em que cada aliança busca capturar e assegurar os benefícios obtidos a partir dos fluxos de capital e da força de trabalho através dos territórios sob seu controle efetivo. E em tempos de crise mais gerais, duras lutas irrompem tendo em vista qual localidade vai levar sobre os ombros o fardo pesado da desvalorização que certamente virá. (T.A.).

No dizer de Harvey, “the upshot is that some regions boom while others decline. This need not augur a global crisis of capitalism, however” (2006. p. 427).⁸⁵

⁸⁵ O resultado é que algumas regiões crescem enquanto outras declinam. Isto não significa, contudo, uma crise global do capitalismo. (T.A.).

Referências

AGLIETTA, Michel. *Regulación e crisis del capitalism: la experiencia de los Estados Unidos*. Madrid: Siglo XXI, 1993.

ALONSO, William. *Location and land use: toward a general theory of land rent*. Massachusetts: Harvard University Press, 1968.

AMIN, Ash and THRFT, Nigel (eds). *Globalization, institutions and regional development in Europe*. Oxford: Oxford University Press, 1994.

ARANTES, Paulo Eduardo. *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004.

ARANTES, Otília et all. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2002.

BÍBLIA SAGRADA. Tradução da CNBB. São Paulo: Paulus, 2001.

BORJA, Jordi and CASTELLS, Manuel. *Local and global: the management of the cities in the information age*. Barcelona, 1996.

BOYER, R. *Capitalisme, fin de siècle*. Paris: PUF, 1986

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista*. São Paulo: Zahar, 1977.

BRENNER, Neil. *Between fixity and motion: accumulation, territorial organization and the historical geography of spatial scales*. *Society and Space*, v.16 (459-481), 1998.

_____. *Globalisation and reterritorialisation*. *Urban Studies*, vol.36, n. 3 (431- 451), 1999.

BURNS, Edward McNall. *Western Civilizations: their history and their culture*. New York: W.W. Norton & Co. Inc., 1967.

- CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. *As cidades como atores políticos*. *Novos Estudos*, nº 45. São Paulo: CEBRAP, 1996. p. 152-166.
- CASTELLS, Manuel; HALL, Peter. *Technopoles of the world: the making of 21st century industrial complexes*. London and New York: Routledge, 1994
- CHALMERS, Alan. *O que é ciência afinal?* São Paulo: Brasiliense, 1993.
- COLEMAN, J. *The foundations of social theory*. Cambridge: Harvard University Press, 1990.
- COMPANS, Rose. *O paradigma das Global Cities nas estratégias de desenvolvimento local*. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Campinas, v. 1, p. 91-114, Mai. 1999.
- CRUZ, Wilson J. da. *Os entraves para o surgimento da eficácia coletiva: um estudo de casos em um aglomerado de Belo Horizonte*. Departamento de Sociologia e Política da FAFICH/UFMG. 2010. Tese de Doutorado.
- DANIELS, Peter. *Service industries in the world economy*. Oxford: Blackwell, 1993.
- DICKENS, Charles. *Um conto de duas cidades*. São Paulo: Nova Cultural, 2002.
- DINIZ, Clélio Campolina. *Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira*. *Nova Economia*, v.6, nº 1. Belo Horizonte, 1996. p.77-103.
- ENGELS, Friedrich. *A dialética da natureza*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FIX, Mariana. *A "fórmula mágica" da parceria público-privada: operações urbanas em São Paulo*. IN: Schicchi, M.C.; Benfatti, D. (orgs.) *Urbanismo: Dossiê São Paulo - Rio de Janeiro*. Campinas: PUCAMP/PROURB, 2004. p. 185-198. (Edição especial de Oculum Ensaios: Revista de Arquitetura e Urbanismo).

FORTI, Reginaldo. *Marxismo e urbanismo capitalista*. São Paulo: LECH. 1979.

FLORIDA, Richard. *Toward the learning region*. *Futures*, v. 27 (5), 1995. p. 527-36.

GOTTMANN, Jean. *Megalopolis: the urbanized northeastern seaboard of the United States*. Massachusetts: MIT Press, 1964.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRANOVETTER, Mark. *Economic action and social structure: the problem of embeddedness*. *AJS*, number 3, 1985.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, Peter G. *The world cities*. New York: McGraw Hill, 1971.

_____. *Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbano no século XX*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2002.

HARRISON, Bennett. *Industrial districts: old wine in new bottles?* *Regional Studies*, v.26. 5, 1992.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

_____. *The limits to capital*. London: Verso, 2006.

_____. *Espaços urbanos na "aldeia global": reflexões sobre a condição urbana no capitalismo do final do século XX*. Mimeo. (Transcrição de conferência proferida em Belo Horizonte), 1995.

_____. *Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação urbana no capitalismo tardio*. *Espaço & Debates*, nº 39, ano XVI. São Paulo, NERU, 1996. p. 48-64.

HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

JACOBS, Jane. *The economy of cities*. New York: Random House, 1969.

KEEBLE, Lewis. *Principles and practice of town and country planning*. London: The Estates Gazette, 1961.

KON, Anita. *A economia de serviços: teoria e evolução no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEMOS, Maurício Borges. *Espaço e capital: um estudo sobre a dinâmica centro x periferia*. Instituto de Economia/UNICAMP. 1988. Tese de Doutorado.

LEMOS, Mauro B. et al. *Belo Horizonte no século XXI*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2004.

LIPIETZ, Alain. *O Canadá e a nova divisão internacional do trabalho*. *Rev., Espaço & Debates*, [s.l.], n. 17, p. 66-94, 1984.

_____. *O capital e seu espaço*. São Paulo: Nobel, 1988.

LÖSCH, August. *The economics of location*. New Jersey: Yale University Press, 1954.

MALTHUS, Thomas. *Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática: ensaio sobre a população*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARKUSEN, Ann. *Sticky places in slippery space: a typology of industrial districts*. *Economic Geography*. 72. n3 (July, 1996).

MARSHALL, Alfred. *Princípios de Economia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. *Grundrisse: foundations of the critique of political economy*. New York: Random House, Inc. 1973.

_____. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MASSEY, Doreen & CATALANO, Alejandrina. *Capital and Land: landownership by capital in Great Britain*. London: Edward Arnold (Publishers) Ltd, 1978.

MINTZBERG, Henry. *Ascensão e queda do planejamento estratégico*. Porto Alegre: Bookman, 2004.

MOLOTCH, Harvey. *The city as a growth machine: a political economy of place*. *American Journal of Sociology*, vol. 82, number 2, 1976. p. 309–330.

MORIN, Edgar. *O método 4: as idéias – habitat, vida, costumes, organização*. Porto Alegre: Sulina, 2001.

MORUS, Thomas. *A Utopia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1980.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1965.

OLIVEIRA, Fabrício Leal de. *Sustentabilidade e competitividade: a agenda hegemônica para as cidades do século XXI*. In: Acselrad, H. *A duração das cidades: a sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A/CREA-RJ, 2001. p. 177-202.

PERROUX, François. *A economia do século XX*. Lisboa: Herder, 1967.

PLATÃO, *A República*. Livro IV. São Paulo: Nova Cultural.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. *Programa Centro Vivo: mais qualidade de vida para Belo Horizonte*. Belo Horizonte: 2004. Disponível em: www.pbh.gov.br.

_____. *Planejamento estratégico de Belo Horizonte 2030*. Belo Horizonte: 2009. Disponível em: www.pbh.gov.br.

PUTNAM, Robert. *Making democracy work: civic traditions in modern Italy*. Princeton: Princeton University Press, 1993.

RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

RUBIN, Isaak. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SADER, Emir. *Contragolpes*. São Paulo: Boitempo, 2006. p.191-218.

SANCHEZ, Fernanda. *Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes*. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Campinas, v. 1, p. 115-132, Mai. 1999.

SANTOS, Milton, et al. *Território Territórios*. Niterói: UFF/AGB/PPGEO, 2002.

SASSEN, Saskia. *The global city*. London, New York and Tokyo. New Jersey: Princeton University Press, 1991.

SCHWARTZ, Peter. *A arte da previsão: planejando o futuro em um mundo de incertezas*. São Paulo: Ed. Best Seller, 2000.

SINGER, Paul. *A economia dos serviços*. Estudos CEBRAP, nº 24. p.129-130.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SOUZA, Reginaldo G. *Do arraial à cidade higiênica: a questão sanitária em Belo Horizonte (1897-1930)*. Instituto de Geociências da UFMG. Dissertação de Mestrado, 2001.

STORPER, M. and WALKER, R. *The capitalist imperative: territory, technology and industrial growth*. New York: Basil Blackwell.

SWYNGEDOUW, Erick. *The heart of the place: the resurrection of locality in a age of hyperspace*. *Geografiska Annaler, Series B*, 71(8), 1989. p. 31- 42.

_____. *Territorial organization and the space/technology nexus*. *Transactions of the Institute of British Geographers: New Series* 17, 1992. p. 417-433.

THOMPSON, Edward. *A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOPALOV, Christian. *Fazer a história da pesquisa urbana: a experiência francesa desde 1965*. *Rev., Espaço & Debates*, [s.l.], n 23, p. 5-29, 1988.

VEIGA, José Eli. *Destinos da ruralidade no processo de globalização*. *Revista Estudos Avançados* 18 (51), 2004.

WEBER, Melvin et al. *Indagaciones sobre la estructura urbana*. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 1964.